

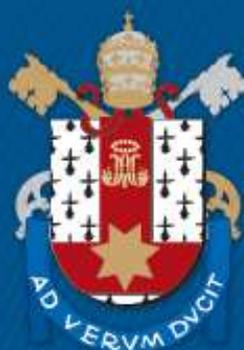
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA

ANDRESSA ALTENETER MONTICELLI

**CONTOS DE FADAS PORTUGUESES: UM ESTUDO DA MORAL SOCIAL NAS HISTÓRIAS  
POPULARES DE ADOLFO COELHO (SÉCULO XIX)**

Porto Alegre  
2025

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

ANDRESSA ALTENETER MONTICELLI

**CONTOS DE FADAS PORTUGUESES: UM ESTUDO DA MORAL SOCIAL NAS HISTÓRIAS  
POPULARES DE ADOLFO COELHO (SÉCULO XIX)**

Dissertação apresentada como requisito para a  
obtenção do grau de Mestre em História pelo  
Programa de Pós-Graduação em História da Escola  
de Humanidades da Pontifícia Universidade  
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro

PORTO ALEGRE

2025

ANDRESSA ALTENETER MONTICELLI

**CONTOS DE FADAS PORTUGUESES:**

UM ESTUDO DA MORAL SOCIAL NAS HISTÓRIAS POPULARES DE ADOLFO COELHO  
(SÉCULO XIX)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Área de concentração: Cultura e Etnicidade

Aprovado em: \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes – PUCRS

---

Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack - UFCG

## Ficha Catalográfica

A466c Alteneter Monticelli, Andressa

Contos de fadas portuguesas : um estudo sobre a moral social nas histórias populares de Adolfo Coelho (século XIX) / Andressa Alteneter Monticelli. – 2025.

141 p.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Charles Monteiro.

1. Adolfo Coelho. 2. Contos populares. 3. Portugal. 4. Intelectuais.  
5. Literatura portuguesa. I. Monteiro, Charles. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

## AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Charles Monteiro que disponibilizou o seu tempo para me instruir na estruturação da dissertação, me questionando sobre as informações e datas encontradas estavam condizentes com o tema. Me auxiliou em que direção seria melhor para abordar a interpretação dos contos, os quais eram uma novidade tanto para mim quanto para ele.

Aos meus colegas do pós, que estiveram comigo nos momentos de surto durante a escrita da dissertação ou de estresse de preparar um evento acadêmico. Lembrarei com carinho dos risos que tivemos, bem como os desabafos pessoais. Desejo que todos consigam defender a sua tese com maestria.

Aos integrantes da banca avaliadora, por terem disponibilidade de tempo e interesse em analisar e avaliar a minha dissertação de mestrado.

A instituição e funcionários da PUCRS, por proporcionarem auxílio nos assuntos do programa de pós-graduação, promovendo um espaço acolhedor, tanto no meio virtual como no físico.

Aos meus parentes, que sempre me apoiaram durante os dois anos de luta pela conclusão desta dissertação, estando do meu lado nas conquistas estudantis e profissionais, nos momentos de reclamações ou doenças, nunca deixando que eu desistisse de terminar o que comecei em 2023. Espero trazer orgulho a vocês sempre!

Aos meus avós que perdi durante esta jornada. Pode ser que não estejam presentes para me ver sendo uma futura mestra em história, mas em espírito eu sei que estão torcendo por mim.

A uma pessoa que conheço intimamente e que teve que aguentar muitas emoções, desde a felicidade mais pura de entrar no programa de pós e conseguir um emprego, até a tristeza extrema de perder um ente querido para o câncer. Obrigada a mim mesma por ter sido forte até este momento esperado e, também, temido.

## RESUMO

A presente dissertação de mestrado tem como objetivo estudar a importância histórica que os contos populares portugueses têm para se compreender a Portugal da Era Contemporânea. Serão abordadas as origens dos contos, os quais derivam da tradição oral, especificamente de comunidades e regiões rurais. O primeiro capítulo apresenta um levantamento de dados com tabelas e informações sobre a situação econômica, política e social da Portugal do século XIX. Seguindo a linha de argumentação de livros de história de Portugal clássicos sobre o período, além de artigos e teses, se buscou elaborar os motivos do atraso econômico as ideias dos grupos letrados engajados elaboração de um projeto de modernização para o país. Para isso, no segundo capítulo, foram analisadas fontes históricas sobre o novo movimento de reelaboração da identidade nacional, encabeçada pelos intelectuais, que através de conferências e publicações procurava transmitir um diagnóstico sobre a nação portuguesa, considerada antiga, atrelada a valores ancestrais, mas que deveria unir-se e implantar os novas ideias e o pensamento liberal-moderno. A literatura portuguesa foi um veículo que permitiu visitar a cultura/tradição e ensinar às novas gerações os novos valores propostos pela Geração de 1870. No capítulo três deste estudo, foram analisadas as fontes literárias, em especial, o livro *Contos Populares Portugueses* (1879) de Adolfo Coelho, no qual foram identificadas as temáticas recorrentes, tendo sido selecionando dez contos nos quais tais temáticas são exploradas. A seleção dos contos, permite um estudo analítico-interpretativo baseado nas teorias literárias de Marie-Louise von Franz, Bruno Bettelheim, Nelly Novaes Coelho, Maria Nikolajeva e Jack Zipes sobre as temáticas recorrentes. Os temas selecionados foram: o papel de cada gênero no meio social; quais as simbologias que retratam a cultura portuguesa; quais os princípios e valores defendidos pelo escritor e compilador dos contos; quais eram influências sociais e religiosas as histórias sofriam. Cada um desses temas foram analisados a partir de referências teóricas com base em uma exemplificação de trechos dos contos escolhidos para apresentar as interpretações e elaborar as considerações finais.

**Palavras-chave:** Adolfo Coelho; contos populares; Portugal; intelectuais; literatura portuguesa.

## ABSTRACT

This master's dissertation aims to study the historical importance of Portuguese folk tales for understanding Portugal in the Contemporary Era. The origins of the tales, which derive from oral tradition, specifically from rural communities and regions, will be addressed. The first chapter presents a survey of data with tables and information on the economic, political and social situation of 19th century Portugal. Following the line of argumentation of classic Portuguese history books about the period, as well as articles and theses, the aim was to elaborate on the reasons for the economic backwardness and the ideas of the literate groups engaged in the elaboration of a modernization project for the country. To this end, the second chapter analyzed historical sources on the new movement for the re-elaboration of national identity, led by intellectuals, who through conferences and publications sought to transmit a diagnosis of the Portuguese nation, considered old, tied to ancestral values, but which should unite and implement new ideas and liberal-modern thinking. Portuguese literature was a vehicle that allowed us to revisit culture/tradition and teach new generations the new values proposed by the Generation of 1870. In chapter three of this study, literary sources were analyzed, especially the book *Contos Populares Portugueses* (1879) by Adolfo Coelho, in which recurring themes were identified, and ten short stories were selected in which these themes are explored. The selection of short stories allows an analytical-interpretative study based on the literary theories of Marie-Louise von Franz, Bruno Bettelheim, Nelly Novaes Coelho, Maria Nikolajeva and Jack Zipes on the recurring themes. The selected themes were: the role of each gender in the social environment; what symbols portray Portuguese culture; what principles and values were defended by the writer and compiler of the short stories; what social and religious influences the stories suffered. Each of these themes was analyzed based on theoretical references and an example of excerpts from the stories chosen to present the interpretations and elaborate the final considerations.

**Keywords:** Adolfo Coelho; folk tales; Portugal; intellectuals; Portuguese literature.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cais do Sodré, Lisboa, no final do século XIX.....	22
Gráfico 1 - Evolução da Dívida interna e externa (1851-1891) .....	24
Figura 2 - Estação do Cais do Sodré em 1928 na avenida 24 de Julho.....	26
Figura 3 - Eleições legislativas em Lisboa e a condução de presos para a estação do Cais do Sodré com destino a Caxias .....	27
Figura 4 - Mulheres trabalhando na fábrica de biscoitos da Companhia Nacional de Moagem, em Alcântara .....	35
Figura 5 - Trabalhadores na produção de Cortiça, entre 1868 e 1870.....	41
Figura 6 - Cena de rua em Lisboa de 1876.....	42
Figura 7 - Comércio de rua em rua de Lisboa de 1895.....	44
Gráfico 2 – Alfabetização na Europa, 1850-1950.....	49
Figura 8 - Casino Lisbonense em 1864.....	52
Figura 9 - Os líderes da Conferência do Casino: Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro.....	53
Figura 10 - Laboratório de Química Mineral da Escola Politécnica.....	59
Figura 11 - Faculdade de Curso Superior de Letras em meados de 1950.....	61
Figura 12 - Arraial para Santo Antônio na Praça da Figueira (1940).....	65
Figura 13 - Trono de Santo Antônio na Rua do Paraíso (1954).....	66
Figura 14 - Oficinas tipográficas da Casa Portuguesa.....	75
Figura 15 - Catálogo da Casa Editora David Corazzi, 1884.....	76
Figura 16 - Coleção Astronomia de 1881.....	78
Figura 17 - Francisco Adolfo Coelho.....	85
Figura 18 - Edições dos contos de 1985 e 2013 (respectivamente).....	86
Figura 19 - Mapa das cartas parietais de Portugal, 1870.....	91
Figura 20 - Mapa dos Distritos de Portugal.....	93
Figura 21 - Milagre Eucarístico em Rimini.....	112
Figura 22 - Vendedor ambulante com o burro de carga (início século XX).....	113
Figura 23 - Vendedora de figo no Mercado da Ribeira (1882).....	114
Figura 24 - Trabalhadora transformando cortiça em rolhas (século XX).....	115
Figura 25 - Propaganda dos vinhos de Adriano Ramos Pinto (década de 1880).....	117

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro da Política e economia (1820-1974/1975).....	23
Tabela 2 - Percentagem das despesas totais entre 1879-1880.....	31
Tabela 3 - Comércio português em 1878.....	32
Tabela 4 - Movimento de embarcações dos portos de Portugal e suas ilhas.....	33
Tabela 5 – Quadro dos distritos portugueses mais povoados no século XIX (%).....	40
Tabela 6 – A população portuguesa em 1878.....	45

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO 1 – PANORAMA HISTÓRICO DO SÉCULO XIX: A EUROPA E SEU DESENVOLVIMENTO .....</b>	<b>17</b>
2.1	O CASO DA ECONOMIA DE PORTUGAL: ESTRUTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA .....	20
2.2	AS CLASSES TRABALHADORAS NAS FÁBRICAS .....	34
2.3	O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: A RELAÇÃO DA CIDADE E DO CAMPO.....	37
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO 2 - ATRASO E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL E AS CRÍTICAS DA GERAÇÃO DE 1870.....</b>	<b>47</b>
3.1	AS CRÍTICAS VINDAS DAS CONFERÊNCIAS DO CASINO.....	51
3.2	A QUESTÃO DO ENSINO: OS CINCO PONTOS A SE PENSAR.....	57
3.3	A CULTURA PORTUGUESA: TRADIÇÕES, CRENÇAS E SIMBOLOGIAS.....	63
3.4	A LITERATURA E A IDENTIDADE NACIONAL.....	68
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO 3 – CONTOS PORTUGUESES: TRADIÇÃO ORAL COMO UM MEIO PARA INSTALAÇÃO E PROPAGAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO.....</b>	<b>81</b>
4.1	ADOLFO COLEHO E SUA OBRA: AS INTENÇÕES SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA PORTUGAL.....	84
4.2	ADOLFO COELHO E SUA OBRA: AS CARCATERÍSTICAS GERAIS DO LIVRO.....	90
4.3	OS 10 CONTOS SELECIONADOS.....	94
4.4	ANÁLISE DAS TEMÁTICAS NOS CONTOS: OS PAPÉIS SOCIAIS E AS LIÇÕES MORAIS.....	95
4.5	ANÁLISE DAS TEMÁTICAS NOS CONTOS: OS SÍMBOLOS E REPRESENTAÇÕES DE PORTUGAL.....	106
4.6	ANÁLISE DAS TEMÁTICAS NOS CONTOS: A PREOCUPAÇÃO COM A NOVA GERAÇÃO.....	117
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>125</b>
	<b>REFEÊNCIAS.....</b>	<b>132</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de mestrado tem como temática o estudo da representação social e moral de Portugal, do final do século XIX e início do XX, inseridos na literatura popular. Em particular os contos retirados do livro *Contos Populares Portugueses* de Francisco Adolfo Coelho, compilados em 1879. O tema e a fonte para a pesquisa foram de interesse próprio, herdados desde o TCC, onde a linha de pesquisa que mais agradou durante os anos acadêmicos fora o estudo particular e interpretativo dos contos e suas simbologias. O presente estudo, de modo geral, quer valorizar e explicar a História da Portugal Contemporânea através de textos/fontes não acadêmicos, no caso por meio de livros populares. Ou seja, se quer mostrar como uma fonte literária, pouco conhecida pelos brasileiros, pode trazer informações históricas interessantes sobre a mentalidade social de Portugal de dois séculos passados. Além disso, possibilitou conhecer um pouco mais sobre este tipo de manifestação artístico-cultural da nação lusitana. O que demonstra como a História tem uma ligação muito antiga e considerável com a literatura popular, pois é através dela que podemos ter um exemplo de o que o homem do passado acreditava e ensinava para as novas gerações.

O conhecimento sobre as representações sobre o passado português através dos contos de Adolfo Coelho é pouco difundido no Brasil. Durante as buscas por artigos e dissertações de estudantes brasileiros de história, foi evidente o pouco investimento, principalmente no que diz respeito a conhecer a Era Contemporânea e a cultura portuguesa por meio deste tipo de literatura. O que levou a uma vontade de explorar este território ainda fraco, em matéria de quantidade de trabalhos brasileiros, sobre este período e tema de Portugal, ainda mais o estudo sobre as interpretações dos símbolos arquetípicos dos contos. Pode ser que tal trabalho não preencha esta lacuna no mundo acadêmico, mas possa abrir os olhos de futuras pesquisas voltadas para a visão histórica da fonte literária.

O objetivo central deste estudo, fora buscar a compreensão sobre o porquê, como, para quem e quais mensagens tais histórias narradas apresentavam sobre a nação portuguesa. Além disso, se queria responder as seguintes questões: qual a sua origem dos contos?; qual a sua função (ensinar ou doutrinar)?; como estão apresentados os valores moralizantes portugueses do período contemporâneo?; os princípios da identidade nacionalista, que Portugal buscava criar, estavam sendo retratados nos contos?; como eram mostrados, nas histórias, a valorização da educação e o reconhecimento da cultura ancestral portuguesa?; quais foram as metáforas e simbologias que retratariam os princípios modernos-nacionais nos contos?; entre outros questionamentos.

Para solucionar as problemáticas apresentadas anteriormente, foram primeiramente adquiridos conhecimentos sobre o panorama histórico de Portugal durante os anos de 1851 até 1920, de importantes livro-coletâneas com riqueza de informações de diversos estudiosos portugueses sobre a cultura, a sociedade, a política e a economia. Dentre estas coletâneas, se destacam *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)* de 1998, e *História de Portugal*, de 1935. Além disso, se consultou artigos científicos e dissertações que elucidam o atraso da educação e da vontade de impor o movimento nacionalista no país.

Em seguida, foram lidos e analisados os 75 contos do livro de Coelho, dos quais foram escolhidos, especificamente, dez contos: *A Torre de Babilônia*; *A Afilhada de Santo Antônio*; *O homem da Espada de Vinte Quintaes*; *O homem que busca estremecer*; *A Machadinha*; *Esvintola*; *A bicha de sete cabeças*; *Patranha*; *Sciencia, Sabedoria e Capacidade*; *Senhora da Graça*. O método de escolha destas histórias esteve dependente do levantamento quantitativo vindo de uma tabela que separava as temáticas que mais repetiam dentro de todos os contos. As referências teóricas para a interpretação dos contos baseou-se nos elementos constantes na estruturação das narrativas maravilhosas e dos contos de fadas apresentados pela pesquisadora Nelly Novaes Coelho, em *Literatura Infantil: teoria, análise e didática (2000)*, e pelos interesses da Geração de 70, de trazer características da tradição portuguesa na literatura para se ter uma base da identidade nacional. Então, a tabela foi separada em categorias: contos serem exemplo (moralizante); há personagens tipo (lavradores, comerciantes etc.); apresenta um ensinamento ético; há a constante destino/fado dos personagens; conto era contínuo ou tinha frases repetitivas; há menção da religião católica; apresenta um símbolo/referência a Portugal na narrativa. Os contos escolhidos para este estudo, eram os que mais apresentavam aspectos referentes a estas categorias, ricos em detalhes narrativos e tinham uma maior abertura para se explicar as metáforas referentes a mentalidade nacionalista, emergente do final do século XIX, sobre ter oficialmente uma identidade própria.

Com estes conhecimentos prévios e a seleção dos contos pela tabela categórica-quantitativa, se dividiu o presente trabalho de mestrado em três capítulos de desenvolvimento. No primeiro, foram apresentados os dados e fatos históricos de como o país ibérico estava em matéria de economia, política e administração social. Há a comparação da Europa desenvolvida e a Portugal atrasada economicamente no início dos anos 1850, onde se observou o lento processo de melhoras na estrutura arquitetônica, fabril, econômico e comercial. Mesmo que estivesse a um passo atrás das potências europeias, no quesito Revolução Industrial, os portugueses também sofreram com as mudanças e problemas que os serviços em fábricas

traziam. Por exemplo, o aumento do êxodo rural e a densidade demográfica nos centros urbanos, ou as revoltas do operariado por melhores condições trabalhistas. Tais informações serão seguidas de exemplos fatuais e tabelas que retratam a média quantitativas da situação da população (habitante por área), do comércio (exportação e importação) e das finanças com investimentos (instalação de máquinas a vapor, fábricas, expansão de novos equipamentos etc.).

No segundo capítulo, se explicou o porquê do atraso educacional de Portugal, além dos desafios dos intelectuais de se alfabetizar a população sem um apoio direto do próprio governo. Nessa parte, se apresenta os principais ativistas e críticos letrados que trariam a maior revolução cultural da história portuguesa, os chamados membros da Geração de 70. Eram acadêmicos recém-formados e conhecedores das ideias liberais-modernistas, vindas dos novos meios de comunicação, surgiram da nova classe burguesa que se preocupavam em como a nação estava sendo vista pelos outros países. Não só isso, mas nessa parte se apresentou as reivindicações e ações sociais que surgiram efeito na mentalidade portuguesa, mesmo depois das Conferências do Casino em 1871. A visão destes estudiosos fez com que a população abrisse a mente para o que se tinha que verdadeiramente investir, no caso a base da educação da nova geração de portugueses. Entre estes ativistas, se destacou o já mencionado Adolfo Coelho, pois propôs uma ampla reforma do ensino a partir de cinco pontos, para que o país se igualasse a outros países cultos do final dos anos oitocentistas. Além de apresentar o seu interesse e dos demais intelectuais da transformação das tradições e crenças portuguesas, vindas basicamente da oralidade, em coletâneas livrescas, para, assim, se ter uma base educativa permanente de o que é considerado característica nacional. Ou seja, nesse momento é que aparece como a literatura foi a chave para se implantar as ideias de uma “criação” da identidade de Portugal, assim como as consequências no meio econômico-social. Então, neste capítulo refletiu-se sobre os conceitos de representação e identidade nacional vindos das teorias de Alberto Manuel Vara Branco e Jonathan Culler.

Em continuidade ao assunto do capítulo dois, o terceiro apresenta as origens das tradições, no caso os contos populares, serem da principal forma de transmissão: a fala. Como o país ibérico tinha sua forma de comunicação de conhecimentos baseados na oralidade, mesmo estando na era de desenvolvimento institucionais de ensino, era comum esta passagem de instruções dos mais velhos para os mais novos. As experiências de vida, as reflexões do cotidiano, a visão de o que é certo e errado eram ensinados pelos contos dos anciãos, não como uma forma de entreter, mas para impor uma ética social forjada pelos influentes e detentores da memória ancestral. Os levantamentos sobre as origens e funções das histórias faladas vieram

dos conceitos apresentados por Rui Miguel Ventura do Couto Tavares de Faria, na dissertação *O conto popular português*.

A importância dos contos era tanta que os letrados, queriam introduzir e propagar a identidade do Estado-Nação português através desta literatura. Como eram algo antigo e conhecido por todos, facilitava a absorção das informações imperativas contidas no enredo. Ou seja, os contos seriam abordados desde a sua origem até a sua importância ao serem literalizados e o que isso trazia para toda a sociedade. Nesse capítulo se enfatizou o papel de mediador que Adolfo Coelho teve ao mostrar a nova geração de portugueses sobre a importância dos contos como uma base para ensinar a ler e compreender os aspectos culturais de seu país. Juntamente com a sua biografia, se perceberá as intenções sociais do pedagogo e sua importância para Portugal, pois fora o primeiro português a fazer uma coletânea com o recolhimento de histórias populares, realizar um estudo comparativo do tema e introduzir a leitura desse tipo de obra nas escolas de ensino básico.

Em um segundo momento do terceiro capítulo, há um espaço para explicar a estruturação da obra de Coelho, de onde os contos foram obtidos, quais os possíveis contadores e se as narrativas eram realmente escritas como foram ditadas. Se perceberá o cuidado que o compilador teve em dispor as histórias, mesmo que não admitisse em suas próprias palavras. Ele começa com relação aos níveis de escolarização dos alunos, pois a primeira metade das narrativas são mais simples, curtas e com frases repetitivas (possível nível fundamental), já a segunda metade, se encaminhavam para aquelas com um desenvolvimento mais completo, cheio de metáforas e anedotas (possível ensino médio). Além disso, Coelho descreve, ao final de cada história, qual região portuguesa fora encontrada. Haverá uma explicação das características do local de origem e seus elementos presentes no conto, influenciando a mensagem contida nas entrelinhas.

Na parte central do trabalho, ocorrerá uma sessão específica de como os contos portugueses são diferentes dos demais contos da Europa. Se tratar de histórias que enfatizam oficialmente a transmissão da moral, iniciada pelos adeptos a ideia de criar uma nacionalidade portuguesa, um possível “manual” para os novos leitores de o que é ser português. As histórias portuguesas queriam ensinar as novas gerações, de uma maneira mais facilitada, ao direcionar o enredo para uma abordagem mais simples e direta para os jovens, diferentemente de outros contos europeus que eram para os pais ajudarem os seus filhos a decifram os ensinamentos. Os valores morais, a tradição, a representação dos costumes e papéis sociais, o direito de cada gênero, os princípios religiosos, entre outros assuntos, serão explorados nos contos portugueses.

Muitos destes elementos não foram expressos diretamente para os leitores, mas, sim, de uma maneira sutil e simbólica. Há uma percepção de certas expressões, como a “água” ser um momento de mudança ou o “caixão” ser o fim de uma fase. Entretanto, se precisou de consultas constantes a um dicionário especializado em explicações socioculturais de certos símbolos, como fora o *Dicionário de símbolos*, de Jean Chevalier e Alain Gheerbrant, que fizeram ponderar a cada conotação que poderia existir.

Houve um embasamento em dados sobre a interpretação de símbolos, metáforas e figuras literárias nos contos, levantado por pesquisadores especializados sobre este tema, para, assim, se ter uma melhor compreensão de o que se queria transmitir para o público-alvo. Dentre os livros pesquisados, os que enriqueceram as concepções desta parte interpretativa do mestrado foram: *A Interpretação dos Contos de fadas*, de Marie-Louise von Franz; *A psicanálise dos contos de fadas*, de Bruno Bettelheim; *Os contos de fadas e a arte da subversão*, de Jack Zipes; *Poder, voz e subjetividade na literatura infantil*, de Maria Nikolajeva. Com isso, se buscou desenvolver o argumento sobre o que as simbologias queriam retratar, seguindo a linha de raciocínio dos letrados de o que se devia ou não inserir na consciência coletiva.

Para se perceber as mensagens moralizantes inseridas, haverá uma análise das dez histórias escolhidas e se apresentará partes delas para explicar como era criado a influência/controlado do pensamento/visão social de “ser” um cidadão português. As citações dos trechos retirados dos contos seguem a escrita da língua portuguesa do ano de publicação da obra, 1879. Então, se houver algum erro gramatical, com excesso ou falta de letras ou pontuações, é porque se manteve a grafia original dos textos. Inclusive, se “traduzir” algumas palavras daquele período para a atualidade, se perde o sentido ou não abrange o significado adequado. Por exemplo o conto com o nome *Esvintola*, não tem uma definição no dicionário, mas é o nome dado a personagem principal, fazendo um jogo de palavras. Ela era esguia, se esquivava das investidas do conde, o que naquela época pode ter sido o motivo para criarem, de uma maneira divertida, um nome que fazia alusão a esse comportamento da heroína. Se houvesse uma tradução para o português brasileiro do século XXI, pode ser que não surtiria o mesmo efeito e o título original seria totalmente alterado ou até esquecido. Portanto, esta palavra não existe no dicionário oficial, o que se pode mostrar a ideia de ser uma criação da própria sociedade portuguesa, algo que é característico somente dela. Tendo isso em mente, para ser o mais fiel em informações da linguagem do período estudado, se preferiu manter a versão original.

A literatura foi o caminho para pôr em papel as informações, as personagens e as lições de vida da tradição oral, os perpetuando ao longo dos anos. Evocando ensinamentos antigos e preciosos, através de histórias registradas oficialmente, permitiu a Adolfo Coelho preservar a ancestralidade portuguesa e fez a base material para introduzir o pensamento nacionalista-liberal. Em outras palavras, o objetivo dessa parte do trabalho será de retirar trechos dos contos selecionados para se explicar historicamente os significados morais que os seus enredos trazem, e de como eles conseguem os transmitir através dos elementos fantasiosos. Também se buscou mostrar o contexto histórico de Portugal presente nas histórias maravilhosas. A busca por fontes que retratam a identidade do país, onde se pode tirar proveito para introduzir a ideologia liberal (igualdade educativa, os direitos que o povo tem e incentivar o desenvolvimento social-econômico), valorizava novos meios de manifestações do passado cultural. Isso influenciou o compilador na escolha de técnicas lexicais e símbolos arquetípicos na escrita da narrativa, e como ele representou esta unicidade identitária nacional nas histórias.

Na conclusão do trabalho, há uma análise final de tudo o que fora pesquisado, esclarecendo a importância dos contos populares para a cultura histórica portuguesa. Mostrará, também, a pesquisa analítica dos contos como essencial para futuros estudos acadêmicos, pois este tipo de literatura tem um grande potencial de ser uma fonte primária histórica. Isso porque é interessante de perceber como contém ricas informações sobre a mentalidade da sociedade portuguesa, em especial sobre os autores da mudança sociocultural e de criação identitária de Portugal do século XIX. Fora dada uma devida atenção a Adolfo Coelho, pois era pouco pesquisado ou mencionado no quesito estudos analíticos e interpretativos dos contos, mas que foi uma figura de grande importância para a educação básica portuguesa baseada na literatura popular. Além disso, este trabalho demonstrou como a utilização de algo antigo da tradição pode ser benéfico e reimaginado a serviço dos interesses de um determinado grupo, no caso burgueses e intelectuais, que revolucionou o panorama educativo e social-político de Portugal. Portanto, a importância dos contos será retratada como uma forma de instruir/ensinar sobre a vida em sociedade para as novas gerações de cidadãos, independente da época em que se vive, pois, estas histórias ditas como infantis são, na verdade, um dos primeiros meios de se educar um jovem aos valores morais-sociais de seu país.

## 2 CAPÍTULO 1 – PANORAMA HISTÓRICO DO SÉCULO XIX: A EUROPA E SEU DESENVOLVIMENTO

Ao final do século XIX, a Europa estaria passando por mudanças econômicas, sociais e políticas em decorrência das revoluções industriais e do movimento racional e econômico que se espalhou por quase todo o mundo: o liberalismo. A economia política europeia vai ser influenciada por pensadores e estudiosos modernos, trazendo novos conceitos, formas de se analisar e organizar a sociedade, culminando na implantação de instituições que repassariam estes princípios liberais. Os movimentos modernistas trouxeram inovações em diversas áreas, como na filosofia, economia, política, regime religioso, cultura, artes, psicologia, história, entre outros. Os disseminadores de tais ideias foram os intelectuais europeus que tinham como objetivo de trazer uma razão para o pensamento sociopolítico europeu do período:

É uma nova atitude cultural, uma filosofia que põe o acento na vida e seus valores, defendendo uma subordinação do racional ao vital, expressa pelo que se designou «razão vital». A este novo movimento, designado por vitalismo, associam-se nomes como Nietzsche, Dilthey e Henri Bergson.

Aparecem também o positivismo de August Comte, o materialismo de Marx, tendências estético-aristocráticas, com destaque para Nietzsche, a orientação pragmatista de William James (1842-1910) e a psicanálise de Sigmund Freud (1859-1939).

[...]

Schopenhauer, Nietzsche, Bergson, com pensamentos diferentes, buscam uma compreensão da vida íntima e de um mundo que a história da filosofia aproxima das posições vitalistas. Num plano de historicismo e raciovitalismo surgem nomes como Ortega y Gasset e William Dilthey, também a fenomenologia de Husserl e a metafísica de Whitehead, Jaspers, Merleau-Ponty se encontram do lado da busca interior (Natário, 2008, p. 3).

Com o desenvolvimento da indústria, por conta de novas máquinas e técnicas industriais, o anterior investimento capital na produção têxtil acaba por ser substituído pelas produções metalúrgicas e siderúrgicas que geravam mais rendimento. Isso causou o surgimento de várias fábricas voltadas para este tipo de produto que, além de ser lucrativo, suas principais matérias primas já eram extraídas alguns anos antes, mas com intensidade menor. A procura por ferro e carvão, que eram insumos imprescindíveis para operar o maquinário industrial, deu um impulso considerável à mineração e aos meios de transporte, modernizando e ampliando o uso da máquina a vapor para a navegação e para o transporte de produtos nas ferrovias. Segundo Luís Edmundo Moraes (2017, p. 59), o investimento na extração de minerais era o símbolo do desenvolvimento econômico da Europa:

Foram as ferrovias que, de fato, se mostraram altamente sedutoras, tanto pelos lucros que o investimento prometia quanto pela aura que as cercava: a estrada de ferro se tornou a expressão de uma Europa que se fazia moderna e civilizada.

Mesmo que a Europa em si tivesse diversos minerais, a sua exploração intensa acaba por tornar escassa estas fontes de matéria prima. O jeito seria encontrar mais em outros territórios pouco explorados pelos europeus e que, anteriormente, estavam trazendo resultados satisfatórios na exploração de materiais importantes e novos (carvão, zinco, ferro e enxofre) para a indústria de siderurgia e metalúrgica. O que causou disputas territoriais principalmente da Inglaterra com outros países europeus, como Portugal por exemplo, pela posse de colônias da África. Conflitos estes que foram causados pela riqueza de matérias primas localizadas nas colônias portuguesas de Moçambique, Angola e Cabo Verde, onde se obtinha grandes quantidades de minerais preciosos, além de serem colônias com áreas aptas para a agricultura algodoeira (o que era visto com desejo por parte dos ingleses e sua indústria têxtil):

[...] onde o capital e a tecnologia europeus facilitaram o desbravamento de novos territórios, como no Oeste Americano, nos domínios britânicos e em partes da América Latina. No fim do século XIX, a procura de matérias-primas, além doutros motivos, levou cada vez mais as nações europeias a estenderem o domínio político a zonas pobremente organizadas ou debilmente governadas de África e da Ásia (Cameron, 2000, p. 225).

Estes acontecimentos e ações para se melhorar a economia foram impulsionados por estruturas institucionais que permitiram produzir a civilização industrial europeia. Instituições estas que abriram espaço para a liberdade de escolha dos indivíduos assim como, segundo Cameron (2000), a sua movimentação no meio territorial e social que a oportunidade de serviços e suas relações sociais proporcionavam. E todos estes benefícios eram apoiados pela lei e propriedade privada, que estavam passando por uma utilização mais racional e científica para, além de trazer um desenvolvimento da sociedade na sua forma de pensar e na sua organização administrativa, também queriam obter resultados lucrativos para as nações, impulsionando a economia. Os países mais avançados nesse quesito foram a Inglaterra e a França que trouxeram, juntamente com o sistema jurídico, a implantação de leis mais liberais e modernas: o direito comum; abolição do regime feudal; uniformidade de leis e direitos de cidadãos de cada nação; incentivo econômico em empresas privadas, na administração governamental; busca de novas tecnologias agrícolas e fabris; apoio a desenvolvimentos científicos e sociais; entre outros. Ou seja, os países europeus que estavam sofrendo essas mudanças em decorrência do liberalismo e do capitalismo, que surgiram e influenciaram na maneira de se pensar e organizar a administração nacional (divisão do trabalho, novos processos produtivos e cognitivos), estavam construindo um espaço econômico, político e social em que

seus governos estimulavam a modernização da nação. O que, conseqüentemente, teria uma alteração no papel do governo durante o século XIX, apagando a estrutura do Antigo Regime:

Além do comércio livre, os dogmas do liberalismo econômico (como ficou conhecida a nova doutrina) preconizavam uma redução do papel do Governo na economia. Em seu nome, o sistema fiscal foi revisto e simplificado e as Leis de Associação, as Leis de Navegação, as Leis de Usura e outros símbolos legislativos do Antigo Regime na vida econômica foram todos rejeitados (Cameron, 2000, p. 244).

Com essas novas leis científico-liberais e a mentalidade europeia sendo dominada pelas teorias dos intelectuais, citados anteriormente, sobre liberdade, conhecimento, igualdade e desenvolvimento, demonstra a nova era que o século XIX estava trazendo. E nada mais assertivo de se impor tais assuntos na mente coletiva dos cidadãos do que através de sua instrução, sua educação. Para que uma nação seja desenvolvida e considerada uma potência, a sua sociedade deve ser ensinada as normas socioculturais, os conhecimentos administrativos e políticos, a história de sua nação e, também, o pensamento filosófico e científico. E os intelectuais que trarão esses conhecimentos, seriam aqueles que surgiram do novo grupo social da Era Moderna, a burguesia. Essa tentativa de instrução da sociedade europeia surgiu por conta das mudanças sociais e culturais que as revoluções industriais afloraram e, ao mesmo tempo, surge a vontade de fixar a ideia nacional. O direito à educação, onde se construiria os preceitos da base cultural de uma nação, é uma condição prévia para legitimar o poder do estado moderno:

A ideia nacional é o atributo central da legitimidade do estado moderno. Na sociedade agrária havia falta de voluntarismo e de recursos para uma homogeneidade linguística e cultural, sustentada por um sistema educativo universal, sistema esse que só surgirá com a transformação da divisão do trabalho e dos processos produtivos e cognitivos. Ao surgir uma nova ordem social em que o direito à educação é a condição prévia de todas as especialidades, a cultura, considerada dominante, passa a reger toda a sociedade, caracterizando-a (Branco, 2009, p. 2).

A educação comum traria uma unificação da sociedade, além de trazer uma identidade sociocultural própria e com os preceitos básicos para se desenvolver o país. Embora as pessoas sejam instruídas com conhecimentos novos sobre o mundo e, também, trazendo à tona princípios ancestrais, o ensino também era uma forma de controle e proteção de um estado contra as influências externas que poderia substituir ou apagar suas raízes e elementos culturais, a chamada “invasão cultural estrangeira” (Silva, 2019, p. 65). Essa busca de impor uma nova base educacional, com elementos e costumes do passado, que traria a unificação sociocultural da população, criando uma autoafirmação nacional e, assim, controlando os indivíduos e garantindo a coesão social. Portanto, o interesse de alguns no poder, com o objetivo de impor sua vontade e firmar a sua legitimidade, utilizam de meios institucionais e profissionais subordinados a eles para implantar a ideia e sentimento do nacionalismo:

Nacionalismo seria, portanto, o termo utilizado para designar uma doutrina política de autoafirmação nacional, pautada na assunção da existência de unidade de interesses entre um determinado conjunto populacional, normalmente baseada em similaridades fenotípicas, étnicas, históricas e/ou culturais. Seu objetivo seria traduzido na afirmação do interesse nacional e desejo de autodeterminação, que seria alcançado através da criação de uma estrutura político organizacional formal, o Estado-nação (Silva, 2019, p. 67).

Obviamente que a imposição do nacionalismo ou do sentimento de pertencer a uma única nação vai surgir como uma consequência do período moderno, que trazia novas formas de organizar e pensar sobre a realidade de um país. As mudanças vindas dessa era, vão ser intensificadas no Período Contemporâneo, mas quando, como e com quais interesses estarão sendo utilizadas vai depender da nação em si. No caso de Portugal, sua forma de criar e impor tais ideias nacionais não virão por parte do Estado, mas do interesse de intelectuais burgueses que queriam mudar a forma com que o país estava desenvolvendo sua sociedade e como ele deveria ser representado para si e para o mundo.

## 2.1 O CASO DA ECONOMIA DE PORTUGAL: ESTRUTURA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA

No século XIX, ocorreram diversas mudanças no meio europeu. Mudanças estas que trouxeram novas tecnologias industriais, novos princípios e teorias voltadas para o cientificismo e o pensar filosófico de índole espiritual. Com isso, na primeira metade do século, os países europeus acabam desenvolvendo tanto o meio econômico-administrativo, quanto o intelectual doutrinário-cultural. Mesmo que grande parte da Europa estivesse sendo influenciada pelas novas ideias e revoluções científico-industriais, alguns países demoraram a se desenvolver ou ter um reconhecimento à par. Esse foi o caso de Portugal, que com sua particularidade hesitante de passar do tradicionalismo antigo e buscar uma nova forma revolucionária de ser e estar, tornou difícil a sua rápida modernização.

Portugal, no final do século XIX, não era ainda um país com os problemas ou os vícios da Revolução Industrial. Então, a técnica, a ciência, o progresso? As interrogações que se sucedem de forma mais ou menos acentuada com o dobrar do século e do tempo, no sentido das esperanças renovadas para mudanças e aperfeiçoamentos, tiveram em Portugal pouca razão de ser (Natário, 2017, p. 5).

Durante a primeira metade do século XIX, o país estava enraizado no antigo regime monárquico e na devoção ao pensamento religioso. A partir do período da Regeneração<sup>1</sup> que se conseguiu inserir novos conceitos científicos e, conseqüentemente, mudar a estrutura social, política e econômica portuguesa. Enquanto que na Inglaterra, França e Alemanha já existia fábricas para produzir as ferramentas e partes das estruturas arquitetônicas que comportassem as novas formas de transporte, como barcos a vapor e carros, Portugal somente começou a construir e receber tais novidades urbanas lá por 1850. Embora houvesse o atraso técnico, científico e industrial, Portugal ainda recebia alguma riqueza das colônias. Das regiões da África Ocidental<sup>2</sup> se obtinha pedras, metais preciosos e venda de escravos, a qual gerou lucro até o final do século XIX por conta do fim da escravatura (Peres, 1935, p. 583). Ou na Ásia, onde se conseguia produtos têxteis de lixo e objetos pouco conhecidos pelos europeus.

O tímido processo de fundação das indústrias de grande produção foi somente durante a década de 1860. Entretanto, diferente da primeira metade do século, nas décadas de 1870 e 1880, houve algumas inovações importantes. Por exemplo, a substituição de rodas hidráulicas por máquinas à vapor, a introdução de tecnologia de moagem por cilindros no lugar das mós, novas indústrias como a de cerâmica, cimento e vidro que foram essenciais nas grandes obras públicas. As possíveis causas para esta demora foram as cinco teorias apresentadas no livro *História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)* de 1998. Segundo o livro, havia diversos tipos de bloqueio ao desenvolvimento português: precária preparação de gestores, técnicos e trabalhadores; o acesso aos créditos e juros eram complicados e seu valor frequentemente elevava; complicações no sistema de transportes e de comunicação nas regiões agrárias; falta de matérias primas e de combustíveis para as fábricas; concorrência com demais países já industrializados no mercado exportador; e aplicação de finanças pessoais em setores de menor risco ou de lucros mais altos (Mendes, 1998, p. 315).

Para se entender a falta de um desenvolvimento industrial acelerado no país deve-se observar fotografias do período que retratam o cotidiano do meio urbano. A figura 1, a seguir,

---

<sup>1</sup> Período entre 1851 à 1868, onde houveram tentativas revolucionárias de mudanças no quadro político (bipartidarismo, eleições, leis civilizatórias etc.), econômico (estabilização da dívida pública, desenvolvimento capitalista com obras públicas, investimento na produção material nacional etc.), administrativo (separação da Igreja e do Estado, organização do papel do exército, reorganização de regiões do campo etc.) e sociocultural (implantação de ideias liberais-científicas, instituições educativas que lecionavam os conceitos básicos doutrinários e nacionalistas, valorização de símbolos e tradições ancestrais, valorização da literatura nacional etc.)

<sup>2</sup> Em Angola, havia grande produção de algodão e café, mas sua importância se deu com as minas de diamantes, petróleo, gás, ferro, cobre e urânio. No território de Moçambique, além das jazidas de minério, também se realizava o transporte de escravos era o setor que mais rendia lucros à Coroa, além de servir como base para os portugueses combaterem os árabes que disputavam o mercado nas Índias.

ilustra o Cais do Sodré, por volta do final do século XIX, onde se percebe, no canto esquerdo, que não existia muitos barcos à vapor atracado ou navegando. No centro da fotografia, há outra situação em que se observa a inexistência de automóveis modernos nas ruas, somente carroças puxadas por cavalos como forma de transporte público. Além disso, não há sinal de ruas ladrilhadas ou trilhos de trens. Isso é um exemplo que demonstra como o desenvolvimento estrutural e econômico do país era lento em comparação aos outros países europeus do período contemporâneo, pois estes já detinham grande parte de seu território coberto por ruas pavimentadas ou caminhos-de-ferro.

Figura 1 - Cais do Sodré, Lisboa, no final do século XIX



Fonte: Lisboa de Antigamente, 2019

Para que o ambicioso plano de modernização ocorresse, o governo reuniu condições e indivíduos necessários. Uma figura histórica principal para esse objetivo fora o ministro Fontes Pereira de Melo<sup>3</sup>, que utilizou de sua ideologia humanista e científico-tecnológica para promover soluções que facilitavam a circulação de bens e pessoas (estradas e ferrovias), dinamizando o mercado, e criaria uma moeda única para representar a nação (Mendes, 1998, p. 275). Durante a sua campanha política, a situação econômica foi de estagnação para um lento crescimento, diferentemente de anos anteriores em que estavam com complicações políticas e,

---

<sup>3</sup> Primeiro ministro do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria de 1878 até 1886.

consequentemente, com a economia inserta. Na tabela 1 retrata a situação econômica e política de cada ano, desde 1820, onde se pode observar que durante as contribuições administrativas do ministro, houve uma chance de desenvolver o país:

Tabela 1 - Quadro da Política e economia (1820-1974/1975)

Quadro 3 Política e economia (1820-1974/1975)		
Situação política	Época	Situação econômica
Agitação revolucionária	1820-1851	Estagnação
Tranquilidade	1851-1861	Estagnação
Tranquilidade	1861-1888	Crescimento
Tranquilidade	1888-1907	Estagnação
Agitação revolucionária	1907-1934	Estagnação
Tranquilidade	1934-1950	Estagnação
Tranquilidade	1950 em diante (até 1974-1975)	Crescimento

Fonte: Mendes (1998, p. 274).

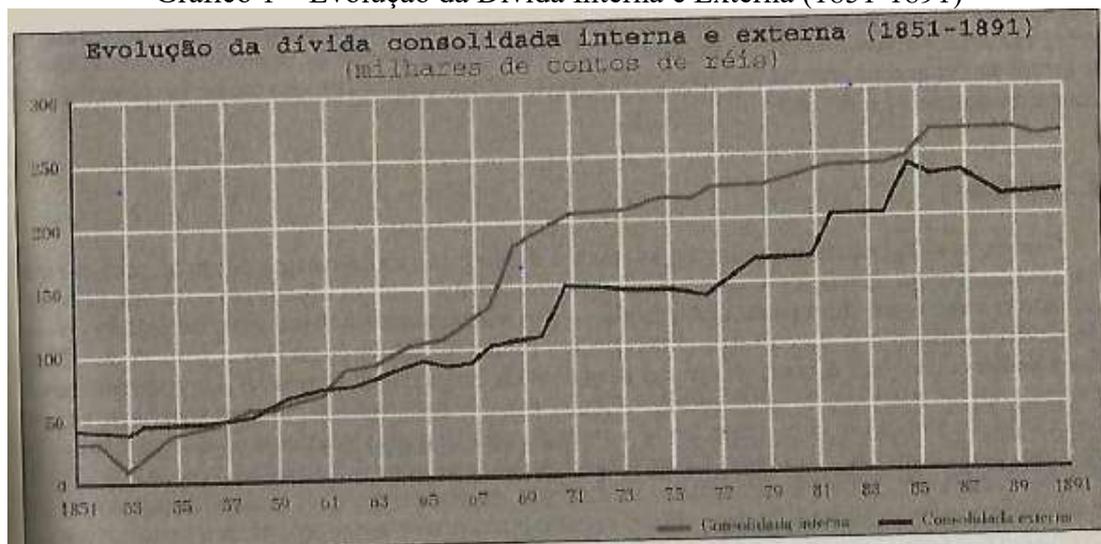
As formas criadas por Melo de arrecadar mais capital, através de receitas fiscais, de lucros agrícolas, de produção industrial e da exportação de mercadorias, não demonstraram um crescimento esporádico, mas razoavelmente qualificado. Arrecadação essa que fora possível com o auxílio fiscalizador dos bancos que estavam sendo criados. De acordo com Martins (1883), do período da regeneração até os anos de 1879, não houve um valor econômico nacional equiparável com os outros países europeus. Tal fato ocorreu por conta das dívidas anteriores, dos gastos com a construção de estradas de ferros, entre outros fatores:

De 51-2 para 78-9 o valor do nosso commercio e o rendimento das nossas alfandegas triplicaram; mas para prevenir os optimistas convém dizer que, ainda triplo, não vae além de 13.500 rs. a capitação do nosso commercio externo: quasi o mesmo que em 1818, já depois dos francezes, e sem contar com a subida do valor dos generos, proveniente da diminuição do valor da moeda. Não exageremos pois a nossa fortuna. E menos o devemos fazer ainda, quando observarmos que, sem uma crise, sem uma guerra, apenas com estradas e caminhos-de-ferro; sem justificação cabal, a não ser a do nosso desgoverno, nos temos endividado de modo que, sem em 54 cada portuguez pagava 600 rs. cada portuguez paga por anno em 79-80 rs. 3.077 juro da dívida nacional (Martins, 1883, p. 414).

Isso foi por conta de escassez de capitais, aliados a instituições e políticas econômicas tradicionais conservadoras, as quais eram muitas vezes um empecilho quando havia tentativas de implantar novas leis e métodos administrativos elaborados pelos políticos regeneradores. Além disso, também houveram gastos ascendentes, segundo Silva (1998, p.335), feitos pelos aparatos administrativos do governo que demandavam boa quantidade de percentual do recurso financeiro da nação: a Direção-Geral da Dívida Pública (35%), os Ministérios das Obras Públicas, Comércio e Indústria (17%) e o Ministério da Defesa e da Guerra (15%). Juntamente

com as dívidas externas por conta de créditos estrangeiros recorridos durante o início das reformas urbanas, a dívida total de Portugal aumentava a cada década de 1800. É nítido a tentativa dos políticos regeneradores de modernizar o país o mais prontamente possível para que crescesse os meios de comunicação terrestre e fluviais, causando o aumento do capital vindo do comércio. Entretanto, a tão desejada prosperidade não se traduziu no setor econômico por conta de dívidas vindas desses investimentos tecnológicos. No gráfico 1, se observa que a dívida consolidada interna (linha cinza clara) se sobrepõe a dívida consolidada externa (linha preta) desde a década de 60 (chegava a ser 159 mil contos de reis, valor extremamente alto pro período), chegando a ter uma grande diferença na década de 70, período de maior investimento feito pelo Ministro Melo. Ambas as dívidas exaltam a quantidade de gastos que o país produzia, tudo por causa do ambicioso plano de desenvolvimento e a tentativa de ser mais uma das grandes potências europeias que comandavam a economia mundial do século XIX.

Gráfico 1 – Evolução da Dívida Interna e Externa (1851-1891)



Fonte: Silva, 1998, p. 337

Com os incentivos vindos das novas gerações de administradores e líderes políticos que foram influenciados pelas ideias, moral, gerenciamento econômico e leis liberais, o país ibérico teve a sua base propulsora na economia europeia. No meio arquitetônico, mencionado anteriormente, o governo utilizou dos impostos retirados das receitas fiscais, tanto no território nacional quanto nas colônias (como por exemplo da Ásia<sup>4</sup> e regiões da África<sup>5</sup>), para o gradual

<sup>4</sup> Um exemplo foi a Indonésia, especificamente na Ilha das Flores e no Timor-Leste, era um dos principais pontos de centro comercial português na Ásia onde se tinha a comercialização de sândalo, especiarias, porcelanas e todos os outros produtos que não eram encontrados na Europa. (Peres, 1935, p.559-560).

<sup>5</sup> No porto de Guiné, eram cobrados tributos para importação por cada embarcação que atracasse ou saía, sendo os navios estrangeiros pagando mais que os nacionais (Chagas, 1890, p.118-119)

melhoramento de estradas e estruturas, o que comportava na tentativa de modernizar o meio urbano português. Por conta destes impostos, desde 1852, houveram construções de 200 quilômetros de estrada, o que contribuiu para o advento do carro motorizado em 1920 (Birmingham, 2022, p. 154). A ideia era tentar se igualar às grandes potências europeias, o que era preciso ter seu meio urbano desenvolvido para receber as novas tendências tecnológicas, podendo fazer uma ligação/contato mais direto com elas por conta dos transportes e caminhos que facilitariam a conexão. Segundo o professor de história, David Birmingham (2022), houveram diversas obras públicas que foram feitas na década de 1870, necessárias para a prosperidade de Portugal. Isso trouxe uma forma de troca comercial-econômica e de comunicações diretas com toda a Europa, a qual também estava querendo ligar todos os países em desenvolvimento, criando uma rede de contato terrestre das capitais e dos portos europeus:

Ainda mais intenso do que o programa foi o início da construção de um sistema ferroviário. Ele foi construído com extensivo capital estrangeiro, principalmente da França, e foi projetada não apenas para ligar Portugal com a Europa via Espanha Continental, mas também para agilizar as comunicações internas. Obras espetaculares de engenharia foram responsáveis pela construção de pontes sobre os grandes rios e trouxeram os trens por túnel até o coração das cidades. Em Lisboa, elevadores hidráulicos transportavam passageiros do nível da rua até as plataformas na lateral de um penhasco, situadas em um palácio pseudomanuelino<sup>6</sup>; e na cidade do Porto, a estação foi decorada com murais em azulejos excepcionalmente finos (Birmingham, 2022, p. 154).

Uma ideia da amplitude que as estradas e ferrovias proporcionavam, é se pensar quais cidades espanholas se conectavam com o território português. Como a Espanha era o país que dividia Portugal do resto da Europa em termos terrestres, as linhas de trens permitiam que houvessem caminhos com maior facilidade e rapidez em chegar ao outro lado. Em consequência a esta “ponte” entre dois mundos (a antiga Portugal e a industrializada Europa), houve a unificação do espaço e a aceleração da mobilidade das cargas transportadas (pessoas, itens e informações). A fronteira marítima de Portugal teria a ajuda dos navios a vapor, principalmente dos de companhias estrangeiras para se ter as trocas mercantis ou as trocas de conhecimentos por conta das cartas enviadas além-mar, trazendo as últimas notícias das colônias portuguesas.

Foi assim que, em 1863, Lisboa ficou ligada a Espanha pela linha do Leste; em 1864, a linha do Norte chegou até Gaia e a do Sul até Beja; em 1873, o comboio chegou a Évora e a Estremoz; em 1875-1877, o Porto ficou ligado através as ponte D. Luís; em 1882, inaugura-se as linhas da Beira Alta e do Minho até Valença; em 1886, Portugal ficou ligado à Galiza; em 1887, concluiu-se a linha do Douro, etc (Catroga; Carvalho, 1996, p. 124).

---

<sup>6</sup> Estilo arquitetônico manuelino é um estilo decorativo, escultórico e de arte móvel que se desenvolveu no reinado de D. Manuel I. É uma variação portuguesa do Gótico final, marcada por motivos iconográficos próprios, de grande porte, simbolizando o poder régio. O estilo desenvolveu-se numa época propícia da economia portuguesa, deixando marcas em todo o território nacional.

Para se ilustrar esta situação de desenvolvimento urbanista que a indústria nacional e o apoio do capital estrangeiro proporcionavam, é preciso se analisar algumas imagens do período. A foto a seguir retrata o já mencionado o Cais de Sodré<sup>7</sup> em que se vê as mudanças que sofreu em sua estrutura no período de final do século XIX e início do XX. Por volta do final dos anos oitocentistas, há um planejamento na construção e no melhoramento da estação ferroviária do cais, com o objetivo de ligar o centro de Lisboa com o município de Cascais e outras cidades, e, assim, houver mais cidadãos e mercadorias de outros países circulando pelo território. Embora o advento deste transporte seja imprescindível para se modernizar um país, é preciso levar em conta a base para se implantar tais locomotivas nessa região portuária, no caso a preparação das ruas pavimentadas. A imagem a seguir (Figura 2) retrata a frente da estação de Sodré com ruas ladrilhadas, o que era essencial para que houvesse o transporte mais seguro e ligeiro dos materiais de construção dos trilhos da ferroviária, além de modernizar a paisagem urbana portuguesa:

Figura 2 – Estação do Cais do Sodré em 1928 na avenida 24 de Julho



Fonte: Lisboa de Antigamente, 2019

Em consequência dessa adaptação do meio urbano, mostra como o avanço da tecnologia de transporte a qual estava sendo implantada naquela região, demonstra um importante fator

---

<sup>7</sup> Importante cais onde havia a circulação de vendedoras de peixes (abasteciam seus cestos ou mercavam-nos na Ribeira Nova), pessoas que passeavam, pescadores e trabalhadores dos armazéns ribeirinhos e os marinheiros estrangeiros que vinham dos navios veleiros que atracavam no porto.

para movimentar a economia. Estas novidades do mundo moderno, as quais estavam recém sendo instaladas com maior intensidade, faziam jus a fala “Acima do cavalo da diligencia está o *tramway*, acima d’este a locomotiva, e acima de tudo o progresso!” (Martins, 1883, 363). Frase essa que expressa a fase em que Portugal estava buscando atingir. O tão desejado progresso se pode ver quando as ruas que trariam o material de instalação dos caminhos de ferro no cais, estavam preparadas com pedras e ladrilhos resistentes ao tempo e ao peso do ferro. Na figura 3, se consegue observar a quantidade de transporte de pessoas (trabalhadores, comerciantes, políticos, entre outros) que faziam seus serviços e geravam uma parte do capital português. Era através da comercialização de produtos nacionais (vinho, algodão, cortiça, móveis, minerais, entre outros), de negociações com os marinheiros estrangeiros e suas iguarias, a circulação de informações administrativas dos políticos que ali frequentavam e da arrecadação dos lucros mercantis que contribuíram para o país crescer e funcionar como uma possível potência europeia. Isso ilustrava a imagem que os líderes políticos queriam colocar dentro de seu país e transmitir um certo ar de poder progressista de Portugal para fora de seu território, no caso a Europa.

Figura 3 - Eleições legislativas em Lisboa e a condução de presos para a estação do Cais do Sodré com destino a Caxias.



Fonte: Lisboa de Antigamente, 2019

Estes caminhos ladrilhados e estradas de ferro construídas pelo governo, com investimento estrangeiro, acaba por trazer um grande fluxo de capital para a economia do país.

O que se pode observar é que com o interesse das demais nações no desenvolvimento estrutural de Portugal, houve um incentivo para o crescimento e aplicação de bens pelos produtores portugueses, porque eles deveriam investir em outros empreendimentos que trouxessem lucro e pudessem competir com o capital estrangeiro. Alguns destes empreendimentos foram a produção de vinho, cerâmica, cortiça e algodão, os quais eram investimentos de risco por estarem sempre oscilando em decorrência de demanda no mercado mundial. Por conta disso, o ano de 1871 foi marcado pelo crescimento da produção manufatureira em decorrência das máquinas importadas, além de, também, haver um aumento nos rendimentos agrícolas por causa do transporte de seus insumos cada vez mais sendo feito pelos trens.

A importância de máquinas aumentou dez vezes em seis anos, até chegar a um terço de todo o capital registrado de cada empresa. [...] Por um tempo, os preços do vinho ficaram altos, pois os vinhedos franceses haviam sido dizimados por doenças, o que fez com que os vinhos portugueses pudessem conquistar novos mercados. Os rendimentos agrícolas também subiram com o aumento do acesso ao transporte ferroviário mais barato e confiável. Ao mesmo tempo, a produção industrial triplicou sob o impacto do “capitalismo de regeneração”. Em 1851, havia apenas mil unidades de cavalo-força de potência em todo o Portugal. Trinta anos depois, havia 9 mil unidades de cavalo-força, a indústria do algodão expandiu-se e agora empregava mil teares; e as pequenas fábricas de vidro, telhas cerâmicas e de imobiliário de cortiça prosperavam. O setor industrial português ainda era muito modesto, mas foi crescendo e se tornando politicamente significativo (Birmingham, 2022, p. 157).

Essa produção que pudesse competir com a produção estrangeira teve seu reconhecimento através do comércio. No caso de Portugal, o comércio interno era dividido em dois tipos, o sedentário e o itinerante. O primeiro dizia respeito a lojas, tendas e bazares que traziam por encomendas grandes quantidades de bens estrangeiros ou negociavam nos portos a produção nacional com marinheiros de todas as partes da Europa. O segundo tipo era composto de vendedores ambulantes, comerciantes locais e almocreves. Por conta dos aglomerados que os transportes traziam e do desenvolvimento industrial urbano, o tipo sedentário acaba ganhando mais peso na economia portuguesa desde 1865. Os locais de maior concentração de tais comércios eram as regiões próximas de portos, pois havia a facilidade de chegar rapidamente os produtos externos nos estabelecimentos de vendas ou agrupar grandes malotes da produção nacional para serem transportados e vendidos no mercado mundial. A cidade do Porto era a mais conhecida por esse ponto, com abundância de mercados, agentes comerciais, despachantes e negociantes.

O comércio, obviamente, faz girar a roda de produção das fábricas e indústrias portuguesas, pois ele é impulsionado pelos pedidos de demanda e procura que o mercado mundial exigia. Além de abastecer com produtos agrícolas e de material a nação, o comércio atua como um dos agentes de desenvolvimento econômico porque ele atrai pessoas, produtos e

capitais para determinadas localidades urbanas, enriquecendo-as (Mendes, 1998, p. 320). A circulação destes insumos era feita através de negociadores dos navios nos principais portos, e a maioria das exportações de produtos nacionais eram feitas para a Inglaterra, França e Espanha. Segundo Martins (1883, p. 416), Portugal exportava as melhores safras e a melhor qualidade de minérios e produtos industrializados para os principais compradores da Europa, deixando produtos qualitativamente inferiores para a sua venda interna. O vinho português era o produto de maior procura pelos estrangeiros, chegando a ser 40% do total das exportações (Mendes, 1998, p. 321), além do que a videira rendia mais a receita do que a do trigo que era um insumo agrícola básico da Europa. Já na importação, não media esforços para obter materiais de luxo (algodão, seda, lã etc.) ou de trazer grandes quantidades de matérias primas (metais e carvão), ambas vindas de territórios ocupados como na Indonésia, na Índia<sup>8</sup> e em regiões africanas, para a sua indústria produzir mais bens, com a finalidade de lucrar na venda externa:

Deduz-se dos precedentes quadros que Portugal importa principalmente: tecidos, cereais, metais, gêneros coloniais e matérias-primas para as suas indústrias; exporta: vários produtos agrícolas, minérios e algumas produções das indústrias manufatura e fabril. [...] Note-se um grande acréscimo na importação das matérias-primas, o que denota o desenvolvimento industrial que de facto tem havido nos últimos anos (Mendes, 1998, p. 321).

A dependência que Portugal tinha com o comércio internacional, principalmente a Inglaterra, era evidente ao se analisar o valor do produto nacional ligado a negócios estrangeiros serem menores que a importação de produtos externos. Segundo Salomão (2005), por conta do crescimento populacional, com maior aglomeração nas cidades portuárias e industriais, o país precisava importar mais cereais para poder alimentar a população, além de insumos para manter em funcionamento as máquinas nas fábricas:

No entanto, mesmo após meados do século, o nível de exportações continuava abaixo do nível de importações, o que mantinha os saldos comerciais portugueses em déficit: Portugal ainda dependia do abastecimento estrangeiro em cereais (o aumento da população forçou novas importações), carvão, maquinaria, algodão e açúcar, entre outros. A redução da produção de cereais acarretou o aumento da criação de gado e de produtos animais, sendo alguns incluídos na pauta de exportações portuguesas (Salomão, 2005, p. 31).

Pode-se dizer que uma das causas para essa necessidade de importar muitos recursos agrícolas e de matéria prima seja por conta de a proporção territorial do país ser menor que a dos outros europeus e, conseqüentemente, reduz o tamanho da escala de produção nacional.

---

<sup>8</sup> Em Gôa, região rica em vias fluviais, fez com que o interesse dos portugueses em investir na exploração e construção de portos para o comércio, pois o local era conhecido como um dos melhores ancoradouros da Península Indiana por ter saída a toda a sua produção, principalmente o minério, tecidos e as especiarias. (Santos, 2020)

Teoricamente se um país produz algo com rapidez, quantidade e qualidade, os compradores acabam por comprar tais mercadorias, mesmo que valem o dobro das feitas em menor categoria pelos portugueses. O que pode ter contribuído para essa pretensão das demais potências pela escolha destes artefatos “refinados”, seria o fato de que as técnicas e tecnologias industriais era superiores que as dos portugueses. Os maquinários de refinamento, moldes de objetos nas fábricas serem maiores, um maior espaço e organização administrativa das indústrias e fábricas, são alguns dos culpados pela capacidade de países, como Alemanha, Inglaterra e França, terem se tornado potências mercantis do período contemporâneo. No trecho a seguir, exemplifica perfeitamente de como que era visto os artefatos fabricados em Portugal com relação aos britânicos pelos olhos do mercado internacional oitocentista:

Todo o mercado português para máquinas e peças de reposição, por exemplo, oferecia menos oportunidades de negócios do que o realizado por uma única empresa de engenharia britânica em Ipswich, e o consumo do aço português de 40 mil toneladas era menor do que o produto final de um moinho britânico (Birmingham, 2022, p. 161).

No quesito da produção agrícola, Portugal se manteve com muitos dos produtos comumente lucrativos para a exportação, no caso o vinho, azeite e o sal (83% da produção exportada). Como a quantidade de cereais e seus derivados eram baixos, se aumentou a criação de horticultura, de frutas e de animais, tornando-as uma das maiores formas de arrecadar capital estrangeiro. Para tal fruto vingarem uma boa remessa, foi necessário a transformação de terrenos em pastagens, por conta do aumento da procura de carne, e de aquisição/ocupação de mais terras para plantações diferenciadas, no caso para as árvores frutíferas (Catroga; Carvalho, 1996, p. 122). Tal necessidade de lavoura pode ter causado a diminuição de terrenos para a moradia da população rural, o que se pode explicar na sua posterior fuga para as cidades, o que será melhor explorado em outro subcapítulo.

Enquanto que algumas mercadorias iam decaindo, outras duplicavam. Em teoria, essa duplicação nacional teria melhorado as receitas de exportação do governo e, também, satisfeito as exigências de maior lucro da classe burguesa. Entretanto, como o número total de importação continuava sendo maior que o da exportação em 1878, essa teoria não se aplicou, ainda mais se considerar as dívidas de empréstimos financeiros para o melhoramento estrutural do país. Não podendo esquecer de incluir a falta de interesse prévio dos agricultores de desenvolver um movimento cooperativo que permitiria uma abertura para se instalar novas técnicas e equipamentos com a finalidade de aumentar a produção (Birmingham, 2022, p.162). Muito por conta da agricultura de subsistência ou de produção para o pequeno mercado ter muito peso na balança econômica interna, além de ser um meio de arrecadação tradicional dos grandes proprietários que se sustentavam de tal fonte monetária desde de o Antigo Regime (Catroga;

Carvalho, 1996, p. 122). Esse comportamento conservador dos portugueses vai se refletir no comércio, pois não buscavam novos conhecimentos ou especializações para formar gestores que possam cooperar para melhorar a comercialização, nem utilizou de seus recursos financeiros para investir mais no melhoramento da marinha, o que gerou estagnação e consequentes crises a partir de 1890.

Segundo dados levantados por Oliveira Martins (1883, p. 465), a despesa no aparato marítimo era alta para países como Dinamarca (42%), Suécia (37,1%) e Noruega (32,2%). Já para Portugal, este gasto o tornava a ser um dos últimos países da tabela, chegando a ter 21,4%. Além da já mencionada justificativa de um privilégio em investir na indústria e em obras públicas, os portugueses detinham a maior percentagem de dívidas, cerca de 50% das despesas totais, entre 1879 à 1880. Já os outros três países, tinham 20,2%, 17% e 15,2% respectivamente, o que explicava a sua vantajosa posição no levantamento da tabela.

Tabela 2 – Percentagem das despesas totais entre 1879-1880

<b>PERCENTAGENS DAS DESPESAS TOTAIS</b>			
	<b>DIVIDA</b>	<b>EXERCITO E MAR.</b>	<b>SALDO (: 100)</b>
<b>PORTUGAL</b>	<b>50,</b>	<b>21,4</b>	<b>28,6</b>
<b>Espanha</b>	<b>39,1</b>	<b>22,6</b>	<b>61,7</b>
<b>Belgica</b>	<b>29,6</b>	<b>18</b>	<b>47,6</b>
<b>Baviera</b>	<b>26,4</b>	<b>27,7</b>	<b>45,9</b>
<b>Dinamarca</b>	<b>20,2</b>	<b>42</b>	<b>62,2</b>
<b>Hollanda</b>	<b>20</b>	<b>30,8</b>	<b>50,8</b>
<b>Suecia</b>	<b>17</b>	<b>37,1</b>	<b>54,1</b>
<b>Noruega</b>	<b>15,2</b>	<b>32,2</b>	<b>47,4</b>

Fonte: Martins, 1883, p. 465

Oliveira Martins, como um exímio historiador político e econômico, ainda revela o levantamento de dados sobre os principais produtos importados e exportados por Portugal no ano de 1878. O que se pode analisar é que as classes de venda de animais vivos, madeira, materiais vegetais de diversos tipos, minerais e bebidas alcoólicas (vinho) eram os que traziam mais lucro para a economia comercial. Já as classes de pescaria, lãs e tecidos, seda, algodão, linho, farináceos, produtos feitos nas colônias (Brasil, Angola e Moçambique), metais refinados, cerâmica, vidros e manufaturas elaborados eram os que mais consumiam os recursos monetários no quesito importação.

Tabela 3 – Comércio português em 1878

CLASSES DA PAUTA	Importação	Exportação	Reexportação, transito e baldeação	Total (contos de reis)
1 Animas vivos	1.143,8	1.563,6	—	2.707,4
2 Productos animas	2.068	1.007,4	192,6	3.268
3 Pescarias	1.500,5	314	141,6	2.046,1
4 Lãs e pellos	2.464,7	280,1	37,7	2.783,1
5 Seda	887	35,2	24,8	947
6 Algodão	3.710,7	238,9	497,8	4.447,4
7 Linho	909,3	58,6	35,7	1.003,6
8 Madeira	805,6	1.483,4	109,2	2.398,2
9 Farinacões	3.442	554,4	272,2	4.268,6
10 Generos colonias	3.436,7	546,1	114,8	4.097,6
11 Materias vegetaes diversas	581	2.151,2	164,6	2.896,8
12 Metaes	5.622,8	2.099,9	2.017,1	9.739,8
13 Mineraes	1.556	1.752,8	348,2	3.657
14 Bebidas	484,2	7.303,7	73,7	7.861,6
15 Vidros e ceramica	262,4	33,9	15,4	311,7
16 Papel	605,6	123	67	795,6
17 Productos chimicos	353,9	242,1	5,8	601,8
18 Composições diversas	479,8	37,8	17	534,6
19 Manufacturas	1740	284,7	58,4	2.083,1
	<b>32.214,5</b>	<b>20.101,5</b>	<b>4.133,2</b>	<b>56.449,2</b>

Fonte: Martins, 1883, p. 458

O que se pode calcular, através das informações obtidas desta tabela, é que a importação gastava mais do que o comercio de exportação poderia gerar, chegando a ter uma diferença de 12 mil contos de reis a mais do primeiro em comparação ao segundo. Mesmo que houvesse uma nova leva no mesmo ano dos produtos já mencionados da exportação (sessão de “Reexportação, transição e baldeamento”), não chegava a ser tão significativo a ponto de igualar os ganhos com os gastos. Ou seja, não havia lucro, somente a busca por se manter presente no mercado internacional e a necessidade de compra das classes sociais influentes por materiais luxuosos, refinados e de fonte para alimentar as indústrias, contribuindo para o desequilíbrio da balança comercial. Isso demonstra um dos empecilhos que impedia o desenvolvimento do comércio português durante as últimas décadas do século oitocentista, causando crises que viriam a ocorrer no início do XX.

Mesmo que Portugal era rico em extensão da costa marítima e detinha uma vasta rede de rios navegáveis (Mendes, 1998, p. 322), o que facilitava a existência de diversos portos e grandes quantidades de cais para desembarcar mercadorias e circular pessoas de diversas localidades, havia outro obstáculo para o crescimento do comércio externo. Para se transportar os bens, era preciso ter companhias de navegação com tecnologias avançadas para levar grandes cargas por longas distâncias e ter uma junta/organização ou “operadores marítimos” (Mendes, 1998, p. 321) para coordenar a operação de negociação das mercadorias. Como o principal

enfoque no quesito investimento era para o setor industrial, o governo de Portugal deixou que o aparato e a organização da marinha mercante fossem precários durante o século XIX, chegando a ser menor em termos de dimensão e com embarcações antiquadas em comparação aos de outros países europeus. Com isso, o país era extremamente dependente da frota estrangeira. Mesmo que houvesse um razoável número de frotas marítimas a vapor portuguesa na década de 1870, que detinham capacidades por metro cúbico maiores em comparação a barcos a vela, os compradores evitavam de utiliza-los para o transporte de seus recursos comerciais. O que justifica a quantidade de veleiros ainda presentes como meios de locomoção fluvial, pois para o comércio de baixo escalão não exigia, em demasia, uma tecnologia avançada para as trocas entre cidades-porto de Portugal e Espanha. Na tabela a seguir, apresenta dados que afirmam esse cenário, pois enquanto os navios movidos a vela permanecem com número estável de entradas nos portos (8 mil), os movidos a carvão não crescem esporadicamente (permanecendo sempre na casa dos 2 mil) entre 1870 e 1878.

Tabela 4 – Movimento de embarcações dos portos de Portugal e suas ilhas

Anos	ENTRADAS			
	EMBARCAÇÕES DE VÉLA		EMBARCAÇÕES DE VAPOR	
	Numero	Capacidade m. cub.	Numero	Capacidade m. cub.
1867	8772	812:286	1228	308:563
8	8051	935:904	1248	285:608
70	8397	985:881	1612	638:836
2	8775	885:627	2092	1.472:459
4	8913	987:360	2138	1.777:045
6	8246	939:942	2419	1.929:309
8	7687	860:988	2747	2.276:514

Fonte: Martins, 1883, p. 459

A exclusão da marinha portuguesa em grandes negociações e a preferência pelos marinheiros britânicos reduziu drasticamente a busca pelo lucro comercial no mercado competitivo e internacional. Esse empecilho, juntamente com o limitado acesso do carvão como combustível e os caros metais refinados para a construção de novos navios, foram os culpados que impediram a rápida modernização e desenvolvimento do comércio de exportação nacional. Logo, o comércio português, que estava em escala e valorização inferior ao das potenciais europeias do período, não rendia tanto nas exportações, devido a vários fatores. São alguns deles: o peso do mercado interno ser maior que o externo para a sociedade portuguesa; os interesses dos burgueses em arrecadar mais riquezas (de bens de luxo, de terras para o cultivo de produtos lucrativos internos e de compra de títulos nobres para ter influencias políticas); a

falta de um investimento prévio na estrutura administrativa do mercado de exportação; os grandes gastos com importações de fontes de energia ou produtos refinados para as obras e fábricas; entre outros. O que poderia ajudar na obtenção de capital seria as indústrias, as quais eram integrantes do setor de maior cuidado pelos políticos no quesito modernização. Embora é claro que com uma tentativa de rápida industrialização em uma sociedade em estado de crescimento no meio geográfico e social-científico, haveriam conturbações por conta de certos funcionamentos e normas antiquadas ou usurpadoras.

## 2. 2 AS CLASSES TRABALHADORAS NAS FÁBRICAS

Nos anos de 1870, a situação da Europa era turbulenta. Por conta de mudanças políticas que ocorriam, como a unificação da Alemanha e Itália, o que levou a ideia de reunificação da península Ibérica. Ao mesmo tempo em que havia uma recessão da economia europeia, o que prejudicava financeiramente Portugal que era extremamente dependente das relações comerciais com outros países, como por exemplo a Grã-Bretanha (Birmingham, 2022, p. 156). Como a produção fabril acaba crescendo, competindo com a produção artesanal, houve greves e revoltas dos trabalhadores assim como acontecia nos outros países industrializados. Para resolver essa situação e evitar futuros levantes, os administradores, principalmente da cidade do Porto, demitem os funcionários qualificados e instalam máquinas simplificadas. Essa estratégia de simplificação permitiu que qualquer pessoa sem uma especialização ou um grande conhecimento mecânico pudessem operá-las, como por exemplo crianças, adolescentes e mulheres (Figura 4). As mulheres eram uma forma de barateamento de mão de obra, sendo vistas como “um recurso dos patrões” (Alcântara, 2022, p. 206), pois receberiam menos que os homens e fariam quase o mesmo volume de bens. Geralmente as mulheres trabalhavam essencialmente nas fábricas de tecido, fiação, cerâmica, tabaco, fósforos e de insumos alimentícios, chegando a ocupar um número maior de vagas que os homens.

As substituições por mulheres e crianças acabavam trazendo descontentamentos para os trabalhadores homens, que perdiam seu espaço em serviços, mesmo que os dois primeiros grupos recebessem salários tão baixos que poderiam ser considerados como um “suplemento ao salário do chefe de família masculino” (Baptista; Alves, 2019, p. 502). No caso das crianças, que eram tratados como mini adultos, tinham serviços desgastantes e perigosos, principalmente se considerar cortar tecidos, cortiças ou mesmo manusear produtos químicos prejudiciais à saúde, como no caso das indústrias de tabaco e fósforos. Já para o caso feminino, além de sofrerem com os mesmos riscos já mencionados, eram forçadas a presenciar abusos de seus

patrões para com elas e os jovens, tanto físico como moral. Segundo a afirmação a seguir, demonstra a realidade destes operários considerados sem qualificação e de baixo custo, sofrendo com os riscos de se ferirem para conseguirem concluir os pedidos das empresas:

Nas indústrias, onde um quarto da força de trabalho tinha menos de 15 anos, as crianças eram uma ameaça constante aos trabalhadores adultos que buscavam melhores condições e salários. Da mesma forma, o poder de barganha do trabalho foi prejudicado na indústria de cortiça, onde as empresas britânicas usavam crianças até mesmo para as tarefas perigosas, como o corte de rolhas, o qual era feito com navalha a uma taxa de centenas de rolhas de cortiça por hora. (Birmingham, 2022, p. 157)

Para se ter uma noção da presença feminina, a imagem a seguir (Figura 4), ilustra que praticamente todo o setor de embalagem e preparo de uma fábrica de alimentos eram feitos por mulheres. A presença dos homens era baixa nestes afazeres, muito por causa da ideia de tal trabalho ser, na mentalidade coletiva daquele período, algo mais simples, do lar, próprios das mulheres do que dos homens (Baptista; Alves, 2019, p.505).

Figura 4 – Mulheres trabalhando na fábrica de biscoitos da Companhia Nacional de Moagem, em Alcântara



Fonte: Seixas, 2012, p. 11

Embora nos meados do século XIX, estivesse recém passando pelo crescimento industrial por conta de investimentos e uma profunda reforma em sua infraestrutura, Portugal não deixou de passar pelos mesmos problemas que a Europa Moderna estava sofrendo. Parando para analisar, mesmo que em termos de desenvolvimento industrial o país estava atrasado em comparação as potencias industriais (Inglaterra, França e Alemanha), ainda teve de sofrer os mesmos princípios de revoltas do proletariado. A tentativa de se igualar às potências do período, as grandes indústrias não eram as que geravam grandes lucros para a economia, mas sim as

locais especializadas, como a cortiça e as sardinhas enlatadas, as quais não se deram ao luxo de investir com a maquinária cara ou técnicas modernas, mantendo a sua forma original de funcionamento:

A riqueza poderia vir potencialmente das indústrias locais especializadas, tal como a de cortiça, que negligenciou muitas oportunidades e continuou a exportar mais de 90% da sua produção na forma inacabada, ou a indústria de sardinhas, que poderia ser enlatada e, assim, competir com as indústrias extremamente rentáveis de laticínios e de carne do norte da Europa (Birmingham, 2022, p. 161).

Então, o atrito das produções crescentes das fábricas com a produção especializada ou a manufatureira dos artesãos, as ideias de contestação da realidade operária vindos de teorias revolucionárias, a demissão em massa de indivíduos especializados e sua substituição pelo trabalho infantil ou feminino são um dos processos que a tentativa de modernização trouxe. A ocupação dos serviços pelas mulheres era irreversível nesse período de 1850-1910, como foi retratado na figura 4. Elas eram uma mão de obra mais barata para os proprietários das indústrias, sendo os setores de maior concentração o têxtil, o da produção de alimentos e da manufatura de tabaco.

A Companhia Lisbonense de Estamparia e Tinturaria de Algodão (120 cavalos vapor), perto da Rua da Fábrica da Pólvora e a manufatura de lã Bernardo Daupias (100 cavalos vapor). Instalada no Largo do Calvário, o coração de Alcântara. Produzia tapetes, moquetas, cobertores de lã e colchas de seda, gravatas, bonés, camisas e chaites. Com horários de trabalho de 12 horas nos dias maiores (verão) e 11 nos mais curtos (Inverno) Em 1849 empregava 218 mulheres, 131 homens, 42 rapazes menores e 45 raparigas menores. Em 1881 havia 690 operários dos quais 400 eram mulheres. Em 1900 o seu proprietário suicidou-se e a manufatura foi retomada pelo grupo PEREZ Ferreira & C<sup>a</sup> que modernizou a maquinaria, empregando 217 pessoas, das quais 122 mulheres (Seixas, 2012, p. 8).

Ao se observar a falta de condições do meio de trabalho, o desgaste e exigências dos serviços por conta de uma carga horária grande, além de as ideias revolucionárias socialistas que estavam se espalhando pela Europa por conta de Karl Marx e seus adeptos, se torna óbvio um movimento operário surgir. As revoltas, consequência dessa situação conturbada para a classe trabalhadora, trazem denúncias e reivindicações pertinentes. Denúncias estas que eram feitas por juntas operárias, demonstrando os absurdos da falta de consideração com a vida por parte dos patrões para com seus funcionários:

[...] na indústria de tabacos eram admitidas raparigas para a confeção de charutos, trabalho que permanecera manual com salários muitos reduzidos, situação considerada inaceitável e denunciada pela Associação de Classe dos Manipuladores de Tabacos de Lisboa e Porto.

Deficientes eram igualmente as condições de higiene e salubridade das fábricas. Pelo inquérito referido, o relatório dos médicos encarregados da clínica dos operários da Companhia Nacional de Tabacos indicou que a tuberculose constituía 75% das doenças que afetavam os tabaqueiros. Nomeadamente na fábrica de Xabregas, que funcionava no espaço do antigo convento, possuía oficinas reduzidas, insalubres e sem iluminação adequada (Baptista; Alves, 2019, p. 506)

Outro tipo de denúncia relatada no período, era a má qualidade de matérias primas e da maquinária, principalmente por parte das mulheres. Segundo Seixas (2012), o material básico para confeccionar cigarros ou vestimentas eram baratos, o que causava a danificação do produto final, facilitando a sua obsolescência. Para não perder o lucro destes produtos danificados, os patrões acabavam, escrupulosamente, tendo como desculpa a falta de um serviço de qualidade de seus trabalhadores e, assim, aplicando multas que descontavam dos seus salários. O salário já não era muito promissor para os operários, além da falta de qualidade do ambiente de serviço, fazendo com que houvessem greves e reivindicações trabalhistas, como melhores salários, mais oportunidades de serviços, redução da carga horária de 12 horas para 8 horas, fim das multas arbitrárias, entre outras. Todo esse pensamento de buscar melhoras nas fábricas fora uma das consequências que o desenvolvimento urbano trouxe na modernização do país, pois com a entrada de novas tecnologias e técnicas estrangeiras, também há a disseminação de novos conhecimentos e teorias pelos meios de comunicação entre os países europeus.

### 2.3 O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO: A RELAÇÃO DA CIDADE E DO CAMPO

O século XIX foi marcado por crescimentos em todos os setores, até mesmo no quesito social-geográfico, no caso a população portuguesa. De cerca de 2 milhões em 1801 para mais de 4 milhões de habitantes em 1890 (Cascão, 1998, p. 365). O desenvolvimento urbano e industrial promovido pelo Fontismo, fez com que houvesse mais condições econômicas para uma melhor qualidade de vida, como criação de mais oportunidades de emprego nas cidades industriais. Com isso, houve profundas transformações na paisagem geral de Portugal, onde os centros urbanos de maior concentração de capital detinham um crescente número de habitantes em comparação ao campesinato. Essa redistribuição populacional fora causada não pela natalidade, que era baixa nas cidades, mas do fenômeno da emigração. Segundo Vieira (2004) este movimento se fez por três motivos:

- Podemos falar do efeito da pressão demográfica em zonas rurais, que se encontravam secularmente estruturadas de acordo com um regime de transmissão de propriedade e costumes que travavam as possibilidades de sobrevivência dos filhos segundos das famílias camponesas;
- Devemos também destacar os efeitos a nível local da implantação de determinadas indústrias, que actuaram como catalizadoras demográficas na segunda metade de oitocentos;
- E, por fim, a procura de melhores condições de vida noutras localidades que não a de origem, inclusive fora de Portugal. Esta última forma de deslocação foi facilitada por uma conjuntura internacional favorável a deslocações maciças de europeus de zonas menos desenvolvidas em termos económicos para espaços abertos, em fase de povoamento e com enormes riquezas naturais e potencialidades. Foi o caso do

continente americano, acentuado no caso específico do Brasil pela existência de uma história e de uma língua comuns (Veiga, 2004, p. 49).

A população rural era evidentemente maior do que a da cidade em termos de natalidade desde 1850. Embora fosse difícil precisar a quantidade exata, devido ao fato de a complicada separação entre aqueles indivíduos que seriam do meio rural ou do meio urbano, como é o caso dos comerciantes, artesãos e artífices que transitavam entre um e outro sem ter um paradeiro definitivo. Outras vezes eram grupos amontoados que viviam do sustento de uma parcela dos indivíduos que cultivavam e a outra de produção familiar na confecção de objetos que seriam comercializados nas cidades de Lisboa ou do Porto. Além disso, não havia um controle fiscal definitivo de cada província que pudessem arquivar o número de aldeias e de vilas que se formavam ou que eram abandonados, complicando ainda mais o registro da população. Portanto, era difícil conseguir um controle demográfico do campesinato, podendo sempre ter alguma porcentagem aproximada do valor total, mas nunca um número exato. Segundo Irene Maria Vaquinhas (1998), especialista em pesquisas de história da vida rural portuguesa na Era Contemporânea, a variação era de 86% à 88% a percentagem da população rural entre os anos de 1864 e 1878, mas a certeza de muitos pesquisadores era a evolução desta parte da população, por mais que seus habitantes se espalhavam por grandes extensões de terras.

A adoção de um critério demográfico esbarra ainda com a diversidade das formas de povoamento existentes no nosso país, que diferem do Norte para o Sul. Há na parte meridional e nalgumas regiões fronteiriças do Leste aglomerações que ultrapassam a cifra dos 2000 habitantes, mas, atendendo a que a sua população vive directa ou indirectamente do trabalho agrícola, não deixam de ser aldeias. Agravam estes condicionalismos as alterações concelhias e distritais decorrentes das várias reformas administrativas que se sucederam em Portugal após 1836 e que, ora amputado ora acrescentado aqui e ali freguesias, dificultam o estabelecimento de um quadro homogêneo de localizações necessário a um estudo comparativo através dos tempos. Não é fácil, por conseguinte, enunciarem-se conceitos precisos e válidos para um período longo. Não obstante todas estas reservas, são numerosos os autores que têm equacionado, com aproximada exactidão, a evolução da população rural. (Vaquinhas, 1998, p. 411)

Retomando o que fora anteriormente mencionado, a migração interna era comum na sociedade portuguesa. Como se observou, o interesse em se deslocar do local de nascimento para uma região urbana, se parar para analisar, há diferentes formas de pressão. Tais pressões eram internas (desejo de trabalhar e melhorar sua capacidade técnica; ter um emprego próprio com salários mais favoráveis) e externas (a implantação de meios de transportes que faziam com que tivesse uma facilidade de deslocamento e, por conta do crescente número de fábricas, há um conhecimento das regiões industriais pelos meios de comunicação). Nas cidades, os jovens conseguiam encontrar outros tipos de trabalhos sem muita burocracia, se comparar aos contratos e serviços laborais do sistema de concessão de terras. Para o meio rural, ter grandes

quantidades de terras e utiliza-las era uma forma de ter um emprego, atingir um *status* social e, assim, poder participar da vida política. Portanto, eram poucos os proprietários dos latifúndios, não tinham tantos concorrentes o que tornava desinteressante a busca por investir em novas formas de cultivo. Entretanto, como a vida política trazia mais reconhecimento e conexões financeiras, chamava a atenção de tais indivíduos que queriam entrar na classe burguesa. Como havia uma gradual implantação de um novo aparelho econômico-administrativo e de um novo governo, a possibilidade de entrada de novos membros na classe média cresceu. Em consequência a esse evento, nada mais favorável do que a compra de títulos de nobreza, sendo que o renome de barão era o mais cotado chegando a 80% das escolhas.

[...] a gradual implantação de uma ordem jurídico-econômica e de um novo aparelho de Estado fez aumentar a importância de grupos que podem ser integrados na chamada classe média (burguesia, funcionários públicos, proprietários não agrícolas), nestes se encontrando os que tinham arrematado os bens nacionais, confirmando ou reforçando um poder que já detinham e que se iria consolidar com a Regeneração. [...] em 1867, a burguesia teria duplicado no País, já com predomínio maior de homens de negócio e ligados à indústria do que de funcionários públicos. E, em 1890, a classe média pode ser estimada em 12 a 14% da população do País, embora em cidades como Lisboa e Porto essa relação chegasse aos 30% (Catroga; Carvalho, 1996, p. 127).

Além disso, o apego a agricultura de subsistência e o espírito tradicionalista eram outras formas do não investimento em melhores técnicas ou tecnologias, trazendo “graves embaraços ao progresso da agricultura” (Vaquinhas, 1998, p. 409). O que era um dos motivos dos jovens conseguirem encontrar melhores chances de crescer financeiramente nos centros urbanos. As principais cidades, as quais traziam o capital do país, eram as que mais detinham a concentração populacional do país. No Porto, Viseu, Lisboa e Coimbra, eram os objetivos finais destes ávidos operários, pois eram os centros econômico-financeiros, de instrução e de comércio marítimo. Quanto mais cresce os investimentos governamentais nestes centros econômicos, maior é a chance de aumentar o povoamento dos emigrantes nos seus entornos. Na tabela 5 a seguir, mostra como que as cidades mais desenvolvidas de Portugal durante as décadas de 1878 e 1900, tinham a concentração populacional maiores do que outras.

Tabela 5 – Quadro dos distritos portugueses mais povoados no século XIX (%)

1837		1851		1878		1900	
Lisboa	12.5	Lisboa	13.1	Lisboa	12.0	Lisboa	14.1
Porto	10.6	Porto	10.6	Porto	11.1	Porto	12.0
Viseu	8.9	Viseu	8.6	Viseu	8.9	Viseu	8.0
Braga	8.9	Braga	8.6	Braga	7.7	Braga	7.1
Coimbra	7.3	Coimbra	7.4	Coimbra	7.0	Coimbra	6.7
Aveiro	6.9	Aveiro	7.0	Aveiro	6.2	Aveiro	6.0
<b>Guarda</b>	<b>6.0</b>	Guarda	5.6	Guarda	5.5	Santarém	5.6
<b>TOTAL</b>	<b>55.1</b>	<b>TOTAL</b>	<b>60.9</b>	<b>TOTAL</b>	<b>58.4</b>	<b>TOTAL</b>	<b>59.5</b>

Fonte: Veiga, 2004, p. 26

Se observar esse acréscimo de cidadãos em certas cidades e as informações sobre as condições de vida no campo, há a conclusão que depois da segunda metade do século XIX, a vida no meio urbano melhorou. Mesmo que os novos trabalhadores fossem de classes baixas e pouco instruídos, eram a força motriz das indústrias e fábricas, as quais funcionavam com instrumentos de fácil manuseio, sem precisar de especialistas para operá-las. Pode-se dizer que quem se submeteu a tais serviços de risco eram “pobres excluídos e miseráveis” (Catroga; Carvalho, 1996, p. 127) por conta dos proprietários das terras, que eram exigentes e desesperados por arrecadar recursos com a finalidade de enriquecer e gastar sua fortuna conseguindo títulos e influência política. Tais exigências e poucas variações de serviços que o meio rural oferecia, fizeram com que estes indivíduos buscassem e se estabelecem em um ambiente mais propício a encontrar novos salários e oportunidades, mesmo sujeitos a grande desgaste físico e maior jornada de trabalho por conta das demandas em certas produções, como a fábrica de cortiça por exemplo (Figura 5).

A partir de 1870, o fluxo migratório se acentua causado pelas mesmas explicações anteriores e, também, de superpopulação nos campos (tendo que ser criado projetos de redistribuição populacional) devido à alta natalidade. Natalidade esta pode ser associada ao pensamento e necessidade de que ter mais filhos seria como mais mãos para trabalhar nos campos, conseqüentemente conseguindo mais recursos financeiros, além de conta do cultivo de grandes extensões de terras.

Figura 5 – Trabalhadores na produção de Cortiça, entre 1868 e 1870



Fonte: Birmingham, 2022, p. 156

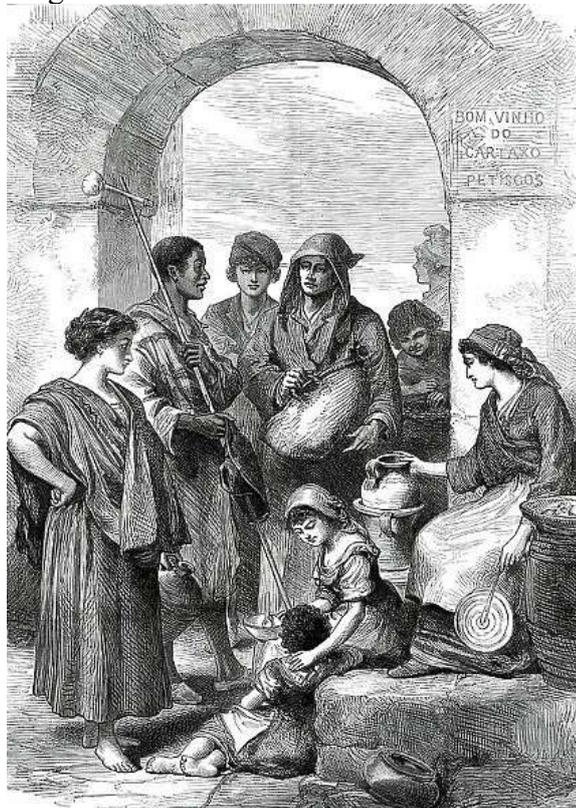
O movimento migratório em que Portugal estava nesse período, caracterizado pela saída da população da zona rural para a zona urbana, é comumente conhecido com êxodo rural. A grande quantidade de pessoas que chegavam nas cidades se concentrava, em sua maioria, em regiões do setor secundário e terciário. Mesmo que existisse o setor secundário, onde estariam as atividades voltadas para a indústria e produção de bens de consumo, havia mais chances de se encontrar tais indivíduos no setor terciário, o qual era voltado para o comércio e serviços em geral. Segundo Alcântara (2022), as mulheres poderiam até ter uma função diferente nessa área, podendo exercer o serviço de lavadoras, vendedoras de peixes, de leite, de artesanato, de cestas entre outros. Isso mostra como havia tantas pessoas do meio rural se deslocando para as cidades, pois todos os membros da família poderiam trabalhar tanto em empregos itinerantes (mercados a céu aberto, oferecer sua mão de obra onde precisasse etc.) como de natureza fixa (ateliês ou indústrias).

Na iconografia a seguir, retrata uma cena do meio urbano por volta do ano de 1876 (Figura 6). A gravura fora feita por um artista português amador para o Visconde de Menezes. Nela aparece exemplos dos possíveis migrantes rurais e suas ocupações itinerárias nas ruas de Lisboa. O destaque está no primeiro plano, onde se encontra quatro mulheres com vasilhas

(duas adultas e duas crianças sentadas nas escadas) em frente às portas das lojas de vinho do Cartaxo. Nesse plano se pode retirar informações sobre a venda de bebidas alcoólicas (produto símbolo da cultura comercial de Portugal) estar presente na vida dos portugueses, além de apresentar uma das funções que as mulheres tinham, como no caso de vendedoras de castanhas ou de leite. No segundo plano, mais ao centro da imagem, também se pode notar a presença de um comerciante de cestos e possivelmente um limpador de janelas, serviços estes que eram comuns de se submeter tais membros da classe laboral como forma de conseguir o seu sustento. Todas estas figuras são facilmente identificadas como vindas do campo, pois a forma como se vestem destacam-nos do resto da população urbana. Na presente iconografia já se pode encontrar algumas roupas São comuns para o campesinato:

- a) roupas simples como vestidos e mantas escuros, com a finalidade de não deixar sujar com facilidade o tecido com a terra;
- b) capuzes e lenços de cabeça para se proteger do sol, herança de quando fossem preparar a terra em dias escaldantes;
- c) sem o uso corriqueiro de calçados, embora os poucos indivíduos que usavam aqueles feitos de um couro fino e simples, diferentemente dos sapatos produzidos em ateliês nas cidades.

Figura 6 – Cena de rua em Lisboa de 1876



Fonte: Heritage images, 2022

Segundo Mendes (1998), as chances de um ex-agricultor com falta de estudos monográficos conseguir ocupar uma vaga no setor terciário era maior por não exigir tanta experiência, conhecimento ou que não havia concorrência com os habitantes da cidade, pois acreditavam ser um serviço indigno de seu nível educacional. Então, a mão de obra que chegava, estava se dirigindo para concentrações de feiras, mercados, lojas, tendas, cafés, tabernas, campo de obras, serviços de limpeza ou de transporte de bens. O que se pode observar era que além do setor industrial, o comercial e de serviços públicos impulsionavam os novos trabalhadores a permanecerem nas cidades. Na citação a seguir, há alguns exemplos de serviços ocupados pelo proletariado vindo do meio rural:

Estes ocupavam, directa ou indirectamente, almocreves e carreteiros, correeiros e ferradores, cocheiros e banqueiros e, já na segunda metade da centúria, ferroviários e pessoal diverso, ligados aos transportes urbanos. A relativa profusão das actividades artesanais – embora tendencialmente em regressão – fornecia também um contingente razoável aos grupos populares urbanos. Entre outras actividades significativas, em diversos centros urbanos, contratavam-se a olaria, a serralharia, a carpintaria, a marcenaria, as artes gráficas, a caldeiraria/latoaria, a sapataria e a confecção (Mendes, 1998, p. 421).

Com o contingente vindo da migração dos lavradores para as cidades, a década de 70 foi marcada pelo aumento da população portuguesa dedicada às atividades industriais e comerciais. De acordo com Mendes (1998), inquéritos apurados em 1881 levantam a quantia aproximada de 90 mil indivíduos pertencentes e trabalhando nos setores terciários e secundário, “incluindo os artífices e os mestres e aprendizes de pequenas oficinas, incluídas também as mulheres e os menores” (1998, p. 423). Mesmo que os dados exatos disponíveis deste período sejam escassos ou com lacunas, não é difícil teorizar que o proletariado cresceu esporadicamente nos centros industriais e de negócios, principalmente em Lisboa e Porto, crescendo a população urbana:

Ambas actuaram como pólos de atracção crescente, sendo em grande parte responsáveis pelo fenómeno de êxodo rural de zonas distantes, embora mais no caso de Lisboa do que no do Porto. Apesar da tendência claramente positiva, as duas atingiram o seu momento áureo durante os anos 1880, década em que os seus ritmos de crescimento anual médio se Lisboa fixaram em 2.3 e 2.4 por cento, respectivamente no Porto e em Lisboa (Veiga, 2004, p. 62).

Por um lado, houve maior valorização das cidades por conta do aumento numérico de pessoas que buscavam melhores condições financeiras, por outro havia uma disparidade entre os que trabalham e os que comandam. Quanto maior for a quantidade de trabalhadores disponíveis para os donos de fábricas e de mercados, maior vai ser o seu lucro. Isso porque se ofereceria um salário baixo para o serviço, o que geraria lucro quando se vendesse o produto final feito por mão de obra barata por um preço alto. E, na mentalidade de um proprietário do período, mesmo que existisse reclamação dos funcionários prejudicados, era só os demitir e

logo apareceria mais dez querendo as vagas. Então, era comum se ver muitos trabalhadores maltrapilhos confeccionando um único bem, podendo ter entre o grupo crianças, mulheres e homens recém chegados do campo sem se instalar adequadamente ou serem instruídos de como funcionava a vida citadina e seu sistema salarial.

Na figura a seguir retrata o cotidiano de comerciantes e artesãos trabalhando em uma praça de Lisboa em pleno final de século XIX, onde havia menores de idade trabalhando junto com mulheres e homens. Todos estão trajando roupas que remetem a vestimentas do campo ou que tenham a ver com serviços artesanais ou de fábricas pequenas, tradicionalmente assimiladas tais roupas a indivíduos que vendiam produtos como cestos, utensílios, tecidos, entre outros produtos. Esta imagem dá uma noção de como era comum, até o final dos anos 1890, a quantidade de mão de obra existente em ruas de comércio livre, becos de tendas artesanais ou esquinas de lojinhas de comerciantes locais, além de o envolvimento da força de trabalho infantil e feminino maior no comércio do que na indústria. Também se pode observar o número crescente da população rural migrando para a cidade e nessas regiões, conseqüentemente, se instalando para ter o seu sustento familiar.

Figura 7- Comércio de rua em rua de Lisboa de 1895



Fonte: Mary Evans Picture Library, 2023

A chegada de novos habitantes nas cidades fez com que, como já se observou anteriormente, crescesse a demografia, tornando necessário um controle ou registro de quantas

peças existiam na população portuguesa. Não somente para controlar a chegada de novos indivíduos, mas de se analisar a natalidade cada vez maior no país em decorrência do seu desenvolvimento econômico entre as décadas de 60 e 80. Eis que em 1864 há um censo que recolhe o número total da população de Portugal, até mesmo deixa registrado informações da quantidade de crianças, coisa que em anos anteriores eram excluídas da conta populacional. Além disso, aparece em idade e separado por sexo a quantidade de indivíduos nascidos em determinados anos, como foi o caso da tabela de 1878. (Tabela 5)

Tabela 6 – A população portuguesa em 1878

Idades	H	M	Total
0-4	264401	258451	522852
5-9	218106	211103	429209
10-14	203189	194361	397550
15-19	178845	199255	378099
20-24	159897	182433	342330
25-29	159262	186869	346130
30-34	125249	144286	269535
35-39	143797	161401	305198
40-44	105068	117066	222134
45-49	116237	132647	248884
50-54	87193	99435	186628
55-59	94101	107359	201460
60-64	59524	65500	125024
65-69	43373	52234	95607
70-74	23003	28613	51617
75 +	27645	36189	63834
<b>TOTAL</b>	<b>2008889</b>	<b>2177202</b>	<b>4186091</b>

Fonte: Veiga, 2004, p. 72

Mesmo existindo tabelas ou registros do número populacional, ainda não se pode confirmar totalmente o valor de habitantes totais que Portugal tinha nos anos oitocentos. Segundo Veiga (2004) em consequência da falta de comissões de estatísticas com estrutura e organização fiscalizadora ou profissionais distritais que possam fazer o recolhimento de dados demográficos ou por conta de orçamentos limitados para realizar uma grande operação de registro e revisão arquivística. Há também um outro problema para se ter a exatidão de dados, o da “omissão sistemática de determinadas categorias sociais” (Veiga, 2004, p. 12). Ou seja, determinados grupos como eclesiásticos e militares tinham a sua contagem de pessoal separada dos levantamentos publicados, levando à fuga de contagem de um percentual de pessoal e valores finais subavaliados no que diz respeito ao referente total de habitantes portugueses. Tal realidade punha em xeque a tentativa de deduzir um valor aproximado pelos historiadores da atualidade, já que carecia de um sistema de fiscalização e de revisão contábil até os anos de

1890. Não somente isso, mas também a evidente falta de profissionais qualificados para juntar os fatos e trazer uma análise mais apurada da realidade de Portugal naquela época. Fato esse que somente viria a ter sua devida prioridade na consciência social, através de convenções feitas pelos intelectuais da geração de 70, os quais estavam preocupados em resolver o problema da falta de preparo e da formação da população portuguesa.

### 3 CAPÍTULO 2 – ATRASO E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO EM PORTUGAL E AS CRÍTICAS DA GERAÇÃO DE 1870

A cultura e o pensamento social, no final do século XIX e começo do século XX, juntamente com mudanças decisivas aos diversos níveis, vão, ao nível sociocultural, difundir os princípios políticos institucionais e jurídicos vindos do novo sistema democrático-liberal que estava se expandindo por quase todo o mundo. Em consequência a isso, remetendo ao que fora apontado no capítulo anterior, há uma abertura para os intelectuais e trabalhadores criarem motivo, fundado em teoria social, para revoltarem-se contra os abusos dos patrões e buscar direitos trabalhistas, além de melhores condições educativas para as novas gerações. Esta abertura veio por conta dos reflexos de acontecimentos europeus (unificação da Itália, nacionalismo da Polônia, tentativa de unificação dos povos germânicos, etc.) que se expandiram com o melhoramento das vias de comunicação devido à ação do Fontismo, o que levaram uma geração de acadêmicos formados “sob o regime liberal se lançassem na contestação” (Catroga; Carvalho, 1996, p. 156). Contestação essa que debateu os valores literários dominantes, atacando diretamente o regime monárquico-constitucional e os seus padrões morais conservadores dos dirigentes letrados, os quais se firmavam para continuar com seus cargos públicos.

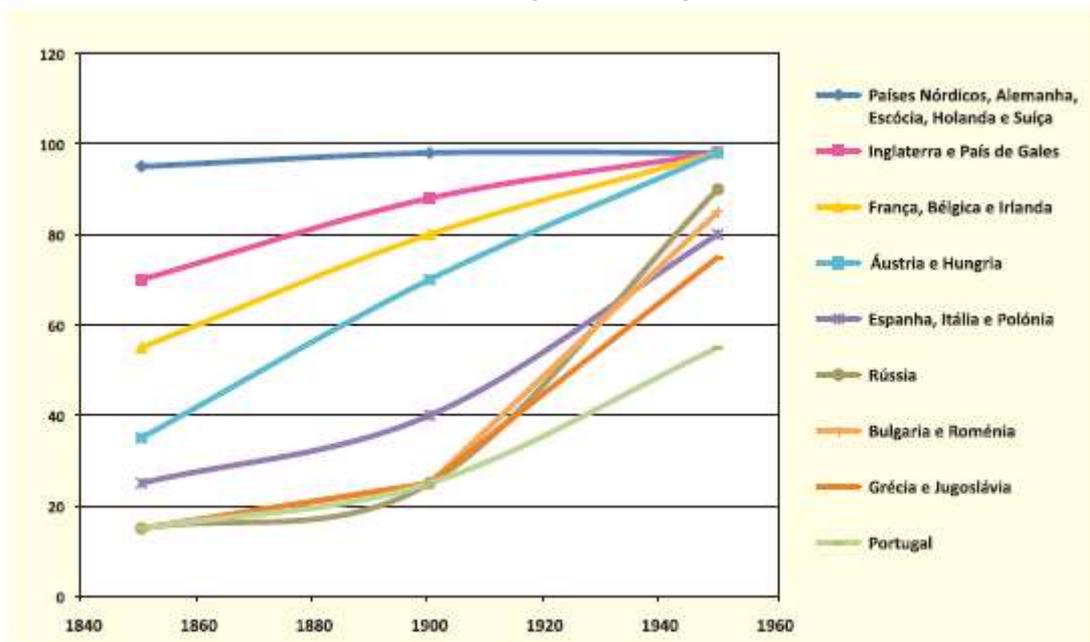
Ao adquirir novos conhecimentos, se consegue complementar o entendimento do mundo ou ajudar a analisar e criticar a estrutura social-política e doutrinária, podendo achar uma solução viável para os problemas da população. Entretanto, Portugal não se prontificou a investir nesse setor com tanto afincamento como o fora no setor econômico-industrial, o que causou um atraso no desenvolvimento tecnológico e científico. Segundo Silva (1992), ao analisar diversos censos do final do século XIX e início do XX, conseguiu afirmar que a taxa de analfabetismo português era alta nas idades iniciais de escolarização (de 7 a 9 anos) em comparação a taxa dos espanhóis. O censo de 1878, por exemplo, demonstra uma taxa de 79,4%, tendo um fraco decaimento em 1900, com o percentual de 74,1% (Silva, 1992, p. 101). Logo, por conta dessa situação de retardatário, sob o ponto de vista da industrialização (Mendes, 1998, p. 277), Portugal mesmo sendo geograficamente um país pertencente a Europa, não era considerado europeu, mas sim uma “ilha” por ter características atrasadas/imperiais. Esta argumentação demonstra que o país lusitano aparenta ser quase como um mundo separado, um mundo antigo e mítico aos olhos dos liberais do século XIX:

Só hoje, no fim desse Império, aparece com outra evidência que a nossa situação de “ilha”, quando nos consideramos em relação à Europa, está intimamente conexas com o nosso destino imperial. Durante séculos, nem para nós nem para os outros Portugal

era uma coisa do que “um país que tinha um Império”. E este estatuto, que foi – e continua sendo na nossa memória – o identificador supremo de Portugal, converteram-nos na ilha histórica mítica por excelência da Europa (Lourenço, 1999, p. 95).

Como o país não investiu de imediato nas fabricas e nos sistemas de transporte, (o resto da Europa começou no início do século XIX) como se a Revolução Industrial não tivesse nem existido, a sua economia não teve prioridade nos investimentos governamentais nas primeiras décadas de 1800. O que pode ter agravado por conta da educação, a moral e o pensamento serem conservadores demais aos olhos dos demais países europeus, os quais já estavam na onda do pensamento mais liberal-científico. Isso é frisado no estudo do historiador especialista em educação portuguesa Antônio Candeias feito para o Conselho Nacional de Educação em 2010. Segundo Candeias (2010), ao levantar dados de censos de diversos países europeus dos anos de 1850 até 1960, se consegue analisar que Portugal permaneceu como um dos piores percentuais de alfabetismo. No gráfico a seguir (Gráfico 2), se observa que durante o período de 1880 até 1920, o país lusitano ficou estagnado abaixo de 40 milhões de habitantes letrados, enquanto países como Bulgária, Romênia, Grécia e Iugoslávia, que antes tinham a mesma quantidade em 1880, acabam tendo uma elevação em seu número durante os anos 1920, chegando a ultrapassar 45 milhões. As duas justificativas para a nação portuguesa ter tal resultado seriam a falta de um forte processo de industrialização (a lenta industrialização inicial portuguesa durante o século XIX já mencionada) e, também, uma forte influência da religião católica nas decisões político-sociais e econômico-administrativas (Candeias, 2010, p. 28). A segunda justificativa, mostra como a religião tinha o controle de várias gamas da organização social, principalmente no quesito educação, já que antes eram passados conhecimentos vinculados a visão católica, divina e sem um aprofundamento racional dos fatos ensinados. Assim, se agravou o lento desenvolvimento educacional do país.

Gráfico 2 – Alfabetização na Europa, 1850-1950



Fonte: Candelas, 2010, p. 28

Essa situação, de atraso na educação, também é citada em uma passagem do poeta Guerra Junqueira em uma de suas obras, na qual criticava a forma como o governo estava administrando o país. Junqueira, apoiador da implantação de ideias e da estrutura republicana nacionalista, afirma que Portugal não existia se não como um país físico e atrasado no meio de grandes nações europeias, as quais apoiavam a instrução de seus cidadãos com as novas ideias científicas e na busca por sua identidade cultural:

Mas na opinião do mundo, já Portugal não existe. Dura, mas não existe. Dura geograficamente, mas não existe moralmente. A Europa já considera isto uma coisa defunta, espólio a repartir, iguaria a trinchar. Salva-nos da gula dos comensais a rivalidade dos apetites. No dia em que se harmonizem devora-nos (Junqueira, [19--], p. 206).

Com esse atraso português, fez com que certos indivíduos se prontificassem a agir. Inconformados com esse trauma de serem considerados um subdesenvolvido país no meio de uma Europa em ascensão econômica e ideológica, um grupo de estudiosos críticos, com acesso a recursos acadêmicos privilegiados, arquitetaram um movimento refletivo e revolucionário. Além disso, estes cidadãos tinham a ajuda dos novos meios de transportes ferroviários (instalados no país a partir de 1851), que traziam as novidades europeias para dentro do país, o que possibilitava um contato direto com as correntes científicas, filosóficas e literárias emergentes. Assim surgiu a Geração de 70, os revolucionários culturais que se autopropuseram a missão de “acordar o país” pelo meio sociocultural, difundindo os princípios institucionais,

político-liberais, doutrinários e ideológicos. Ou seja, essa geração pretendia provocar uma remodelação imediato na base educativa e cultural para que, conseqüentemente, houvesse uma mudança gradual da estrutura político-social de Portugal.

Estas novas experiências e convívio com estruturas diferentes da portuguesa, fizeram sobressair o grande atraso português em setores como a arte, filosofia e ciência, em comparação com as grandes potências europeias como a Alemanha e França. Um país, outra hora grandioso, encontrava-se agora numa situação crítica, estava estagnado e fechado em si mesmo, governado por uma burguesia capitalista e estruturas que embora agradassem aqueles em posições de topo, não era benéfica para o país como um órgão coletivo ou a sua cultura. Era necessário agir, agitar o pensamento coletivo e devolver Portugal à cultura, reconhecendo ao mesmo tempo, que esta, apesar de rica e singular, tinha também que passar por um processo de remodelação (Rodrigues et al., 2021, p. 3).

A primeira reunião de ideias da Geração de 1870 ocorreu de 1865 a 1866. Nesses anos, se teve início a tentativa polêmica de maiores repercussões na vida cultural e intelectual portuguesa, a chamada Questão de Coimbra. Nela, houve o célebre opúsculo *Questão do Bom Senso e Bom Gosto* liderado por Antero de Quental<sup>9</sup> que reivindicava uma nova forma de expressar a cultura e a tradição portuguesa através da literatura, o que contestava as ideias ditas como conservadoras românticas e religiosas do antigo pontífice António Feliciano de Castilho<sup>10</sup>. Esta carta fora, além dessa afronta à forma ultrapassada de fazer literatura de antigos escritores portugueses, também era uma resposta a comentários de Castilho, os quais debochavam das novas ideias literárias ditas como uma ruína da “beleza literária e que lhes faltava o bom senso e bom gosto” (Rodrigues et al., 2021, p.5). Ao longo do documento da *Questão do Bom Senso e Bom Gosto*, Quental tinha o objetivo radical de juntar essa agremiação de intelectuais da década de 60 a fim de criar uma base educativa nova e aprimorada, podendo formar educadores completos e elevar a cultura como um “instrumento reformador da sociedade” (Catroga, 1998, p.483).

A busca pela nova geração de literários e ideólogos<sup>11</sup> recém-formados, incitada por Antero, significou contestar a estrutura administrativa que a monarquia e a Igreja ainda controlavam no final do século XIX. Então, era evidente que estas duas instituições no poder deixavam de resolver as crises morais e sociais decorrentes do regime capitalista em que a

<sup>9</sup> Intelectual formado em Coimbra que tinha como missão de trazer a revolução em nome da ideia de “povo”, para que, assim, a compreensão do sentido da história de impor a reconstrução do mundo humano sobre as bases sólidas da Justiça, da Razão e da Verdade, excluísse a dominação política dos magnatas e seus governos, além da influência da Igreja no pensamento normativo português (Catroga, 1998, p. 484)

<sup>10</sup> Um dos mestres da Universidade de Coimbra que lecionava língua e letras, além de ser ultra-romancista, classicista e conservador inflexível com a nova tendência que a literatura sofria na Europa com a ideia do realismo na escrita. (Peres, 1935, p. 693)

<sup>11</sup> Denominados de Cenáculo, era formado por Quental, Eça de Queirós, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Jaime Batalha Reis Salomão Saragga, Manuel Arriaga, Germano Meireles e Guerra Junqueira. (Catroga, 1998, p. 484)

Europa e Portugal estavam passando, pois rejeitavam a ideia de liberdade econômica-comercial e um estudo acadêmico mais voltado para a razão, o realismo e o cientificismo. Embora as novas leis e formas administrativas liberais vindas do período pós-regeneração fossem promissoras, não conseguiram solucionar problemas socioculturais, o que provocou crises político-econômicas. A situação em que Portugal passava demonstrava uma necessidade urgente de encontrar uma solução para o problema, o que nada mais lógico de a Geração de 70 assumir uma postura ofensiva:

As ciências, com o seu carisma de objectividade e de racionalidade, apareciam, de facto, aos olhos da <<nova geração>>, como a prova irrefutável da verdade das propostas filosóficas e sociais que, em seu nome, eram apresentadas como a solução definitiva para a crise moral e social decorrentes das contradições capitalistas. Em Portugal, isso significava a contestação do *status quo* nascido com a Regeneração e implicava a anatematização das instituições (propriedade, Igreja, Monarquia) e dos valores éticos (utilitarismo) e estéticos (ultra-romantismo) que o legitimavam (Catroga; Carvalho, 1996. p. 167).

Portanto, a Geração de 70 foi a portadora de uma mensagem de caráter revolucionário, pois fez tudo o que fora possível para surgir uma mudança no âmbito cultural/intelectual. Este movimento ousado dessa geração era inteiramente inédito para Portugal, já que se definia como ao mesmo tempo ideológico-político, literário e cultural. Além de ser uma postura ofensiva para os membros do governo que se firmavam na tradição e legitimavam seu controle através do Catolicismo, o qual pregava a cegueira intelectual e o não desenvolvimento ou incentivo do raciocínio individual. Mas a Geração de 70 teria o seu ápice de afrontamento somente no ano de 1871, com as observações críticas iniciadas por Antero de Quental.

### 3.1 AS CRÍTICAS VINDAS DAS CONFERÊNCIAS DO CASINO

A postura ofensiva veio através das ideias apresentadas na Questão de Coimbra, mas que terão sua expressão politicamente mais empenhada através da realização das Conferências Democráticas do Casino, em 1871. Antero de Quental, organiza e reúne, no dia 22 de maio no edifício do Casino Lisbonense, um grupo de jovens acadêmicos a par de tendências modernas do pensamento científico, político-social e filosófico-estético que a Europa estava firmando. Em outras palavras, esse grupo queria introduzir o país no meio europeu, “libertá-lo na medida do possível do seu arcadismo, foi o de retratar um país, como ninguém o fizera antes, em função de um modelo de civilização que tinha em Paris, Londres, ou Berlim a sua vitrine” (Lourenço, 1999, p. 120).

Na fotografia a seguir (Figura 1), se observa, no seu centro, um edifício com três andares e com janelas adornadas com arcos. Este local, de aparência simples e discreta, tinha a estratégia de ser acessível para o público em geral, de qualquer classe (populares, burguesas, nobres etc.), diferentemente de locais com decisões oficiais do governo onde somente os grupos de alta classe podiam frequentar. Nesse edifício fora aonde aconteceu os debates acalorados e revolucionados, os quais foram a fâsca para ocorrer a mudança “lenta e penosa” (Lourenço, 1999, p.107), mas extremamente necessária para a cultura.

Figura 8 - Casino Lisbonense em 1864



Fonte: Restos de Coleção, 2024

Os participantes que tinham um interesse comum com relação à mudança foram: Augusto Soromenho, Francisco Adolfo Coelho, Eça de Queiroz, Germano Vieira Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Saraga e Teófilo Braga. Nessas conferências, houveram discussões, levantamentos e críticas sociais por parte dos intelectuais interessados em mudar a forma como a cultura e o conhecimento português estava sendo apresentados para a sociedade do país. Segundo Lourenço (1999), também foram uma forma de apresentar aos ouvintes ali presentes uma versão do passado português destinada a explicar ao país o porquê de ele não ser ainda desenvolvido e acabado em sua estrutura física e mental (p.114). Entre os assuntos abordados foram: a história, a literatura, a política, a educação, a linguística e a religião sob a ótica da filosofia e da razão. Foi um programa de agitar a opinião pública sobre “as grandes questões da Filosofia e da Ciência Moderna, e estudar as condições da transformação política, econômica e religiosa da sociedade portuguesa” (Catroga, 1998, p. 484).

Figura 9 - Os líderes da Conferência do Casino: Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Antero de Quental, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro



Fonte: Mensagem de Lisboa, 2021

Todas as críticas seriam apresentadas a sociedade portuguesa, se propagando, novamente, não só para as elites, como também para as classes baixas como é o caso dos operários e trabalhadores gerais. Tal objetivo de se tornar público os novos conhecimentos e formas de se organizar a sociedade foi essencial para haver a revolução na estrutura básica do país, pois para que houver uma mudança radical dessas, “o povo é sempre o elemento-chave” (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 4). Portanto, tal acontecimento marcou a primeira grande tentativa de sucesso em modernizar a consciência e a opinião pública portuguesa, permitindo que Portugal entrasse dentro da cúpula dourada progressista da Europa contemporânea:

Mas, não só pelos nomes dos conferentes, como ainda pelo seu objetivo profundo, o que se pretendia revolucionar era todo o pensamento português e não somente as classes operárias [...] O que se procurava era, com maior largueza o rumo interrompido de evolução europeia, que o gênio de Garrett e de Herculano tinham ensinado a Portugal – embora sob outros aspectos. [...] Rigorosamente, o socialismo de Antero e o espírito revolucionário dos seus companheiros eram de origem literária, e literariamente e em temas quase sempre literários se afirmaram. E nada mais lógico, nada mais natural, em suma; é através da literatura e da arte que se exprimem e revelam as tendências renovadoras das sociedades e dos povos (Péres, 1935, p. 693).

As conferências, que no total seriam dez, serviriam como um espaço de debate da situação geral de Portugal do século XIX e uma apresentação de ideias e perspectivas novas que trariam soluções fundamentais, além de incitar o interesse da sociedade no geral, conscientizando-a de si mesma e de sua situação em comparação a outros povos europeus. Nas

palavras de Lorenço (1999, p.114), eram uma série de palestras dedicadas ao exame crítico dos mais cadentes problemas nacionais ou um ímpeto social de demonstrar as causas da decadência do país. Os primeiros cinco debates foram apresentados com maestria, incentivando a população a ponderar sobre os contratempos da modernização no meio educativo, social e histórico-político. As duas primeiras conferências, apresentadas no dia 22 de maio de 1871, tiveram início com as afirmações provocadoras de Quental, cuja primeira temática fora *O Espírito das Conferências*. No seu discurso, o líder da nova geração mostrou a necessidade de regenerar Portugal pela formação dos intelectuais e pelo fortalecimento da consciência crítica das pessoas. Ele também criticava os portugueses de não se abrirem a novas ideias revolucionárias de progresso, vindas da Europa, e de se apegarem teimosamente a valores antigos e costumes românticos (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 7).

A outra proposta feita por Quental fora intitulada *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, a qual fora a mais influente na cultura portuguesa naquele período. Nela, apresenta as principais razões da decadência contínua: o catolicismo, o controle centralizador da monarquia e a as políticas expansionistas ultramarinas. A religião católica sempre foi um dos marcos na cultura portuguesa, está presente de diversos meios (físicos, linguísticos e comportamentais), o que para Quental era um problema. Isso porque era uma forma de corromper o espírito do cristianismo, já que incutia, na consciência social, um obscurantismo e uma ignorância tremenda, causando a debilidade da percepção individual do mundo aos moldes do controle monárquico. Segundo Lourenço (1999), a religião era uma forma de fanatismo no país, pois se concentrava no interesse daqueles no governo que excluía críticas às práticas e regras criadas por si mesmos. O cristianismo em si não é algo para se ser considerado fanático, mas ele tende a ser por conta do interesse individual ou coletivo do ser humano, criando uma espécie de meio para a defesa e afirmação de seu controle sócio-político. Então, a prática de utilização da religião como um mecanismo de ocultar o ímpeto político, econômico, social e administrativo de certas classes e grupos era algo recorrente na história de Portugal, mas que tendia a trazer uma imagem negativa para a sua cultura e história:

Religião, por excelência da não-etnicidade, exclui, por definição, toda a incitação ao fanatismo. Acontece, no entanto, que o comportamento humano, individual ou coletivo, enquanto motivado realmente pelo religioso, é raro. É uma prática cultural regida por imperativos de outra ordem, étnicos, sociais, políticos, em suma intrinsecamente ideológicos. Na defesa deles não só o fanatismo não é impossível, como é quase fatal. A religião é só uma máscara mais nobre dos interesses no que eles têm de menos confessável, ou mais inumano. É disso que o fanatismo é feito. (Lourenço, 1999, p. 106-107)

O poder que a Igreja colocava na visão e modo de agir em sociedade, fazia de servo e dependente do poder absolutista dos monarcas, os quais utilizavam de sua imagem apresentada pela religião para centralizar a política. Tal controle centralizador restringiria na forma que um cidadão pensa, age e critica a realidade da sociedade, podendo impedir a liberdade tanto individual como nacional (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 7). Aos olhos de filósofos e estudiosos das novas gerações era um absurdo e uma afronta ao progresso civilizatório moderno da pátria. Não só isso, como também as políticas expansionistas que impediam o desenvolvimento das pequenas burguesias, pois investiam economicamente em buscas expedicionárias de grande porte e de conquistas ultramarinas dispendiosas, sem deixar que houvesse um real interesse no crescimento comercial e financeiro local.

A terceira conferência *A Literatura Portuguesa*, de Augusto Soromenho, denunciou a decadência da literatura portuguesa. Soromenho apresentou críticas a qualidade da literatura nacional, onde as várias formas de escrita da língua portuguesa (dramaturgia, poesia, romances e artigos de jornais) não tinham originalidade, nem mesmo os contemporâneos. Ele propôs que Portugal deveria passar, através da nova geração, por uma reconstrução dos arquétipos, estrutura, descrição e valores literários para revitalizar a escrita, mais parecido com o modelo do escritor francês François-René de Chateaubriand. Ou seja, a literatura teria que buscar as características entre neoclassicista e romantismo: conter elementos históricos e de narrativa épica; indianismo; de caráter memorialístico; com ideologia cristã; subjetivo; melancólico e bucólico; com crítica política e social; idealização do belo absoluto e do romance puro.

A quarta conferência ministrada pelo grande poeta literário Eça de Queirós, inspirado por escritores franceses (Flaubert, Proudhon e Taine), chamava a atenção para se ter uma revolução literária assim como ocorria na vida social portuguesa, nas ciências e no meio político-administrativo. Intitulada de *A Literatura Nova – O Realismo como Nova Expressão de Arte*, Queirós também criticou e condenou a doutrina artística como um “produto das sociedades” (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 8). Isto é, estava ligado sempre com a situação de evolução positiva (progresso, melhoramento socioeconômico e político-cultural) ou negativa (crises e decadência) da sociedade. O que tornava a doutrina da arte, ou mais precisamente do romantismo intrínseco, sujeita a causas sociais permanentes (a raça, o clima, o solo etc.) e acidentais (circunstâncias históricas). Ou seja, o ministrante queria atacar fortemente o Romantismo e lançar na sociedade os fundamentos da concepção do Realismo na literatura portuguesa como o ponto de virada para a revolução sociocultural.

A quinta conferência, a mais importante para a presente pesquisa, investe na parte da revolução da educação portuguesa. Com um título simples, mas com uma importância para se

realizar as propostas das conferencias anteriores, *O Ensino* organizada pelo pedagogo Adolfo Coelho propôs a reorganização ao lecionar a população de Portugal, separando a Igreja do Estado. Então, tal conferência foi fundamental para um pensamento de mudança significativo na base educativa do país, além de abrir preceito para a liberdade de consciência do povo, pois não estariam aprendendo sob o controle religioso-monárquico, mas pela visão realista e instrutiva e lógica moderna:

Segundo Adolfo Coelho, a igreja nada mais fazia que não enfraquecer e suprimir o povo português, e o Estado não tinha um papel melhor na vida da sociedade portuguesa, a única solução que Coelho encontrava, era uma propagação do verdadeiro espírito científico através de uma iniciativa privada. Tudo parecia estar a correr como planeado, centenas de pessoas assistiram a cada conferencia, incluindo a de 19 de junho, e o impacto social e político começava-se a ser sentido, contudo, naquele dia algo aconteceu, que veio a mudar o rumo de todo aquele projeto (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 9).

Haveriam mais cinco conferencias, apresentadas por outros intelectuais que abordariam temas sobre a história, crítica a religião católica, a implantação e eficácia do socialismo, e a nova forma de ensino primário. Entretanto, por conta de denúncia de contestadores das novas ideias da Geração de 70, chegou às mãos do ministro do reino português, o Marquês de Ávila e Bolama<sup>12</sup>, alegações e denúncias. Se alegavam que as propostas feitas pelos intelectuais tinham doutrinas e ideias que atacavam a religião e seus representantes e instituições políticas do Estado, considerando-as como “um perigo para a sociedade e uma ofensa à constituição” (Rodrigues *et al.*, 2021, p. 9). Por conta disso, foi proibida as Conferências do Casino, demonstrando uma clara restrição/censura a expressão livre das pessoas. Os membros das conferencias reagiram com protestos contra a decisão do ministro, acusando o governo de usurpar o poder político-judiciário e condenando tal censura como uma violação a liberdade de pensamento e expressão. Até mesmo o grande Alexandre Herculano<sup>13</sup> se solidarizou com a causa dos conferencistas, o que deixou o governo conservador do Marquês de Ávila mais fragilizado. Isso porque com tal ato proibitório, fez com que este perdesse o apoio de dois partidos políticos importantes, o Reformista e o Constituinte, pois viram como um crime aos direitos básicos dos cidadãos. Em consequência, o ministro acaba perdendo seu cargo, o que demonstrava o poder de influência que as novas ideias apresentadas pela Geração de 70 tinham

---

<sup>12</sup> Foi detentor das pastas dos Negócios da Fazenda, da Guerra, dos Estrangeiros, dos Eclesiásticos e Justiça e das Obras Públicas. Foi também Ministro do Reino, em 1844, e Conselheiro de Estado, em 1850. (Assembleia da República, 2024)

<sup>13</sup> Foi um famoso escritor romântico, editor e ativista político a favor da escrita da história de rigor científico. Mesmo sendo católico e conservador, era contra a interferência da Igreja na vida política nacional. (Porto Editora, 2024)

sobre a sociedade, além de abrir os olhos das pessoas para a necessária mudança nas várias gamas ultrapassadas de Portugal.

### 3. 2 A QUESTÃO DO ENSINO: OS CINCO PONTOS A SE PENSAR

Por conta dos métodos de ensino empregados em diferentes países, principalmente na Alemanha, o palestrante Adolfo Coelho examina-as e observa as suas múltiplas relações para que, assim, se possa inserir os aspectos que mais se adequariam ao novo ensino no país. Adolfo Coelho propõe uma ampla reforma do ensino em Portugal a partir de cinco pontos, para que o país superasse o seu atraso e buscasse se igualar a outros países europeus: a necessidade e fim do ensino; as formas do ensino; a matéria do ensino; a organização do ensino em Portugal; a natureza da reforma do ensino. Estes pontos foram de tal importância que, mesmo originalmente serem escritos em 1871 para as Conferências do Casino, no ano seguinte foram editado e publicado em livro como um marco na tentativa de mudar a alfabetização portuguesa e um possível guia de propostas para o melhoramento da educação nacional.

O primeiro ponto proposto por Coelho seria a necessidade de se ter um ensino de qualidade e básico, e, conseqüentemente, com fases/níveis de conteúdo que terminaria com a aprendizagem do público daquilo que fora apresentado durante as aulas. As coisas mais simples da vida, tendem a ser necessárias para formar o aprendizado de base para as pessoas, como por exemplo os atos de comportamento na sociedade, o como se portar em público, o que saber sobre sua cultura, entre outros. Então, o pedagogo explicava que nos primeiros anos nas escolas, deveria aprender o essencial ou os elementos cruciais para se socializar (fala, escrita, o pensar, os valores sobre a família e trabalho, as leis do catolicismo, qual a função de um cidadão em uma sociedade etc.):

A necessidade do ensino considerado no seu momento elementar, como tendo por fim a mera aprendizagem, pôde dizer-se que é universalmente reconhecida; ainda mais, o ensino no seu momento elementar pôde ser considerado sem dificuldade como uma lei universal. Há necessidade d'aprender as cousas mais simples, necessidade por consequência do ensino d'ellas. Desde que a criança nasce ha-de ter o ensino a seu lado, aliás sucumbirá: aprende a andar, a falar, até a realizar d'um modo menos imperfeito do que o instinto (uma forma d'ensino, afinal) alguns dos atos mais rudimentares da vida orgânica (Coelho, 1872, p. 4).

As formas do ensino, mencionadas por Coelho, foram sobre a arte, a religião e a ciência. Como já fora mencionado alguns parágrafos anteriores, o objetivo era ensinar sem a influência de doutrinas religiosas, então a arte não seria dogmática, mas ligada ao sentimento e a razão dos indivíduos. Enquanto que a arte se apresenta como uma obra de aprendizado humano, a

religião se apresenta como uma obra divina, que tem como objetivo explicar o destino das pessoas no mundo. Seriam os mensageiros das palavras divinas (os sacerdotes, profetas, apóstolos e santos) que explicariam os anseios sobre o destino, aquilo que a ciência não consegue explicar.

O ser humano sempre deseja saber de tudo e, para isso, precisa de duas formas. A ciência instrui o pensar logicamente e filosoficamente como tudo funciona. Entretanto, como tudo o que o ser humano cria não é perfeito, precisa de algo sem uma explicação lógica para responder as dúvidas da vida ou os acontecimentos sobre-humanos. Assim, a religião seria um meio de entender isto. A crença no divino “vem resolver ao homem o problema do seu destino” (Coelho, 1872, p. 11), o que proporcionaria um meio para as pessoas encontrarem ensinamentos para, por exemplo, a felicidade, o que se esperar da vida após a morte, entre outros. Analisando a afirmação do autor, se percebe que ele não queria expurgar totalmente o conhecimento religioso, mas, sim, colocá-lo em um pretexto menos controlador do pensamento coletivo social. A Igreja enfrentava, assim, a geração de militantes intelectuais revolucionários (Geração de 70), que queriam retirar quase que total a sua influência no meio educativo-doutrinário e do meio social-político. Isso porque este grupo considerava a visão católica um “fator de decadência dos povos que tinham vivido séculos de ouro e tinham sido pioneiros do desenvolvimento europeu.” (Azevedo *et. al*, 2002, p. 42). Ou seja, o catolicismo como doutrina social era a causa para a demora do progresso de qualquer povo em busca da modernização, isso incluía Portugal.

O terceiro ponto mostra que o ensino busca a questão teórica e prática da vida do ser humano para fazer entender tudo ao redor. Ou seja, para se ter o entendimento sobre o mundo, é preciso a matéria ter diversos ramos de conhecimento para abranger a melhor forma de entender e, posteriormente, explicar. Com a justificativa de quanto mais conhecimento, as pessoas pensariam/refletiriam, mais propenso de elas discutirem a realidade social. Para isso era essencial as teorias filosóficas, as lições práticas da história, as explicações lógicas dos acontecimentos físicos e químicos da vida, as palavras literárias para melhor expressar a visão e o sentimento do ser humano, entre outros. Como o século XIX, fora conhecido como “o século de explorações no domínio científico” (Pereira; Pita, 1998, p. 551), era de se esperar da inclusão de disciplinas ou novos conhecimentos na grade curricular das instituições de ensino. Para tanto, houve a criação de instituições de ensino politécnicos nas áreas que, naquele período, estavam se desenvolvendo por conta do incentivo científico dos grandes estudiosos europeus. Nos ramos da química, física, medicina e linguagens que se encontra alguns exemplos de escolas sendo criadas para desenvolver as novas técnicas de manuseio e mistura de químicos

para o melhoramento de medicamentos ou insumos básicos que alimentavam as máquinas das indústrias. Como é exemplificado no trecho a seguir sobre a concentração dos estudos laboratoriais sobre a qualidade da água, mostrando uma preocupação com a saúde pública naquele período:

Facilmente se compreende o alcance destes trabalhos laboratoriais, em especial os seus efeitos no domínio da saúde pública, justamente numa época em que as epidemias ainda ocorriam com alguma frequência, pondo em causa a vida das populações. Daí que se imponha referir, como testemunho da utilidade sanitária da química, a obra de Ferreira da Silva Documentos sobre os Trabalhos de Química Aplicada à Higiene (1884-1904) (Pereira; Pita, 1998, p.553).

Para se ter uma noção de o quanto o meio acadêmico estava investindo em novas pesquisas, é bom observar como era a disposição dos laboratórios científicos. Como por exemplo na figura a seguir (Figura 3) retirada da revista *O Ocidente*<sup>14</sup> de 1891, ilustra uma iconografia da galeria de uma das escolas especializadas em estudos químicos criadas no final dos anos de 1890. O recinto apresenta um amplo espaço de dois andares, preparado com novos aparelhos científicos e mesas posicionadas no centro, além de produtos químicos separados por categorias em recipientes próprios:

Figura 10 - Laboratório de Química Mineral da Escola Politécnica



Fonte: Hemeroteca Digital de Lisboa, 2012

<sup>14</sup> Revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro publicada entre 1878 e 1915 A revista fez diferença por ser uma espécie de escola que formava gravadores das criações imagéticas em publicações ou reproduções ilustrativas de artes nacionais, tornando-se um periódico totalmente nacional (Hemeroteca Digital de Lisboa, 2012)

Essa criação de novas instituições de ensino científicos somente ocorreu por causa que na Europa já estava estabelecido o cientificismo promissor e com desenvolvimento constante. E para se igualar ou se mostrar presente no meio europeu moderno, o qual dava novos resultados a cada estudo e pesquisa realizados pelos cientistas, o governo português acaba por aderir a busca por desenvolver pesquisas vantajosas

Por toda a Europa, o estado otimista do espírito científico dava novos frutos: uns recriados a partir de investigações prévias, a que faltava a inequívoca marca de cientificidade (ciências da terra, da vida, do homem e biomédicas), outros no prolongamento de resultados anteriormente estabelecidos (matemáticas, físicas e químicas) (Pereira; Pita, 1998, p. 551).

Então, esta parte do discurso de Coelho demonstra a evidente a crítica ao sistema de instrução conservador que ainda imperava em Portugal, pois tal educação detinha alguns ramos de erudição que não eram mais viáveis ou úteis para a cultura científica em progresso do período. Era vital que o desenvolvimento mental dos educadores (com iniciativas de questionar, pesquisar, teorizar e averiguar ideias), fosse feito para se ter um futuro educativo favorável. Tal futuro dependeria da criação de mecanismos institucionais-pedagógicos para abranger as diversas mentalidades e evitar conflitos de interesses de certos grupos socioprofissionais. O que é argumentado no trecho a seguir, onde apresenta os diversos nichos de conhecimentos e as novas descobertas desenvolvidos nessa Era Científica, de trazerem uma evolução otimista para a sociedade portuguesa:

Portanto, a utilidade da investigação científica não se colocava apenas ao nível das matemáticas, das físicas, das químicas, das ciências naturais e biomédicas mas também das ciências humanas e sociais. Não era apenas o cálculo, a máquina, o medicamento, a fotografia, o telefone, a pilha elétrica que estavam ao serviço da organização da existência social e individual. Muitas tecnologias (algumas de papel) colaboraram na disciplina vital tanto médico-higiênica como pedagógico-política das populações (Pereira; Pita, 1998, p. 562).

O quarto ponto apresentado por Coelho, discuti sobre a organização do ensino em Portugal. Essa parte do discurso é considerada o centro da crítica do autor, pois trata de apresentar o grande mal da cultura portuguesa: a forte ligação e a dependência do Estado com relação a religião católica. A verdade lógica, realista e científica não teria espaço no país por conta das explicações vagas e superficiais que a religião proporcionava, sem dar espaço para se ponderar sobre os assuntos. Ou seja, a verdade de Deus seria a única forma de se ter o entendimento da vida e seus acontecimentos, fora dela não seria possível ser aceito. Então, esse tipo de ensino não buscava mais e não se aprofundava em outras áreas do conhecimento para ampliar as interpretações dos elementos, ações e ocorrências naturais da realidade:

[...] estamos n'um país em que o catolicismo é a religião do estado imposta materialmente a consciência de todos os que são portugueses: o espirito científico é, pois, aqui repellido de tudo o que estiver sob a ação imediata do estado, perseguido fora d'elle: se um ou outro individuo isolado tenta introduzi-lo, os seus esforços são facilmente sufocados (Coelho, 1872, p. 23).

Se propõe que para se desvincular o Estado da religião, os cidadãos devem aprender outros assuntos através primeiramente da língua e de suas filosofias. Com o material didático, a retórica, o estudo da subjetividade dos autores e a arte de metrificacão que a literatura proporciona, darão uma base para se passar os aprendizados das ciências, da física, da química e da matemática. As aplicações práticas dos conhecimentos linguísticos serão úteis para a compreensão ao exercitar as funções das disciplinas, como por exemplo da administração, do direito, da física, da química e da medicina. Em outras palavras, o discurso se concentra principalmente na crítica e importância de mudar o ensino superior, principalmente na Universidade e no Curso Superior de Letras<sup>15</sup> do país.

Figura 11 - Faculdade de Curso Superior de Letras em meados de 1950



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, 2024

Valorizando a retórica e a dialética o ensino em Portugal abriria caminho para alcançar a ideia de ciência filosófica. Ou seja, as discussões e debate sobre um assunto acabam possibilitando uma busca por elucidar dúvidas ou de enriquecer um entendimento, através de

<sup>15</sup> Em 1878, Adolfo Coelho leciona a nova cadeira que tinha haver com a ideia de mudança no ensino literário no país, introduzindo a retórica, o questionamento e a dialética: *Filologia Comparada* (Biblioteca Nacional de Portugal, 2019)

conversas e ponderações entre indivíduos. Se há uma lacuna no conhecimento, é onde se deve investir na busca pela resolução da incerteza através de questionamento, teorização e reflexão. A investigação científica de aspectos sociais tende a encontrar uma possibilidade para as respostas, mas não quer dizer que consiga totalmente, pois nada acaba em si (Pereira; Pita, 1998, p. 562) por sempre precisar de outro meio para ser completo. O que se pode observar é que o objetivo seria de não deixar que o povo português se torne ignorante com relação a Europa, porque ela valoriza os questionamentos filosóficos, as argumentações teóricas das ciências e o estudo linguístico da realidade:

[...] a dialéctica é apenas a arte de discutir. N'essa parte da sciencia philosophica aprende-se que nas disputas são necessarias um arguente e um defendente, que em certas discussões acresce um presidente e que este tem por fim encaminhar e elucidar a questão, chamar á ordem o disputante que se houver excedido, conceder a palavra a quem a tiver pedido, etc. E é isto, senhores, o que se entende por philosophia em o nosso paiz! (Coelho, 1872, p.31).

O último ponto dessa conferência, apresenta a natureza da reforma do ensino. Com objetivo de mostrar que as bases de uma educação moral devem ser de acordo com a essência do científico e não dos dogmas religiosos. No século XIX, ainda se tinha uma forte ligação do Estado com a Igreja, pois, de um lado ainda haviam aqueles adeptos ao tradicionalismo onde a política era dependente da doutrina religiosa, mas do outro lado surgia uma razoável quantidade de indivíduos visando os novos tempos de liberdade. Isso porque para se ter uma liberdade de consciência individual, as pessoas tem que ter o direito de questionarem as lições e morais instruídas pelo Estado.

Comparando a evolução da Alemanha, de um grupo de povos sem contestação da doutrina religiosa para uma nação com moral científica, Coelho permitiu demonstrar o que era importante para a evolução intelectual da população portuguesa. No final dos anos oitocentista, com a gradual implementação do liberalismo no pensamento social-político, ocorreu um questionamento da função da Igreja com relação ao poder político:

Na sociedade contemporânea a questão da delimitação do religioso é central porque a sociedade tende a entender-se como realidade assente na contratualização entre os indivíduos, entre os cidadãos, onde a liberdade e a autoridade em relação à verdade, não só doutrinal mas prática, fornecem um campo de relativização que questiona internamente a verdade e a autoridade religiosas (Azevedo *et. al*, 2002, p.32).

Segundo essa parte do discurso, um povo que fica atrelado sempre aos preceitos religiosos são considerados “escravos”, pois não tem iniciativa dos indivíduos de mudar/modernizar a nação. A reforma no ensino é necessária para que haja, na prática, a escolha dos cidadãos de aceitar ou contestar a doutrina do país e, assim, perceber o que se pode

desenvolver e melhorar em Portugal. Tudo isso para tornar o país similar ideologicamente as outras nações europeias:

[...] a base d'essa reforma é necessariamente a separação completa do estado da igreja, a liberdade da consciência, não como mera virtualidade, mas realizada na pratica, porque isso não é liberdade de consciência, apesar de muitos julgarem que o é. Eu não sou livre, por crêr que o sou, mas por poder realizar a minha liberdade na actividade exterior (Coelho, 1872, p. 45).

Em conclusão, nesse discurso crítico, a educação e a instrução públicas são consideradas como elementos-partes essenciais para que haja o progresso social. Isso porque se apresenta toda uma crítica-analítica da estrutura educativa de Portugal, além do palestrante teorizar uma espécie de plano destinado a reforçar e assegurar o carácter público do ensino superior. Como as características do então ensino português do século XIX serem atrelados as influências da moral religiosa, acaba por prejudicar na formação dos cidadãos. Para que ocorra essa revolução na educação, as pessoas devem se prontificar, serem abertas a receber essa mudança da forma como se deve instruir nas instituições de ensino. Os próprios intelectuais, mestres e administradores do estado é quem deveriam ter que preparar esta instrução científico-moral e abrirem um plano de aprendizagem da retórica-filosófica e da dialética baseada na literatura. Segundo Pereira e Pita (1998, p. 562), ao se valorizar no meio social-político as práticas científicas, haverá uma “ideia de <<paz perpetua>>, isto é, ao sonho da construção da liberdade simultânea, mas distintamente, individual e social, que que continuava a pairar no horizonte finissecular”. Portanto, a reforma somente ocorreria por conta dos cidadãos e seu interesse pela transformação mais que necessária para modernizar a sociedade portuguesa, com a finalidade de uma prosperidade pública.

### 3.3 A CULTURA PORTUGUESA: TRADIÇÕES, CRENÇAS E SIMBOLOGIAS

Não é de se estranhar que a cultura portuguesa seja rica em tradições (festividades e vestimentas), símbolos (música, artefatos pitorescos, adornos, monumentos, comidas etc.) e manifestações socioculturais (as influências religiosas, os locais de trocas comerciais e sociais, contos populares e a literatura). Tradições estas que foram passadas através da fala, com explicações dos anciãos aos mais jovens do passado ou de lições de vida que aprenderam no dia a dia. Isso demonstra como a sociedade portuguesa tem uma base forjada na cultura oral, onde o que se queria ensinar sobre os tempos ancestrais era através da transmissão de contos, historinhas, dizeres ou advertências morais.

Também não se pode negar que Portugal tenha uma grande influência da Igreja Católica no seu cotidiano, como fora mencionado no subtítulo anterior. Mesmo que durante os anos de

1870 a tentativa foi de “um projeto secularizador, empenhado em destruir a hegemonia cultural e o poder econômico da Igreja” (Catroga, 1998, p. 499), a religião não deixou de estar presente no dia a dia português. Muito por conta da dominância do catolicismo no meio físico, com diversas Dioceses espalhadas pelo território, como no meio social, com instituições de ensino voluntário de bases doutrinadoras da religião e abrigos de ajuda a pobres e órfãos. Então, as regiões isoladas ou de meio rural que detinham um pensamento mais tradicionalista, estaria em contato com costumes antigos e arraigados ao religioso. A vida rural era difícil e insegura por conta da labuta. Desde muito novos os camponeses se iniciavam no meio de trabalho agrário (aos 7 anos de idade), realizando atividades braçais por longos períodos, como por exemplo a limpa da terra antes ou depois da colheita e o carregamento de sacos de grãos em dias de tempo ruim. Tal absurdo ainda vinha por conta da desinformação de uma comunidade ignorante, sem estudos adequados para criar uma base para se analisar outras formas de melhorar o seu meio social. O que trazia segurança social seria a caridade dos missionários de se disporem a ajudar e, também, a ideia de oferecer a esmola entre os trabalhadores, o que foram inseridas pela doutrina católica.

A Misericórdia da Igreja era uma importante irmandade que recebia valores com os quais dava assistência social aos indigentes e camas hospitalares aos doentes. As esmolas também eram dadas por medo, quando grupos de homens, mulheres e crianças sãs percorriam o Sul em tempos de desemprego, ameaçando provocar convulsões sociais. A alternativa para a mendicância era o roubo, uma forma igualmente bem estabelecida de nivelamento social. Roubar dos ricos era mais aceitável entre os pares da classe trabalhadora do que roubar dos pobres, um crime associado aos “ciganos” e proscritos (Birmingham, 2022, p. 153).

A ideia desta doutrina religiosa era o de criar ordem em uma sociedade com um lado negativo e miserável: a grande quantidade de indivíduos rurais decadentes e pobres financeiramente encontrarem um conforto para o espírito e corpo cansado e um guia para o convívio/relação social. O que se pode observar, é que a religião tinha o estatuto de ser a legitimadora cultural e comportamental da sociedade portuguesa, com maior ênfase no meio rural (Lourenço, 1999, p. 115). Ainda por cima, a Igreja Católica, fazia a prática de “ajudar aos necessitados”, o que criava um vínculo sentimental e doutrinador dependente entre si e os trabalhadores rurais. Como as formas de lazer e convívio com a comunidade agrícola eram em festas ou em idas nas missas, os camponeses acabavam por adquirir pensamentos e comportamentos destes momentos. Um exemplo de divertimentos e práticas festivas nos meios populares são citados no trecho a seguir, demonstrando que eram eventos feitos em regiões periféricas para lazer ou para idolatrar algum santo popular:

A partir de data incerta, mas com um nítido impulso depois de 1870, expande-se o gosto pelos chamados <<bailes campestres>>, efectuados ao ar livre, os quais constituíam uma das mais agradáveis diversões dos meios populares da capital durante o Verão. Para esse efeito se constituíam sociedades recreativas, que dispunham de um espaço privado, em geral um quintal, próprio ou arrendado, onde se desenrolavam espetáculos de dança, com especial incidência em Junho, mês de celebração dos Santos Populares (Cascão, 1998, p. 449).

Algumas das festividades/arraiais eram muitas vezes relacionadas aos santos populares, como fora mencionado anteriormente. Entre eles os mais comuns homenageados eram Santo Antônio, Senhor dos Passos, Nossa Senhora dos Aflitos, São João, São Jorge e São Pedro. Eram homenageados no mês de junho, e, também, eram considerados como santos pagãos mesmo sendo aceites pela Igreja do período contemporâneo. Tal tipificação tinha haver com o comportamento comemorativo, pois ocorriam práticas e costumes pré-cristãos e/ou solsticiais, os quais eram “comuns a todos os povos de cultura indo-europeia” (Cascão, 1998, p. 443). Haviam rezas por colheitas mais abundantes, pedidos de cura para doenças, bençãos para a união de casais e vários outros tipos de superstições. Na figura 4, a seguir, retrata uma das últimas festas dedicada a Santo Antônio, onde se tinha membros do meio rural e também urbano compartilhando muita comida, enfeites e roupas religiosos, procissões, pedidos, músicas etc. Ou seja, ocorria assim uma forma de socializar os dois meios, trocando informações e culturas, tudo por conta da religião.

Figura 12 - Arraial para Santo Antônio na Praça da Figueira (1940)



Fonte: Observador On Time, 2017

O santo mencionado na figura acima era uma das principais divindades religiosas da cultura portuguesa desde o século XVIII. Segundo o Convento Santo Antônio (2024), a figura histórica nasceu em Lisboa no ano de 1191, foi um pregador, teólogo e filósofo português importante em Portugal e no mundo cristão por consolidar o papel dos franciscanos, ordem religiosa que fazia parte. Além disso, por conta dos milagres que realizou em vida, como curar doenças, ele também ajudava com doações ou com a pregação das lições vindas da bíblia para os pobres, sendo reconhecido como padroeiro dos humildes e do casamento próspero. Por conta disso, havia cultos populares dedicados a Santo Antônio de Lisboa, com altares armados por jovens meninos nas ruas e enfeitados com cravos, enfeites naturais, e vela, onde transeuntes doariam ao altar alguma quantia simbólica (Cascão, 1998, p.442). Na imagem a seguir (Figura 5), apresenta uma fotografia de um dos tronos/altares em dedicatória a Santo Antônio, onde a população se reunia em frente, depositava uma esmola e fazia sua prece ou agradecimento a santidade. Neste monumento de adoração, se pode perceber que é feito com simplicidade pela parte popular da sociedade: com jarros de flores naturais de Portugal nas laterais e no chão; uma caixa no centro para pedir a moeda de doação; e no centro uma imagem ou estatueta do santo acompanhada por velas nas laterais.

Figura 13 - Trono de Santo Antônio na Rua do Paraíso (1954)



Fonte: Lisboa de Antigamente, 2016

Ainda no mês de junho, haviam comemorações com relação a colheita, as quais estavam presentes diversos elementos católicos portugueses, como ramos de pinheiro, salgueiro e

oliveiras, as estatuetas de galos, além da comida típica, da música e das danças tradicionais. O curioso destas comemorações é que alguns costumes festivos, como o ritmo das canções e suas mensagens (o fado, a pimba, músicas populares, entre outros), os alimentos na mesa e objetos simbólicos presentes, acabam por definir a identidade de localidades diferentes, mostrando mais uma vez como Portugal é rico em tradição, além de demonstrar que e sua história ancestral ainda era preservada nas comunidades agrícolas ou mais afastadas:

A forma de expressão destas tradições festivas através da música e danças, do traje, da alimentação, acabam por definir a identidade de cada região, lugar, ilha ou arquipélago. São factores identificadores da imagem e identidade de uma população que perdura no tempo e os diferenciam dos demais. E são estes elementos identitários que se revivem anualmente [...] (Vieira, 2018, p. 8).

Na capital lisboense, não somente havia isso, como também se organizavam estas festividades para ocorrerem em praças públicas, onde haveria uma facilidade maior de se reunir gente de todos os níveis sociais para disfrutar das atividades sociais ou religiosas. Alguns dos locais públicos mais utilizados foram a Praça de Dom Pedro, o Passeio Público do Rossio e a Parça da Figueira (retratado anteriormente na figura 4). No trecho a seguir, exemplifica como era a situação e acontecimentos corriqueiros durante o verão, pois havia as formas de sociabilidade religiosa no meio rural: os arraiais ou as romarias. Tais eventos eram associados com a religião ou feiras agrícolas, por tratar de alguma comemoração de santos ou pedidos de saúde e proteção, como também de bençãos para melhor colheita ou um clima favorável para os próximos anos no campo.

Os locais da festa eram ornamentados com elementos vegetais: flores e ramos de certas plantas (louro, buxo, salgueiro, alfazema, erva-pinheira) davam origem a mastros, cordões e arcos triunfais. Em Lisboa, primavam pela animação durante as noites joaninas a Praça da Figueira (com grande sortimento de tabuleiros de bolacha da Lapa, de queijadas de Sintra, de licores e dos tradicionais vasos de manjeriço), a Praça de D. Pedro e o Passeio Público do Rossio (que na década de 70, dispunha de uma enorme variedade de manifestações festivas, desde os bailes infantis até as <<fogueiras de gás>>[...]) (Cascão, 1998, p. 443).

Eram através destas festas e momentos de comemorações que se tinha um maior convívio entre o povo e os missionários e padres. Por conta disso, estes indivíduos acabavam por introduzir na consciência coletiva os dogmas e pensamentos religiosos, fazendo com que as pessoas tendem a reproduzi-los no seu dia a dia como algo natural. Por exemplo, a criação de organizações públicas, com nomes de origem bíblicos, sempre comandados pelo viés católico. Portanto, quando havia necessidade, logo se criavam estas instituições: se precisavam de doações e de acolhimento de órfãos tinha o Asilo de Nossa Senhora dos Aflitos e Casa Pia;

se precisavam de assistências médicas havia o Asilo S. João e o Asilo de D. Maria Pia; e se precisasse de apoio a educação básica havia a Creche de S. João Baptista, a Creche de Vitor Manuel e a Creche da Graça de Santa Eulália.

Outros recintos que também tinha o apoio da comunidade religiosa eram os relacionados ao auxílio a educação para comunidades muito pobres, com a criação de escolas dedicadas a atender as famílias indigentes. Segundo a historiadora portuguesa Maria Antónia Lopes (1998, p. 429), desde o ano de 1780 que haviam se criado estas instituições de iniciativa privada da Igreja, principalmente direcionadas as crianças órfãs, mas foi mais nos anos oitocentistas que se cresceu o número. No mesmo período, há diversas matérias de jornais tanto apoiando o aumento e foco de instituições religiosas nesses aspectos sociais do país, como criticando a influência e “alienação” da população pelos dogmas e visão de mundo da Igreja. Por conta dessa influência social, educativa e institucional que se pode averiguar a igreja como dominadora da mente coletiva. Tanto que ela é comentada ou retratada em livros e jornais portugueses, pois estava tão inserida na sociedade e suas necessidades básicas que era difícil de separar o pensamento católico da moral comportamental do povo português, levando a ser tema de debates entre estudiosos do período.

#### 3.4. A LITERATURA E A IDENTIDADE NACIONAL

Como se observou no subcapítulo anterior, as tradições do meio popular tendem a serem um tipo de resistência contra o tempo, pois elas preservam características e costumes ancestrais, conservando a identidade local. Já o meio urbano, acaba por evoluir e aderir novos conceitos e símbolos sociais estrangeiros, o que desconsidera os costumes nacionais e sua repetição anual, tornando breve a sua permanência na memória coletiva. Para um país que pretende ser reconhecido no meio europeu do século XIX, a ideia de ser reconhecido como “nação portuguesa” viria de uma consequência da industrialização. Esta consequência seria conhecida como a busca por uma identidade própria, que mostraria ao mundo o que é ser um português. Esta busca se fortificaria na concepção de identidade nacional. Tal conceito é muito complexo e abrangente, mas que tende a tentar, de uma maneira sutil ou incisiva, inferir uma imagem simbólica que una uma comunidade ou uma nação. Ela pode ser na forma escrita-literária, gestual-comportamental e imagético-midiático, mas sempre sob um viés político-ideológico e doutrinário de determinados grupos dominantes.

Os diversos sujeitos sociais conduzem suas experiências por representações – atribuídas, autoatribuídas e compartilhadas a respeito de quem são e de quem podem ou desejam ser. Essencialmente conflitivas, envolvendo interação social, afetos,

autoestima e jogos de poder, a identidade é uma categoria social discursivamente construída, expressa e percebida por diferentes linguagens: escritas, corporais, gestuais, imagéticas, midiáticas.

Mais incisivamente do que a noção de cultura, a identidade implica a produção de discursos portadores de signos de identificação (Moreno, 2014, p. 7).

Além de ter uma definição abrangente, pode-se tipificar tal conceito também como uma estratégia de resistência às influências e dominação de aspectos socioculturais estrangeiras. Isso porque o nacionalismo está ligado a outros dois conceitos, o de nação e o de estado. Segundo Branco (2009, p. 2), o fenômeno nacionalista se atrela e defende a unidade nacional (nação nacionalista) e a unidade política (estado), pois o primeiro é que vai surgir um grupo com características e interesses comuns e criar a oportunidade de consolidar o segundo, o qual forma o poder político em um estado centralizado. O estado acaba por fazer o uso do controle da vida social como uma forma de legitimar o seu poder, o que cria o terreno necessário para impor o nacionalismo. Ou seja, este conceito é um tipo de ideologia, um movimento ou discurso político criado por determinados grupos influentes (burguesias) que defendem características comuns e de seu interesse do país, como por exemplo a história, a etnia, a língua e as simbologias da tradição cultural. Embora tende a unir o povo português para se ter uma identidade única, acabam por apagar as singularidades de certas comunidades que não interessam a eles, ou reutilizar aspectos socioculturais destas minorias para o “bem comum”.

Como se observou, para se ter todos estes conceitos práticos e, conseqüentemente, ocorrer o movimento de nacionalismo, seria necessário a industrialização de Portugal. Isso porque ao se desenvolver economicamente e politicamente o país, é preciso se modernizar a educação no meio sociocultural. O que causaria uma evolução do pensamento, de se sentir pertencente a um local. Quando se observa como todos os indivíduos se sentem iguais perante uma moral social, costumes, língua, conhecimentos científicos, normas culturais, mitos de origem comuns entre si, a educação cultural seria a forma perfeita de reger a sociedade portuguesa. Então, a cultura caracteriza a sociedade, orientando-a para se relacionarem e terem a sua regra comum, o que a torna uma superestrutura favorável pelos poderosos administradores da nação. O sentimento de pertencimento seria um dos mais fortes e legitimadores de união de um país, uma forma de prender as pessoas por sua própria vontade, um controle psicológico e mental, pois elas sempre vão tentar preencher o vazio espiritual de “ser” de um lugar/meio. Ao confortar os indivíduos, que buscam se sentirem ligados a algo, de que não estão sozinhas no mundo e que há outros com aspectos semelhantes, o controle acaba sendo inserido na mente

coletiva da sociedade portuguesa, tornando-a obrigada a seguir certas normas estabelecidas pelos grupos manipuladores do nacionalismo:

Em jeito de conclusão, sublinhamos que o nacionalismo é uma identidade formal suficientemente poderosa para poder unir lealdades pré-existentes: mito de origem comum, raça, língua, religião e território. Todavia, se a raça, a língua, a religião e o território podem fortalecer a consciência de nacionalidade, o mito de origem comum é indispensável: nenhum grupo linguístico ou cívico pode desenvolver o fenómeno de nacionalismo. Assim, o sentimento nacional é um estado de espírito, resultante do meio social e da educação/cultura. Estamos a fazer, necessariamente, referência à evolução do pensamento, do século XIX para a actualidade. Antes disso, o nacionalismo não existia tal como hoje o entendemos. Havia formas de lealdade para com uma dinastia, ou havia formas de lealdade individual ou de sacrifício à nação (Branco, 2009, p. 4).

Com os conhecimentos científicos e linguísticos trazidos para dentro do país pelos meios de comunicação de massas e de transporte, impulsionaram as novas gerações recém-formadas de académicos a melhorar o sistema educativo e, assim, conseguirem “orientar” a consciência do país. Também se consolidou uma forma de registrar no papel como era visto Portugal pelos olhos de seu povo, a sua história cultural e suas características peculiares e ancestrais, além de ter sido uma estratégia de homogeneizar os aspectos socioculturais do povo pelo viés do nacionalismo. Embora essa seja uma boa teoria da coleta de histórias e informações da cultura popular pelos letrados, na prática isso não fora assim. Isso porque para ser compreendida a mensagem que se queria passar no meio urbano, haveriam de se mudar conotações, expressões ou partes das histórias coletadas, muito por causa dos interesses de grupos sociais (burguesia) que queriam impor a nova ordem.

A Geração de 70, juntamente com o apoio da burguesia, tentou impor uma nova forma de ensino, principalmente no meio literário. Esta geração deixou para a posterioridade uma profunda reflexão sobre a história, a sociedade e a cultura portuguesa e o papel dos intelectuais do período para que houvessem as mudanças modernizadoras no meio educativo do país. O que fez dos cidadãos portugueses os agentes responsáveis pela formação da pátria-nação, crescendo a urgência de registrar em livros aquilo que possa ser somente “português”. Os agentes/escritores culturais buscariam juntar comportamentos locais semelhantes e, assim, compartilhar os conhecimentos passados de boca em boca em regiões rurais, as quais detinham mais memória do passado, pois no meio urbano já haviam esquecido.

Como cidadão, sujeito de direitos universais, o homem liberal torna-se responsável pelo destino e pela figura dessa nova entidade, a Pátria-Nação e pode dizer-se, enfim, que lhe cabe nessa qualidade assumi-la, quer dizer, ao mesmo tempo aceita-la e modifica-la pela sua acção cívica (Lourenço, 1992, p. 63).

A nova literatura, organizada pela Nova Geração, era fundada no realismo, o que entrava em conflito direto com o romantismo, o qual era a muito tempo usado no país como a única forma de retratar a história e a cultura portuguesa. O realismo era anti-sentimental, contra a dramaturgia heroica dos livros nacionais, crítico com relação a retratar somente um Portugal glorioso e protegido por Deus. Ele se recusava a retratar o país como uma “grandeza perpétua, do tempo da epopeia, que se torna irrepetível, como a última embarcação que sulca esse mar de Cristo” (Catroga; Carvalho, 1996, p. 249). Isso porque, de acordo com o preceito realista, seria uma visão ultrapassada e decadente do português, por não apresentar o presente verdadeiro/real. Essa nova literatura mostraria a realidade, a situação em que o país passava, as mudanças negativas ou positivas no meio sócio-político, o atraso da recuperação econômica portuguesa e como a nação é vista pelo seu povo sofrido. Em outras palavras, por mais pessimista que seja a realidade do país, é necessário mostrar esse lado não tão perfeito da sociedade, que sofre das mesmas leis naturais de evolução como qualquer povo, o guiando para a identidade nacional que ascenda a verdade (Catroga; Carvalho, 1996, p. 194). Um dos acadêmicos deste período, o já mencionado Adolfo Coelho, acaba por utilizar tanto elementos realistas quanto românticos em seus livros sobre contos populares para melhor conquistar o público que estava recém conhecendo a nova literatura, mas este assunto será melhor abordado no capítulo seguinte.

Durante os anos finais do século XIX, estava se erguendo uma euforia pela busca de identidades próprias nos países europeus (influências dos movimentos de unificação da Itália e da Alemanha), o que fez aumentar adeptos do movimento nacionalista. O país lusitano também não fugiria a regra, pois já existia uma iniciativa sendo feita (pelos seguidores das ideias da Geração de 70) de encontrar, recolher e compilar as especificidades nacionais que mais retratariam o “Portugal ideal/verdadeiro”. Esta compilação seria possível através da parte popular da sociedade portuguesa, a qual guardam em sua forma oral costumes, histórias e conhecimentos ancestrais.

O século XIX foi o século em que pela primeira vez os portugueses (alguns) puseram em causa, sob todos os planos, a sua imagem de povo como vocação autônoma tanto no ponto de vista político como cultural. Que tivéssemos merecido ser um povo, e povo com lugar no tablado universal, não se discutia. (Lourenço, 1992, p. 17).

A importância do povo também é ressaltada pela lógica que a literatura ter sua origem/gênese da oralidade por conta do folclore ou de contos populares. Contos estes que eram uma forma de entretenimento para populações agrícolas, uma espécie de ocupação espiritual e de meio de transmissão oral dos ensinamentos dos antigos (Franz, 1990, p. 12). A escrita destas histórias, acaba por perpetuá-las na memória coletiva dos centros urbanos, mas

de uma maneira um tanto diferente da versão original. Ou seja, a literatura tem o poder de tornar algo falado permanente, ser considerado confiável/ oficial, e ser uma forma de ensinar e firmar na consciência coletiva a moral e normas sociais selecionadas pelos grupos influentes de determinado século. Se, segundo Meletinsky (1995, p. 32), o saber folclórico era para passar lições e conhecimentos antigos, ao se transformar em literatura acaba por ser uma ferramenta para a didática da nova ordem em que se estava instaurando em Portugal. A literatura fora a chave para se mudar a forma de representar a cultura portuguesa. Isso porque as primeiras formas de repassar uma característica comum do povo é a sua língua mãe. Então, quando se ensina as novas gerações em escolas, além de aprender a ler e escrever, elas também acabam adquirindo estudos sobre a moral, costumes, tradição e normas sociais oficiais. Por isso, entre 1875 e 1883, os estudiosos da linguagem e de antropologia acabam ganhando espaço, como é o caso de: Teófilo Braga que publicou *Contos Populares do Povo Português* (1883) e *O Povo Português nos seus Costumes, Crenças e Tradições* (1875); Consiglieri Pedroso que escreveu *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa* (1879-1882) e *Tradições Populares Portuguesas* (1884); e José Leite de Vasconcelos que produziu a etnografia *Anuário para o Estudo das Tradições Populares* (1882).

Ao se escrever em papel aquilo que os intelectuais (professores, escritores, críticos e acadêmicos) supostamente acreditavam em serem certas, queriam conservar e repassar para as pessoas as reproduzirem no seu cotidiano. Entretanto, é claro que as histórias faladas tendem a sofrer mutações pelos seus compiladores. Dependendo do meio social (urbano), do público-alvo (classe média e alfabetizados) e a mensagem ideológica que se quer transmitir (Portugal moderno e com bases culturais condizentes com a doutrina nacionalista), os contos tendem a serem moldados em determinados elementos, sendo enriquecidos “através do acréscimo de temas arquetípicos” (Franz, 1990, p. 29). Com a justificativa de se tornarem mais coerentes e satisfatórias aos olhos dos leitores. O que, conseqüentemente, abriria espaço para a permanecer na memória coletiva os traços e aspectos socioculturais determinados e escolhidos por estes árbitros da cultura. Além de bater contra a visão estrangeira e (pré)conceituosa de como Portugal e seu povo se organizavam ao literalizar a linguagem, a tradição, o ensino, a consciência moral e a relação social:

Nessas condições, poderíamos concluir que a literatura não é se não aquilo que uma dada sociedade trata como literatura: isto é, o conjunto de textos que os árbitros da cultura – os professores, os escritores, os críticos, os acadêmicos – reconhecem como pertencendo à literatura. [...] Por um lado, a literariedade é definida em termos da sua relação com a realidade suposta – como discurso fictício ou imitação dos actos de linguagem quotidianos. Por outro lado, o que se visa são certas propriedades da linguagem – eventualmente uma certa organização da linguagem. (Culler, 1995, p. 46).

Um país para ser considerado “pátria” não tem que já ter sido formada por uma visão externa, mas sim tem que ser feita através do viés histórico-cultural que a literatura nacional proporciona. O enraizamento da pátria feito, como já fora mencionado, pela visão dos cidadãos ilustres é que seria possível, principalmente pela visão de Eça de Queiroz<sup>16</sup>. Como as circunstâncias do final do século XIX eram problemáticas, com uma medíocre política, economia pouco crescente, meio social e cultural com conflitos ideológicos, a saída era através de encontrar uma forma de unir a sociedade portuguesa. Quer dizer, se colocar na literatura uma espécie de necessidade, um movimento de regeneração simbólico que modificasse a visão atrasada e romântica de um povo heroico e estagnado no tempo, transformaria a imagem de Portugal. Não só isso, mas uniria a sociedade através da retratação realista de um país com predominância rural (mesmo com a industrialização crescendo), os habitantes que procuram melhores condições de vida nos centros urbanos, dos costumes vinculados a colheitas e a ritos religiosos, entre outras. Isso foi o que Queiroz queria registrar em seus livros, a sua terra em transição do mundo moderno para o contemporâneo, com suas peculiaridades, problemas e dualidades. Essa constatação é melhor explicado no argumento a seguir:

É a sua província, a sua capital, os seus pasmosos habitantes, os costumes, os sonhos medíocres hipertrofiados, a inenarrável pretensão de tudo quanto é ou parece ser <<gente>> num país sem termos de comparação que possam equilibrar essa doce paranóia de grandezas engendradas a meias pelo tédio e pela falta de imaginação, que Eça pinta, caricaturalmente sem dúvida, mas para melhor reduzir a massa confusa do debate proliferante à sua verdade palpável. E fá-lo, não para cumprir, como se sugeriu, um programa de experimentador literário, nem de sociólogo artista, mas para descobrir, com mais paixão do que a sua ironia de superfície o deixa supor, a face autêntica de uma pátria que talvez ninguém tenha tão amado e detestado (Lourenço, 1992, p. 74).

Mesmo que as pessoas odeiem certas imagens literárias, por não serem tão positivas ou grandiosas como estavam acostumadas no período de romantismo, elas identificariam como a face autêntica de Portugal, pois a realidade tem duas faces (o sucesso e o fracasso). Ao “literalizar” o país, enraíza na consciência sociocultural o passado histórico (tradições, costumes, lendas, mitos, contos ancestrais) e o presente do século XIX (a situação em que o país passava em comparação a outros e a opinião do seu próprio povo). Além de, também, mostrar como eram os pensamentos e temores com relação ao futuro da nação e sua identidade. A possibilidade de ler uma literatura ou história escrita pelo seu próprio povo, torna possível a abertura do resto do mundo para um horizonte cultural novo e uma retratação, na teoria, mais

---

<sup>16</sup> Diplomata, crítico jornalista e escritor revolucionário- realista. Escrevia romances com embasamento na realidade de Portugal, descrevendo os problemas econômicos, tabus e fatos sociais vigentes nos anos oitocentistas. (Porto Editora, 2024)

“fiel” da realidade de um determinado país. A importância da literatura para a promoção da identidade da nação é afirmada no trecho de Kushner (1995, p. 152): “A história literária continuará, até aos nossos dias, ao serviço das “consciências nacionais”. Ao longo de todo o século XIX, a promoção das nacionalidades será, pois, assinalada pela publicação de histórias literárias nacionais. Esta era a visão dos intelectuais da Geração de 70, demonstrando que tinham uma percepção negativa da sociedade portuguesa, ao considerá-la inferior, despreparada e necessitava de um guia/liderança através do mecanismo da educação literária para acordar e evoluir em pensamento.

A ideia, anteriormente apresentada, de retratação fidedigno da realidade da nação na literatura nunca é possível, pois aqueles que a escrevem são indivíduos pertencentes a um grupo social e, assim, são influenciados pelas suas necessidades e do meio em que se inserem. Alguns aspectos sociais são apagados da literatura, uns são alterados e outros são criados pela mentalidade da época, com a justificativa de se enquadrarem na moral que estava sendo formada como a base da nova nação portuguesa. Ou seja, o meio social irá guiar o pensamento e as escolhas que os escritores, afirmando e consagrando essa nova imagem moral identitária que estaria destinada a se firmar o mais breve possível por conta do “mundo em aceleração e imprevista metamorfose” (Lourenço, 1992, p. 95).

A credibilidade dada a esta identidade retratada na literatura nacional só é possível pela descrição das características de um lugar-tempo igual ou semelhante ao lembrado pelo público e, também, pelo ponto de vista ser semelhante com a visão comum social, algo que todos conhecem ou que tendem a serem forçados a acreditar em ser o certo. Isso porque aqueles agentes que instalam um conceito ou ideia moral são os intelectuais influentes por conseguirem utilizar dos mecanismos linguísticos nos seus textos e livros, com a finalidade de conduzir o pensamento dos leitores ao escolhido pelos autores. Condução essa que só seria possível pelo discurso literário, porque ele é orientado, “construído em função de um fim, que tenha uma destinação em função da meta do locutor/autor” (Maingueneau, 2006, p. 41), no caso impor a ideia de identidade nacional. Como é o caso, por exemplo, dos contos populares, com estrutura simples, com linguagem de fácil entendimento e uma mensagem sutil sobre a moral portuguesa.

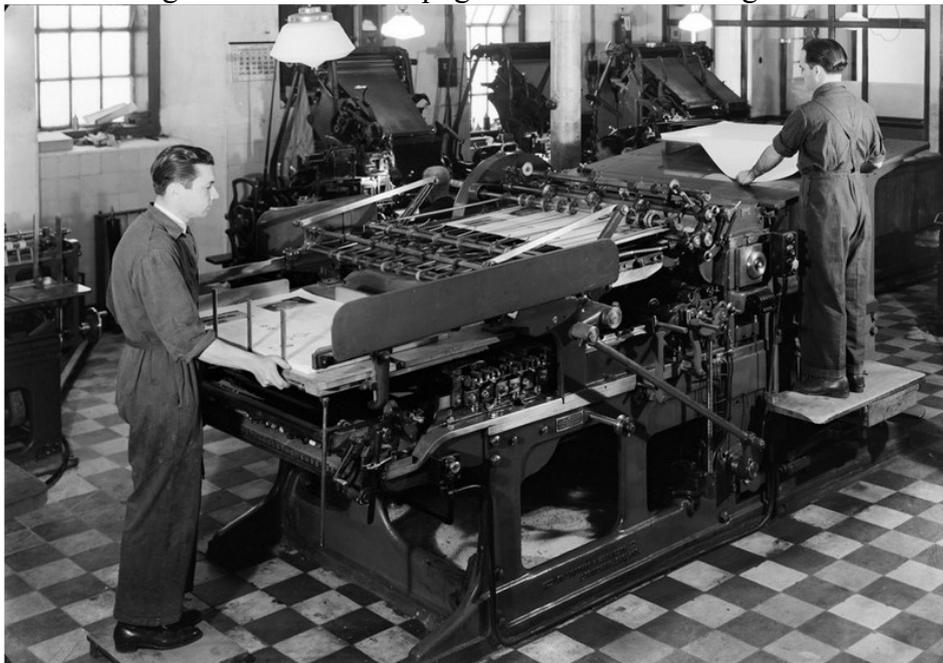
E para melhor disseminar a “alma nacional” que se estava buscando criar e concretizar, era através de publicações impressas disponíveis para os leitores. O ímpeto de se tornar uma potência capital, com uma economia industrializada e com políticas modernas, proporcionou a instalação de maquinários importantes para se concretizar no papel estratégias de desenvolvimento social, de organização jurídica da população e de difusão da nova ordem nacional. Nas chamadas imprensas tipográficas, se produziam e fazia circular os mais diversos

tipos de discursos (livros, folhetos, jornais, revistas, artigos, cartazes, materiais didáticos etc.), que armazenariam informações socioculturais para, assim, as reutilizar/ressignificar.

[...] o texto literário, qualquer que seja, se presta para usos diversos, na qualidade de um bem cultural que circula livremente entre os usuários como qualquer outro. Assim, é natural que o texto literário – escrito ou oral – fale daquilo que é importante para a cultura em que se inscreve e à qual se destina (Brandão, 1997, p. 228).

As revistas e livros eram confeccionados em fábricas de impressão muitas vezes criadas entre os anos de 1857 e 1870. Entre as tipografias mais utilizadas está a *Casa Portuguesa*, criada em 1857 e permanece aberta até os dias atuais. Esta fábrica, no seu auge do final dos anos 1860, fazia encadernamentos de livros didáticos, produção de cartazes, livros nacionais, revistas ilustradas, folhetos publicitários, jornais com notícias importantes do período. Na figura a seguir apresenta as oficinas tipográficas da *Casa Portuguesa*, entre os anos de 1850 e 1860, onde apresenta os grandes maquinários que trariam a vida os documentos informativos e básicos do conhecimento português.

Figura 14 - Oficinas tipográficas da Casa Portuguesa

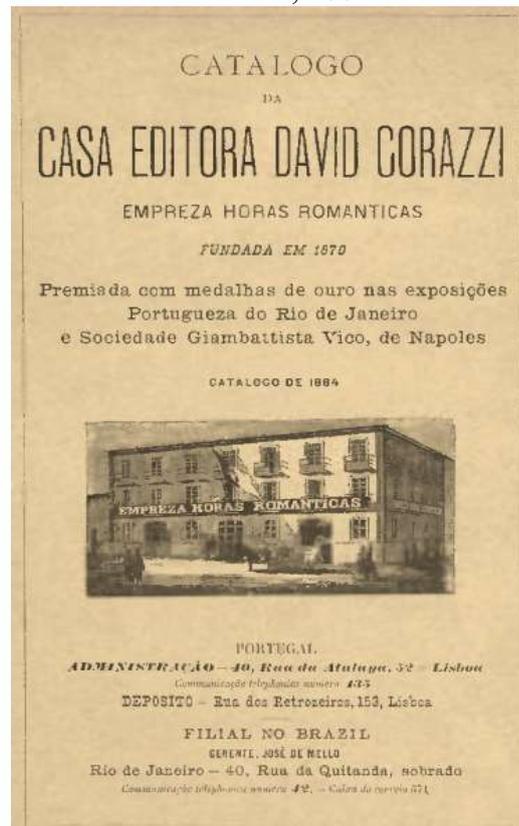


Fonte: Restos de Coleção, 2011

Outra oficina de impressão era a *Casa Editora David Corazzi – Empreza Horas Românticas* fundada em 1870 e permaneceu em atividade até o final dos anos de 1890 (Torgal; Vargues, 1998, p. 580). Tal tipografia movimentou a considerada, no início, como o pequeno mercado literário de Portugal, onde publicou grande quantidade de livros nacionais e os traduzidos. Também foi um meio de educar os leitores através edições livrescas com conotações

simbólicas referentes ao país, catálogos ilustrados de grande qualidade sobre a paisagem e assuntos em voga no período e revistas sobre matérias tanto locais como relacionadas ao estrangeiro (como o Brasil por exemplo). Na imagem a seguir (Figura 7), apresenta o catálogo impresso da empresa tipografia de 1884. Se consegue observar a extensão de sua atividade ao ter uma filiar no Brasil, recebendo reconhecimento pelo trabalho de apresentar para fora de Portugal sua cultura e pedagogia.

Figura 15 - Catálogo da Casa Editora David Corazzi, 1884



Fonte: Restos de Coleção, 2024

Essas premiações se dão pela criação de coleções populares, onde recolhiam livros nacionais e moralizantes e os imprimiam com bastante apreço e detalhes nos acabamentos e disposição do conteúdo. Suas características eram diferentes das demais impressoras, pois, eram de baixo custo, com tamanhos pequenos (entre 64 páginas) e de fácil transporte, e com uma linguagem mais acessível e didática. Chamadas de “Biblioteca do Povo e das Escolas”, de 1881 até 1912, eram coleções de livros que detinham os mais diversos campos de conhecimento em ascensão do período, tendo como objetivo de disseminar as ideias científicos/positivistas nas áreas das exatas e das humanas. Também apresentava os homens célebres, os pesquisadores

e autores teóricos ou figuras artístico-históricas como é afirmado no trecho a seguir sobre o programa da coleção:

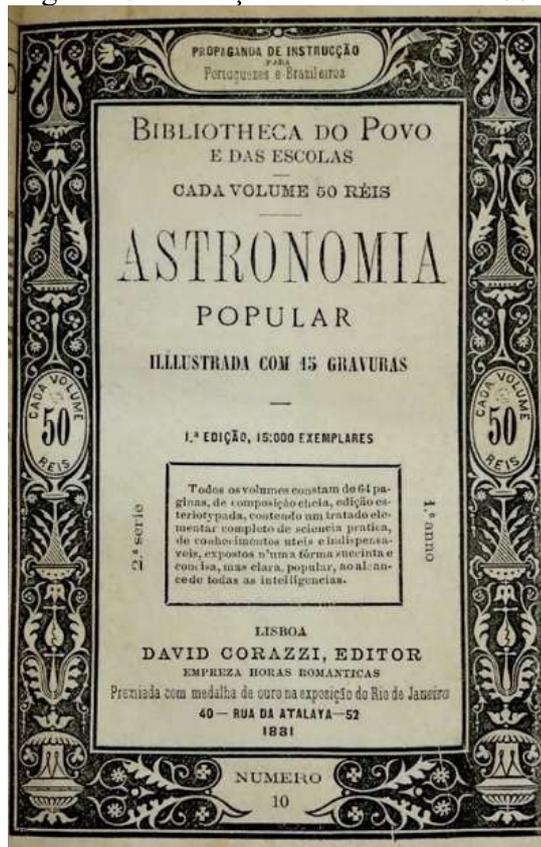
Pretendia, segundo o programa, <<apresentar ao público os mártires da ciência, os grandes heróis da indústria e do trabalho, os arrojados navegadores e exploradores ...>>. Assim, os volumezinhos publicados (25 volumes entre 1883 e 1889), que incluíam sugestivas gravuras dos <<homens célebres>>, abordaram, em termos de divulgação, as vidas de Cuvier, Galileu, Miguel Ângelo, Guttenberg, Fernão de Magalhães, Dante, Beethoven, Mozart, entre outros (Togal; Vargues, 1998, p. 580).

Segundo Nabo (2012, p. 35), a empresa demonstrava o viés propagandista de instrução do povo português, juntamente com o brasileiro, por conta da sua ideia de disseminar a nova norma educativa da nação portuguesa em desenvolvimento:

[...]a Empresa Horas Românticas, não se limitando à publicação de romances de sensação, investiu na produção e na circulação de coleções inseridas num programa de educação do povo e de difusão da ciência. Não só se destinavam à classe popular, mas também à escolástica, porque ambas careciam de uma educação técnica e científica com intuito intelectual e profissionalizante devido à dificuldade de acesso aos modelos de circulação da cultura escrita.

Na Figura 8 a seguir, apresenta uma das edições destas coleções, especificamente a do ano de 1881. Se observa que ela apresenta detalhes gráficos e informativos importantes. Dando destaque para as bordas, com ornamentos nas bordas, onde há a informação sobre o preço repetido várias vezes (borda direita e esquerda), o que demonstra a publicidade estratégica de chamar a atenção do povo de comprar por ser um livro acessível para a época. informações sobre a intenção de propaganda da nova educação da nação (borda superior). Já no centro da imagem, aparece, além da temática do livro, um quadrado com uma instrução. Esta instrução avisa que todos os volumes contêm versões completas de “ciência prática, de conhecimentos úteis e indispensáveis”, demonstrando a propaganda escancarada sobre a necessidade e incentivo de instrução do povo português. Por conta disso, a empresa Corazzi foi “um caso importante para o movimento editorial” (Togal; Vargues, 1998, p. 580), chegou até a publicar edições especiais de romances históricos e de diversas obras com um impacto profundo no período. Logo, esta e outras tipografias reforçaram a ideia de que, ao se investir na educação de um povo, através da literatura, gerará consequentemente a prosperidade e o progresso na política, na economia e na moral civil de um país. E no caso das histórias populares, como os contos, tendem a ter um cuidado na publicação e uma disseminação para o meio urbano que mal as conhecia por ter origem na tradição oral, as quais eram de exclusividade do meio rural.

Figura 16 – Coleção Astronomia de 1881



Fonte: Restos de Coleção, 2024

O sucesso da “Biblioteca do Povo e das Escolas” se deu pela inspiração, encabeçado pelos chefões da empresa gráfica, de observar os modelos impressos na Europa e outros lugares que estavam na vanguarda do desenvolvimento da civilização nacionalista. Além de terem o cuidado de introduzirem uma linguagem mais simples, mais popular, que faça o público geral entender e, também, deixe interessado o público acadêmico que tende a ter curiosidade sobre as novas ideias. Nabo (2012, p. 37) afirma que havia uma carência de livros científicos e técnicos atualizados, muito por conta do mercado literário português ser pouco influente na época, mas que com essa estratégia das coleções serem mais acessíveis, aumentou a busca dos leitores por este tipo de livros. Em consequência a isso, a produção gráfica de livros aumentou, divulgando e espalhando novos conceitos para a população portuguesa (Togal; Vargues, 1998, p. 581).

Ao se observar que estes tipos de imprensas, com seus produtos serem voltados para leitores leigos, proporcionou um meio para as instituições de ensino inculcar as teorias científicas e modernas na mente das novas gerações de cidadãos através dessa literatura. Esta estratégia de tornar uma literatura condizente com o meio não acadêmico, possibilitou introduzir as explicações físicas e químicas, as teorias sociais e morais, e pôr em prática a doutrina de identidade nacionalista. Outra consequência dessa ideia de se propagar os novos conhecimentos

por livros, abriu espaço para os intelectuais recolherem assuntos da cultura popular e repassar a tradição ancestral que antes era feita em uma certa parte da sociedade: o campo. Isso só foi possível porque havia uma “preocupação de valorizar a <<cultura popular>>, ou de tornar mais culto o povo” (Togal; Vargues, 1998, p.575). Essa valorização trouxe à tona a consideração para com os contos populares, mostrando a preocupação com a permanência de uma crença, um rito antigo ou uma lição passada do povo português, como é afirmado nos trechos a seguir:

[...] os contos deveriam ser considerados não só como remanescentes de determinada fé em decadência, mas principalmente como remanescentes de um rito antigo: o rito morreu, mas sua história permaneceu na forma dos contos de fada.

[...]

[...] a partir da experiência arquetípica de um indivíduo; se o impacto é suficientemente forte, há a necessidade de transmiti-lo, ao invés de guarda-lo para si mesmo (Franz, 1990, p. 39).

Entretanto, como já fora mencionado neste trabalho, ao retratar na literatura a história de um povo, eles não colocariam um viés romântico e heroico, como era a versão mítica de Camões, mas mais realista e conceitual. Já que a conotação seria centrada na visão científica e fidedigna com a realidade os assuntos principais da era moderna (ciências exatas, humanas, filosóficas e medicinais), nada mais certo do que escrever conforme o movimento literário realista. Mas claro que havia exceções, como foram os contos, assunto esse que será analisado no capítulo seguinte.

Segundo Catroga (1998), como as áreas da filosofia, antropologia, filologia, pedagogia e literatura social estavam em voga, estudos e pesquisas numa fonte principal e rica de informações seria a principal escolha. Escolha essa que seria nada mais e nada menos que a população em si e sua tradição. Dentro dos costumes portugueses há fábulas, mitos, lendas e contos, onde o personagem principal é o próprio povo. Além de ser uma fonte para se perceber as simbologias, significados e lições morais ancestrais, também, é para a formação da história básica da nação, “para uso das sucessivas classes no poder” (Lourenço, 1999, p. 132) em manipular a escrita oficial do passado. A existência das manifestações verbais e mentais dos indivíduos seriam a essência do espírito nacional, o que deveria ser registrado para melhor tornar possível/palpável esse sentimento de uma nação que pensa, tem suas particularidades, demonstra suas características comuns e está se desenvolvendo. O registro da fonte popular tende a ser uma via de mão dupla favorável para os governantes. Uma porque preserva a tradição e a cultura de Portugal, e outra que serve como uma forma de discurso que direcionaria a visão dos leitores para a identidade nacional criada, entrando na consciência do povo através

da literatura incentivada pela nova educação pedagógica do período, como é afirmado no trecho a seguir:

É como se existisse desde os alvares da nacionalidade, quando na realidade foi instituída pelo discurso performativo da história literária, que depois se “naturalizou” e se transformou num *habitus*. Desde o último quartel do século XIX teve uma importância significativa, quando foi divulgada como uma imagem privilegiada da “identidade nacional” através do discurso pedagógico, como consequência do incremento do nacionalismo e do patriotismo na formação escolar, na medida em que o discurso republicano apostava na educação como fator de regeneração nacional. Serviu também para a difusão da imagem oficial do Império [...] (Cunha, 2008, p. 97).

Ao se naturalizar na mente dos indivíduos, através do incentivo da leitura nas escolas, os dogmas sociais, a percepção do mundo, assimilando novas informações e conhecimentos, acaba civilizando a sociedade. Civilizar significa ter um autoconhecimento de sua língua e cultura, e, assim, de desenvolver e legitimar o novo sistema de valores político-culturais que o liberalismo trazia. De acordo com a especialista em estudos sobre a literatura, Nelly Novaes Coelho, a escola é um lugar “privilegiado” por dinamizar o estudo a língua nacional e formar as bases da sociedade:

[...] no princípio de que a escola é, hoje, o espaço privilegiado, em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo. E, nesse espaço, privilegiamos os estudos literários, pois, de maneira mais abrangente do que quaisquer outros, eles estimulam o exercício da mente; a percepção do real em suas múltiplas significações; a consciência do eu em relação ao outro; a leitura do mundo em seus vários níveis e, principalmente, dinamizam o estudo e conhecimento da língua, da expressão verbal significativa e consciente – condição sine qua non para a plena realidade do ser (Coelho, 2000, p. 16).

O aprender a ler e tomar apreço pela leitura gera um apego pelas obras literárias nacionais, cuja as quais são como um “espelho da alma nacional” (Cunha, 2008, p. 102). Como já se explicou nesse subcapítulo, a literatura é a criadora das identidades nacionais, abrindo espaço para fundamentar as instituições modernas vindas desde a Revolução Liberal-Industrial. Segundo Tegal & Vargues (1998), por causa desse advento, pode se considerar o século XIX, para Portugal, como o “século do livro”, por que havia uma larga produção deste, por conta da sua função de divulgador das ideias e normas nacionalistas.

A literatura foi a “reformuladora” do passado em nome do presente através dos intelectuais sociais e pedagógicos que buscavam um mecanismo/meio que introduzisse, desde as bases do indivíduo, para legitimar a nova ordem do país. Isso é justificado por Coelho (2000), que afirma que a literatura vinda do meio popular tinha a “intenção de passar determinados valores ou padrões a serem respeitados pela comunidade ou incorporados pelo indivíduo em seu comportamento” (Coelho, 2000, p. 41). Para tornar crível ou aceita a doutrina inserida na literatura, era preciso fazer uso da tradição popular, através dos mitos, contos, fábulas, lendas,

e outras formas de perpetuação das lições ancestrais. O que torna o papel dos contos populares uma fonte rica para os esquemas pedagógicos de inserir a moral social e doutrinadora do governo português que se instaurava no final do século XIX. Pesquisadores remanescentes da Geração de 70 foram pioneiros nesse recolhimento e compilação dos contos portugueses, dentre eles estão Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso e, principalmente Adolfo Coelho.

Este último pedagogo, conseguiu mesclar o interesse do público com algo já conhecido (as histórias tradicionais faladas em comunidades) com a doutrinação das pessoas através de seleção de palavras, significados e representações figurativas da realidade portuguesa. Embora, na teoria essa seja a intenção do intelectual, na prática dá-se a entender que ele estava tratando o povo como uma “criança”, um ser ignorante e sem conhecimento do certo e do errado das leis sociais. Essas e outras características diferenciadas de Adolfo Coelho, o tipo de discurso literário e a retratação simbólica da cultura portuguesa nacional serão aprofundadas no próximo capítulo.

#### **4 CAPÍTULO 3 – CONTOS PORTUGUESES: TRADIÇÃO ORAL COMO UM MEIO PARA INSTALAÇÃO E PROPAGAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO**

Como se observou no capítulo anterior, a literatura fora uma ferramenta importante para se criar e instalar a identidade portuguesa, prestigiando aspectos da cultura, tradição e memória popular. Em especial a literatura dos contos populares foi utilizada em instituições básicas de ensino e em estratégias pedagógicas pelos intelectuais do final do século XIX. Como fora os casos de estudiosos da Geração de 70, os quais se utilizaram da “linguagem da representação, linguagem imagística” (Coelho, 2000, p. 43), para inserir nas histórias recolhidas do povo, que sejam condizentes com os novos interesses nacionalistas. E através da leitura de tais contos revisados por esses intelectuais e publicados em livros seria possível alcançar o objetivo. Entretanto, o público consumidor de livros era baixo. A causa para essa situação era a alta taxa de analfabetismo, cuja explicação seria, segundo Candeias (1998), que Portugal demorou a implantar a escolarização inicial e obrigatória para os jovens. Somente no século XIX, quando o país sofreu com a pressão da nova ordem social econômica capitalista, com as reformas e contrarreformas religiosas (visando limitar a influência da Igreja Católica em assuntos governamentais), e a construção do conceito de Estado-Nação (nacionalismo e os estudos liberais-científicos), que teve impulso a formação educacional da população portuguesa (Candeias, 1998, p. 2).

Se parar para analisar, a religião e o capitalismo foram os elementos que relançaram a necessidade de saber ler e escrever. Isso porque, se a Igreja queria que as pessoas soubessem o que a bíblia tinha de ensinamentos religiosos, ela precisaria de um povo que soubesse ler o livro sagrado e, assim, repassar os dogmas católicos. Já no caso do Estado, se ele queria que existisse indivíduos que impulsionassem a economia, criassem soluções aos problemas sociais e que soubessem seguir as regras/leis, era necessário que os cidadãos soubessem a escrita. Ao formar desde a base educativa os cidadãos, não só se teria o controle da população, mas abriria espaço para se firmar as características nacionais através da escrita, o que, conseqüentemente, ocasionaria numa sociedade sofisticada e ciente de si mesma:

[...] irá estar na origem de sociedades mais sofisticadas, competitivas e conflituais, progressivamente assentes no tecido urbano, que necessitam formas de controlo e de gestão mais complexas, o que na generalidade dos casos estudados leva a que a escrita, como elemento de racionalização, organização e controlo social seja potencializado, senão a curto, pelo menos a médio e longo prazo (Candeias, 1998, p. 4).

Dito isso, a estratégia dos letrados de utilizar as histórias faladas pelo povo como uma forma de repassar as características socioculturais da nação funcionou favoravelmente. Muito por causa da demanda em melhorar a alfabetização do povo português no final do século XIX, houve uma busca por pedagogos influentes da época em conciliar as exigências da gama religiosa e da gama cívica, além de criar uma identidade nacional. Identidade nacional essa que tinha o intuito de tonar a autoconsciência dos valores únicos do país lusitano, assim como a sua história, criando uma admiração e adoração/orgulho pelo seu próprio povo (Oliveira, 1985, p. 24). Entre os estudiosos que se dedicaram a esta busca e utilização da tradição oral para fins educativos e analíticos, se destacam os pioneiros do recolhimento e compilação de aspectos populares: Teófilo Braga, Consiglieri Pedroso, e, especialmente, Adolfo Coelho.

Como fora mencionado no parágrafo anterior, existiram eruditos que viram as histórias vindas da tradição oral como algo a ser estudado. Em específico, o compilador Francisco Adolfo Coelho (1847-1919) que dedicou a vida a estudos sobre história, etnografia, pedagogia, além de pesquisas filosófico-literário, teve um importante papel nessa introdução de aspectos da cultura ancestral portuguesa no ensino. Uma das figuras mais importantes da intelectualidade portuguesa do século XIX, segundo o Instituto Camões I.P. (2016), foi o primeiro estudioso a organizar uma escola sistemática de contos populares portugueses, onde acabou recebendo ajuda para conseguir recolher e criar o livro *Contos Populares Portugueses* em 1879. Assim, etnógrafo que era, Coelho não deixou de prestigiar o saber popular em todas as suas ramificações ou formas de expressão. Ele se utilizou de contos populares que detinham lições morais e tradições nacionais que tinham sido esquecidas pelo meio urbano, além de trazerem

elementos sobre a religião e normas sociais. De acordo com o estudioso Ernesto Veiga de Oliveira (1985), diz que as tradições populares tendem, ao serem transcritas, a sofrerem alterações do pensamento original, porque esta transformação ocorreria para condizer com as expectativas e visões de mundo do público-alvo.

[...] as <<tradições populares>>, que recobre já a visão dos irmãos Grimm, estas representam um estágio avançado da transformação desse pensamento originário, e constituem vestígios mais ou menos fragmentários, claros ou deformados, de mitos e conceitos religiosos muito arcaicos, que perduraram na imobilidade do mundo mental do povo, arredado da ação renovadora do progresso racional; (Oliveira, 1985, p. 19).

Ou seja, como as histórias faladas eram de tempos muito antigos, com expressões ultrapassadas ou de determinadas regiões, as pessoas do meio urbano não entenderiam e perderiam o interesse. Portanto, para se passar adiante o cerne dos contos (como por exemplo não enganar, trabalhar duro, respeitar os pais etc.), era preciso deixar, na escrita, as partes de interesse do pedagogo, permanecendo os vestígios do original e adicionando outras formas lexicais para o entendimento do público. Influenciado pelos trabalhos dos Irmãos Grimm de recolher vestígios culturais do povo, Coelho encontrou na tradição oral uma forma de registrar e criar uma identidade nacional.

Segundo Silva (1993), Adolfo Coelho e outros pesquisadores do final do século XIX, conseguiram criar a partir das lendas, mitos, contos, costumes festivos a tradição historiográfica nacional. Isso porque o novo conceito de Estado-Nação “privilegiava a pedagogia e valorizava socialmente a instrução como fator fundamental na definição do cidadão, interveniente e participativo” (Silva, 1993, p. 104). Então, Adolfo Coelho, conseguiu mesclar o quesito interesse nacionalista com algo já conhecido (as histórias tradicionais faladas em comunidades) e a doutrinação das pessoas através de seleção de palavras, significados e representações figurativas da realidade portuguesa. Essas e outras características diferenciadas de Coelho, o tipo de discurso literário e a retratação simbólica da cultura portuguesa nacional, eram o que tornava sua obra interessante. Além disso, segundo o Instituto Camões I.P. (2016), ele se destacou no período do final dos anos oitocentistas por privilegiar o estudo da literatura e das tradições populares. Por conta disso e de sua formação acadêmica, fundada na elaboração crítica-histórica e sistemática da etnografia portuguesa, acabam por favorecer na iniciativa de recolhimento de aspectos culturais, folclóricos, míticos, de lendas e de contos portugueses.

Com a justificativa de que as histórias populares eram os meios primordiais para passar adiante aspectos doutrinadores e lições morais antigas, nada mais viável do que as utilizar para propagar a identidade nacional que se estavam tentando impor. Esta iniciativa tornou Coelho como um dos eruditos oitocentistas mais influente, como se pode ver na afirmação a seguir:

As suas actividades de investigação exerceram-se nos domínios da Glotologia, da Etnografia, da Pedagogia, e da História da Literatura; e em cada um deles <<traçou sulcos luminosos>>, como dirá Leite Vasconcelos no seu elogio fúnebre, tendo os seus trabalhos, nas palavras de outro seu biógrafo, sido <<apreciados como obra culminante na matéria a que se dedicava>>, e <<altamente galardoados por algumas universidades>>; e em muitos casos foi um pioneiro e um inovador (Oliveira, 1985, p. 25).

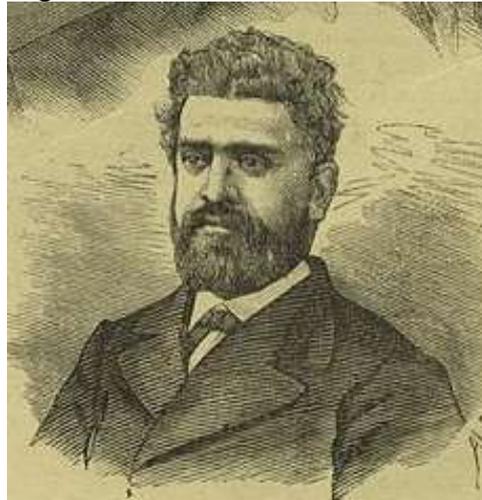
Coelho utiliza da estratégia de recolher as histórias populares e as perpetuar no papel através da literatura, especificamente em um livro com compilado de contos recolhidos em comunidades com forte influência dos anciãos. Isso porque a tradição oral, novamente, é um tipo de armazenamento dos conhecimentos ancestrais através da memória e sua transmissão pela voz, normalmente dos mais velhos para os jovens, pois os primeiros viveram e guardam mais informações sobre a sociedade (Guimarães; Todescatto; Apoema, 2016, p. 15). Os saberes necessários da vida (como plantar; o preparo da comida; conhecer formas de se curar de enfermidades; entender a organização social do seu povo; como funciona o tempo, a natureza, a vida e a morte etc.) eram, antes da escrita, repassados através de mitos, fábulas, lendas, e principalmente contos. As histórias contadas, acabam se inserindo na consciência social, se tornando algo normal, já “conhecido” pela população. Então, para tornar crível ou aceitável a ideia de identidade nacional que se queria impor, era preciso fazer o uso da tradição de base oral, pois a oralidade era a forma primordial da cultura portuguesa de manter viva as tradições, costumes e regras sociais. Logo, o papel dos contos populares se torna uma fonte rica para os esquemas ideológicos-pedagógicos de inserir a moral social e doutrinadora do governo português, pois têm suas raízes a língua comum e um passado cultural conhecido pelos mais velhos. Além de pôr em prática a concepção, um tanto preconceituosa, que Coelho tinha da sociedade portuguesa, a de “precisar” que ele a ensine, a guie e a prepare para a nova era. O que não seria certo tal ideia, pois com os meios de comunicação, que trouxeram novas informações, auxiliavam as pessoas a terem uma mente mais crítica e já saberem ter sua opinião própria sobre o país.

#### 4.1 ADOLFO COELHO E SUA OBRA: AS INTENÇÕES SOCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA PORTUGAL

Como se percebeu, os contos são histórias recolhidas do meio popular, mais especificamente do meio rural. Vieram da oralidade, pois não se sabe quem são os autores originais por serem contos repassados de boca em boca durante gerações. Somente terão um tipo de autoria quando um pesquisador os recolher e colocar em um livro, como foi o caso do

livro de compilados de contos de Francisco Adolfo Coelho (1847-1919), o chamado *Contos Populares Portugueses*, escrito em 1879. Vale ressaltar que, no livro, não era dito “sob a autoria de...”, mas sim “coligido por...” (Faria, 2009, p.87), dando a entender que Coelho não era o autor dos contos, mas sim o que os compilou em uma obra.

Figura 17 - Francisco Adolfo Coelho



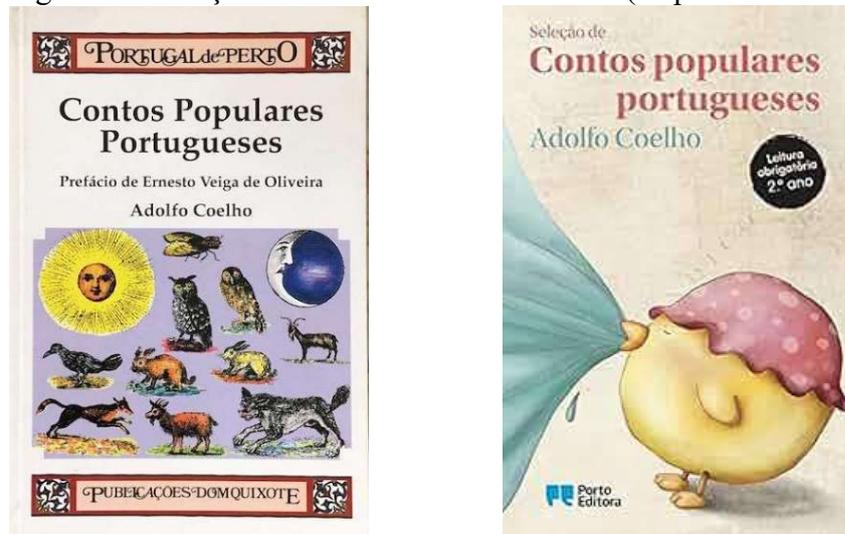
Fonte: Revista O Ocidente, 1880.

Como fora o primeiro livro com a temática de contos e sem uma denominação de autoria por parte de Coelho, foi de extrema importância para o país no século XIX. Segundo Faria (2009), o livro/coletânea do estudioso foi de vital utilidade para a cultura portuguesa, tanto que seu livro teve diversas versões. Desde a sua primeira edição feita pela editora P. Plantier, até as mais atuais do século XXI. Esse investimento na continuidade do consumo da obra de 1879 só foi possível pelo interesse do pedagogo na situação de atraso português sobre o consumo e estudo de conteúdos literários vindos da tradição popular, assim como a necessidade de tornar notório obras voltadas a facilitar a prática da leitura dos alunos de instituições básicas de ensino.

A tentativa de combater o estado de ignorância educacional da época, ao qual não tinha uma separação de ensino cultural e científico do religioso, e a necessidade de instituições modernas com tendências de investigação da língua e suas formas de manifestações culturais (Castro, 2008, p. 6) foram os motivos para valorizar a perpetuação da leitura do livro. Por conta disso, possibilitou as editoras portuguesas, ao longo dos anos, a serem incentivadas pelas instituições de ensino de letras (estudos linguísticos, estudos de comparação literárias etc.) e o governo (meio de estudar e conhecer a cultura popular do país para as novas gerações) a publicar em diversas versões o livro de Coelho.

Há duas versões merecem destaque: a de 1985 e a de 2013 (Figura 10). A de 1985, pela Publicações Dom Quixote, detém todos os contos originais, tendo uma prefácio de Ernesto Veiga de Oliveira<sup>17</sup>, o qual analisou e criticou a importância dos estudos comparados de contos de Coelho como uma forma de perpetuação da cultura popular portuguesa. E a versão de 2013, pela Porto Editora, detém alguns contos selecionados e que a obra fora editada e distribuída pelo Plano Nacional de Leitura, o qual mostrava a obrigatoriedade de sua leitura no ensino básico e secundário de Portugal no século XXI.

Figura 18 – Edições dos contos de 1985 e 2013 (respectivamente)



Fonte: Mercado Livre, 2025

As duas versões do livro original de Coelho apresentam uma preocupação com a continuidade do conhecimento e estudos de manifestações culturais portuguesas, principalmente com o que diz respeito a leitura de fontes literárias que vieram da tradição popular e oral. Assim, demonstra que em mais de cem anos a obra de Coelho é reconhecida como uma espécie de busca e recolhimento das características sociais e tradicionais do povo português que foram esquecidas. Também se pode perceber que o próprio governo, ao infringir a obrigatoriedade da leitura da obra, tornou o livro de compilados do pedagogo como um instrumento de perpetuação e conscientização intelectual das formas de expressão artístico-culturais de Portugal, seja para introdução da cultura popular nacional as crianças, seja como um meio de se analisar etnograficamente, historicamente e filosoficamente o papel da tradição oral na identidade de uma nação.

<sup>17</sup> Ilustre etnólogo português. Diretor do Centro de Estudos de Etnologia de Portugal em 1980, onde dedicou sua investigação etnográfica e etnológica do território e cultura portuguesas, principalmente em análise da literatura vinda de fonte oral. (Folclore de Portugal, 2024)

Agora, o livro original de Adolfo Coelho, apresenta um aparente cuidado de registrar os contos, mencionando o nome das regiões recolhidas e dos indivíduos que repassaram tais histórias. Segundo Oliveira (1985, p. 28), a metodologia utilizada pelo pedagogo para recolher as histórias era feita em quatro fases ou graus: descritivo, comparativo, histórico e genérico.

[...] grau descritivo—que é a simples coleção dos factos, e consiste na recolha de matérias— está ao alcance de toda a gente, requerendo apenas probidade e poder de observação; grau comparativo—que tem como base material as versões do elemento em estudo fornecidas pela bibliografia, e visa fixar dedutivamente o «núcleo essencial» ou a «forma primitiva» de tal elemento, apoiando-se nas ciências étnicas e linguísticas, e no conhecimento das línguas; grau histórico—que corresponde ao estudo da origem ou origens dessa «forma primitiva» que se procurou identificar ou reconstituir, e seguidamente da sua evolução e/ou transmissão no espaço e no tempo, por contos étnicos e históricos; e enfim o grau genético [...], que é o estudo da formação da tradição, e que, nas palavras do Autor, «depende do progresso da psicologia aplicada», verosimilmente, segundo nos parece, para se traçar o processo mental da criação desse facto etnográfico originário: o mito. Estes dois últimos graus, que correspondem ao nível ou estágio explicativo, serão possíveis apenas [...] para desacreditar a mitologia comparada.

Ao se analisar estas etapas, se percebe o interesse investigativo que o erudito dedicou ao elaborar tal livro de compilados, mostrando que o seu propósito primordial era um estudo comparado dos contos. Entretanto, de acordo com Oliveira (1985) Coelho não deu valor suficiente para o trabalho de campo de recolher tais contos. Isso porque preferiu se preocupar com a tentativa exclusivamente comparatista literária em seu gabinete, onde não foi pessoalmente na origem da fonte para se saber se era real (Oliveira, 1985, p. 29). Ou seja, ele não foi entrevistar diretamente os informantes e as localidades para confirmar se eram realmente originários de lá, mas sim pediu a seus alunos e parceiros de pesquisa para fazer o recolhimento e, assim, fazer a comparação em sua sala, onde tais contos eram semelhantes com histórias já registradas em livros internacionais. Este método de recolher e comparar, traz dois pontos, tanto negativo, como já se viu, como positivo. O lado bom disso, é apresentado pelo fato de que quando se compara histórias de outros povos com os nacionais, se consegue averiguar que as narrações podem ser idênticas ou similares pelo enredo ou pela forma que se foi transmitida. Como são contos passados de boca em boca, sem uma autoria, o seu alcance tende a se expandir, podendo serem passados de povo em povo. Isso é a prova que mesmo existindo nações diferentes, todas apresentam uma riqueza de produtividade cultural e artístico (tradição), podendo, assim, ter algo em comum, tanto na lição moral, como no gênero/tema:

A existência de produções idênticas pelo fundo ou pela forma na tradição de todas as raças humanas prova já de por si evidentemente uma unidade estética elementar tão completa, pelo menos, enquanto à receptividade, que nada, a priori, nos impede de julgarmos essas raças diversas dotadas de igual grau de produtividade artística elementar, sujeito nas suas manifestações a leis idênticas. Provando-se, como cremos que não é difícil de provar, que pelo que respeita a um grande número de contos populares a transmissão se operou de povo a povo, não se pode deixar de admitir que

a condição *sine qua non* dessa transmissão é a existência, no povo que recebe, de tradições próprias do mesmo gênero; (Oliveira, 1985, p. 31).

Além disso, mostra que Portugal é uma nação tão antiga quanto qualquer outra europeia, enraizada na valorização das criações culturais do povo, rica em tradições ancestrais e elaboradas. Dito isso, se percebe que a cultura de uma nação acaba por ser ensinada através da fala, assim como os contos. Então a forma básica para se entender o lugar em que se pertence, acaba sendo dependente da tradição oral. Coelho, exímio pedagogo e etnógrafo que era, que estudava os folclores, os costumes dos povos e as formas de perpetuação das tradições, percebeu a utilidade dos contos no ensino dos jovens. Ao se observar que estas histórias narradas são um dos estágios primordiais para se preparar a mentalidade infantil ao conhecer os primórdios de sua cultura, principalmente na fase em que estiverem aprendendo os significados das palavras ou o conhecimento da língua nativa. Segundo Bettelheim (2020, p. 34), os contos são outra forma de literatura, que direcionam a criança para a descoberta de sua identidade e vocação, além de sugerirem as experiências necessárias para desenvolver o seu carácter. Assim, os contos podem ser uma forma de convencer o desenvolvimento mental, imagético e comportamental das crianças em sociedade, algo que a pedagogia portuguesa pôde se beneficiar. A ousadia de Coelho proporia um caminho para o ressurgimento do país através da reforma de uma pedagogia mais voltada para instrução primária da cultura tradicional, culminando na inauguração de duas instituições.

Em 1883, com o apoio de um grupo de estudiosos e a Câmara Municipal de Lisboa, Adolfo Coelho promoveu a fundação do Museu Pedagógico Municipal de Lisboa<sup>18</sup> e a Escola Primária Superior Rodrigues Sampaio<sup>19</sup> apresentando a população a nova onda de reformas do sistema pedagógico que Portugal sofreria. Segundo Mogarro (2022), tais instituições demonstravam o incentivo do pedagogo em implantar de imediato o sistema educativo que havia dado seus primeiros passos lá nas Conferências do Cassino de 1871. A ideia era de existir uma instrução dos jovens em escolas primárias e secundárias, através de leituras comparadas de livros vindos do meio popular e um desenvolvimento mental crítico-filosófico aos novos conhecimentos adquiridos. No trecho a seguir, apresentam a importância da fundação das instituições educativas no contexto de Portugal do século XIX, pois ocorria a necessidade de igualar a pedagogia nacional com a da Europa moderna:

---

<sup>18</sup> Inaugurado em 1 de julho, tendo como diretor e organizador Adolfo Coelho, que incentivou a criar dentro do recinto a primeira biblioteca pedagógica de Portugal destinada a educação de assuntos populares comparativos para alunos do primário e secundário. (Mogarro, 2022)

<sup>19</sup> Inaugurada em 16 de outubro, tendo como diretor Adolfo Coelho até o ano de 1915. (Mogarro, 2022)

Importa enfatizar que o Museu Pedagógico expressa de forma clara as concepções pedagógicas de F. Adolfo Coelho, que ultrapassavam o meio restrito de uma elite intelectual e burguesa, esclarecida e empenhada, que, no entanto, lutava pelo progresso e desenvolvimento do país e pela elevação educacional e cultural da população portuguesa. Com este museu, Lisboa colocava-se a par de outras cidades de referência, que tinham já os seus museus pedagógicos, e podia manter, através dele, um diálogo “fraterno” com instituições similares, como os museus pedagógicos de Madrid (via Francisco Giner de Los Rios e de Manuel Bartolomé Cossío) e do Rio de Janeiro (através de Luiz Augusto dos Reis) (Mogarro, 2022, p. 13).

Ou seja, a cultura pedagógica moderna traria a emergência e afirmação da ciência da educação, trazendo novos meios para se conhecer, difundir e fixar na mente coletiva do povo português os novos conhecimentos científicos e de identidade nacional. Além de, também, considerar a pedagogia como um meio para se resolver o problema da educação técnica atrasada do país e tornar a pedagogia como uma espécie de modelo para o ensino profissional. O que possibilita a abertura para outros meios de estudos académicos e de formas de obter a tão cobiçada identidade nacional portuguesa. Tal possibilidade fez com que Adolfo Coelho se beneficiasse ao inserir, tanto na escola como no museu, a obrigatoriedade da leitura de livros e coletâneas de origem da tradição oral e popular, como foi o caso dos contos. Segundo Oliveira (1985, p. 35), Coelho foi o primeiro intelectual a fazer uma coletânea de contos populares portugueses, pois anos antes eram narrações avulsas ou citações em revistas feitos em 1870. Por conta disso, anos mais tarde, Teófilo Braga<sup>20</sup> e Consiglieri Pedroso<sup>21</sup> fazem coletâneas populares, em 1883 e 1910 respectivamente. Logo, por causa da iniciativa do pedagogo, ocorreu de Portugal sair da ideia de “terra/ilha” (mencionado no capítulo anterior) no meio de uma Europa intelectual, e, assim, estar por dentro de estudos comparativos de contos populares iniciados pelos Irmãos Grimm no século XVIII (Coelho, 2012, p. 107).

Na introdução do livro de 1879, o compilador demonstra a sua preocupação com a importância de os contos virem da oralidade:

Nos contos que recebemos escritos notar-se-ão algumas formas literárias, mas preferimos dá-los como no-los oferecem a imprimir-lhes um carácter mais popular. É mister ter também em vista que entre nós há muito menor distinção entre a linguagem popular e a literária que noutros países. As pessoas do povo inteligentes são geralmente bem falantes e empregam muitas expressões de origem literária evidente, sem saberem ler.

Os contos que hoje publicamos não têm todos igual valor, mas oferecem todos mais ou menos interesse sob o ponto de vista tradicional (Coelho, 1879, 42).

Nesse trecho se dá a entender que, como o país lusitano tem como forma primordial de se ensinar através da linguagem popular/ falada, não seria difícil para o povo compreender a

<sup>20</sup> Intitulado de “Contos tradicionais do povo português com um estudo sobre a novelística geral e notas comparativas” de 1883, separado em dois tomos (Google Books, 2014)

<sup>21</sup> Intitulado de “Contos populares portugueses” de 1910 (Google Books, 2014)

história e sua gama simbólica-cultural ao ser transformada em literatura. Isso porque o povo já conhece o conto, ou por ter escutado quando criança ou em rumores no cotidiano, o que facilitaria o entendimento do enredo, do significado das expressões e da lição moral, mesmo que introduzissem algumas palavras literárias. Portanto, o livro de 1879 foi uma abertura para o aprendizado e instrução dos jovens, o que fora possível quando se tornou obrigatório a leitura dos contos nas instituições de ensino básico. Pois nos contos existia uma forma de idealizar o “ser correto” através dos personagens modelos e suas ações, profissões e relacionamentos inseridos nas histórias. Ou seja, a simbologia dos personagens é condizente com o período e o sistema governamental vigente que queria exigir dos seus cidadãos: os valores a se firmar na mente da nova geração. Esse conteúdo simbólico inserido, favorável a nação com o ideário nacionalista, facilitaria para os jovens leitores a compreenderem certos valores básicos da conduta humana ou do convívio social, rotulando o que seria bom e mau, certo e errado (Coelho, 2000, p. 55) para a sociedade portuguesa.

#### 4.2 ADOLFO COELHO E SUA OBRA: AS CARCATERÍSTICAS GERAIS DO LIVRO

Como se viu o livro *Contos Populares Portugueses*, coligido por Adolfo Coelho em 1879 e editado em Lisboa pela empresa tipográfica P. Plantier, é a primeira publicação portuguesa do gênero. Os contos que o compõem foram recolhidos de várias partes das regiões Norte e Centro de Portugal com maior riqueza ou influência da tradição oral popular. Ao todo são 75 contos dos distritos do Porto (Oliveira do Douro; Vila Nova de Gaia; Foz do Douro), Lisboa, Santarém (Abrantes), Bragança, Viseu (Espandanedo), Braga (Ourilhe) e Coimbra. Sendo que as duas últimas eram as que proporcionaram a maior quantidade de contos: 15 e 42 respectivamente.

Segundo Faria (2009, p. 89), não há uma diversidade geográfica dos contos, pois a grande maioria foram de Coimbra (local onde Coelho nasceu) e seus arredores. Isso pode ser explicado pelo contato mais acessível das pessoas daquelas localidades com relação ao compilador e seus pesquisadores, ou seja, quando se é familiarizado com as comunidades guardiãs das histórias narradas, há uma maior disposição do orador para contar, trazendo riqueza de detalhes. Ou, também, se pode justificar que a existência dos contos, que têm origem antiga e sem autor definitivo, como causadora de uma fácil circularização e enraizamento em determinados locais. Portanto, em regiões com maior quantidade de pessoas, que se baseiam na oralidade para se comunicar e perpetuar sua cultura, acaba causando uma mudança na versão original com o passar do tempo ou no esquecimento popular da sua origem-local. Isso

possibilita a transformação de um conto que se repetiu diversas vezes em um lugar, ao logo dos anos, como pertencente a este. Isso pode ser o caso dos distritos de Coimbra, Ourilhe e Porto:

[...] na verdade os contos circulam e enraízam-se facilmente em diversos locais. Todavia, tentar encontrar um conto popular que seja específico de uma dada região ou localidade é que já se torna impossível, mediante a riqueza de versões que um mesmo conto pode ter (Faria, 2009, p. 103).

Para se ter uma noção das regiões de onde as histórias foram ouvidas, há, a seguir, um dos poucos mapas do período encontrado com todo o território de Portugal (Figura 11). Por ser do ano de 1870, esta cartografia tende a ser de difícil leitura. Muito por conta da técnica manual de fazer a ilustração, onde escreviam com letras pequenas e linhas sobrepujadas umas às outras, e as intempéries que o papel e a pigmentação podiam sofrer com a exposição do ar, luz e humidade. Mas no quadro geral, o mapa mostra os distritos administrativos firmados, segundo o Instituto Nacional de Estatística de Portugal (2024), a partir de 1835, que compõem o país lusitano, com linhas mais espessas para demarcar o limite territorial e cores variadas para diferenciar cada um.

Figura 19 - Mapa das cartas parietais de Portugal, 1870



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal, 2024

O interessante desse mapa, quando se observar melhor, é que a divisão distrital de Portugal, por mais que se tenha passado duzentos anos, continua a mesma. Em outro mapa do século XXI (Figura 12), é perceptível a mesma disposição de cada distrito, a diferença é que este é feito digitalmente, facilitando o entendimento do público da disposição territorial do país. Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Portugal (2024), o território possui 18 distritos fixos desde 1835. São eles: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

Figura 20 – Mapa dos Distritos de Portugal



Fonte: Portal Nacionalidade Portuguesa, 2024

Voltando para o livro de Coelho, os indivíduos que eram as fontes orais da obra, das localidades mencionadas anteriormente, foram das mais variadas gamas sociais, mas sempre tinham como meio de conhecer os contos por conta das “pessoas de idade” que falaram a eles durante a infância (Coelho, 1985, p. 52). Foram proprietárias de pequenas terras, lavadeiras,

mulheres analfabetas, colegas acadêmicos com contatos no meio popular, merceeiros e poetas populares. Isso reforça a ideia de a oralidade ser o meio primordial do país ibérico de passar adiante a sua história ancestral, pois a grande maioria dos contos vieram de pessoas com pouca ou nenhuma instrução.

Partindo para a disposição geral da obra de Coelho, ela apresenta contos de curta extensão (máximo de quatro páginas), separados por numeração romana (vão do I ao LXXV) e no início há o título de cada história, assim como no final aparece a localidade em que foram recolhidas (como Foz do Douro, Ourilhe, Lisboa etc.). O compilador não menciona no prefácio qual fora a sua lógica para a organização sequencial. Entretanto, como o estudo deste trabalho é voltado para a análise mais profunda dos contos, em uma leitura minuciosa se consegue perceber uma possível ordem. Os primeiros contos são mais voltados para o ensinamento básico de jovens no início da escolarização, e o restante das histórias, as quais ficam mais complexas, podem ser dirigidas para um público mais letrado. O que se pode analisar é que todos eles se passam no ambiente do campo, alguns são protagonizados por animais e outros por pessoas. Em termos de ordem é um pouco sem nexos, mas em termos de objetivo de estudo e leitura é bem estruturado. Isso porque ele apresenta a estrutura de cada conto com início, meio e fim, com algum ensinamento cultural, ético e da moral portuguesa inseridos.

Os primeiros contos (do I ao XIII) são voltados para os jovens no início da alfabetização, pois são de no máximo três páginas, apresentando frases repetitivas e simples com nenhuma complexidade de eventos que os personagens principais passam. Há, também, o contexto geral de as temáticas serem sobre o campo e a floresta, sendo os protagonistas os animais que habitavam este meio. Essas repetições de versos são uma forma didática de inserir na mente das crianças as palavras e significados de uma maneira simplória. Ao mencionar algo sobre a vida no campo, tende a ser mais simples de se entender certos assuntos (como o que cada animal faz, quais as estações do ano, como preparar a terra etc.), facilitando a fixação do tema e a compreensão das lições pelos leitores dos primeiros anos da escola. No trecho a seguir afirma que essa técnica literária é apreciada pelas crianças e, assim, prender a sua atenção:

Da mesma forma que a simplicidade inerente à mente popular ou à infantil repudia estruturas narrativas complexas (devido às dificuldades de compreensão imediata que elas apresentam), também se desinteressa de textos que apresentam excessiva variedade ou novidades que alterem continuamente os elementos já conhecidos (Coelho, 2000, p. 105).

A partir do conto XIV até o LXXV, a temática campo ainda permanece, porém o foco agora é em pessoas simples e trabalhadoras que conseguem crescer na vida através de conhecimento, esperteza ou ajuda de outros. Agora as histórias começam a receber mais

detalhes, tem pouco ou nenhuma frase repetitiva, e são voltadas para um público mais adolescente ou com interesse de estudar as simbologias socioculturais. Se percebe uma tentativa de ensinar uma lição mais profunda do que os primeiros contos mencionados, incentivando o questionamento dos leitores com relação a situações que os personagens enfrentam. Os obstáculos físicos podem aparecer no meio do caminho, impedimentos ao final da jornada por representações de pessoas ou enigmas, a pobreza e a falta de conhecimentos específicos para se crescer rapidamente na vida, são alguns exemplos de acontecimentos que os heróis dos contos sofrem.

Em conclusão, as histórias com mais elementos textuais, acabam fazendo com que os personagens sejam críveis aos olhos do público-alvo. Segundo Coelho (2000) os jovens leitores compreendem que as histórias são inventadas ou irreais, mas os seus protagonistas têm situações similares ao seu próprio cotidiano e suas experiências pessoais. É aprendendo e refletindo com o que o ser fictício passa (suportando dor, humilhação e ameaças a própria vida) para se conseguir encontrar um meio de contornar tais momentos difíceis, através de conhecimento, esperteza e trabalho duro. Como é constatado na afirmação “O final feliz acena com a esperança no fim das provações ou ansiedades” (Coelho, 2000, p. 57).

#### 4.3 OS 10 CONTOS SELECIONADOS

No presente estudo do livro de 1879, se deu o destaque de analisar dez contos, com a justificativa de serem os que condiziam com as intenções que a Geração de 70 priorizava: instruir a população portuguesa; crítica a religião; valorização das características e simbologias nacionais; e criar a base para a identidade portuguesa. Foram escolhidos aqueles que entravam na classificação de seis temáticas. São elas: contos exemplos (moralizantes); personagens tipo (lavradores, merceeiro, corticeiro, da realeza etc.); enredo com constante destino/fado; ensinamentos relacionados a instrução da nova geração (papel de cada gênero, o cuidado e preocupação com as novas gerações, como se consegue sucesso financeiro na vida etc.); menção a religião católica; representações simbólicas de Portugal (nome de personagem, importância do vinho, trocas comerciais em feiras, produção de cortiça, transporte de produtos por burros etc.). Os nomes das histórias escolhidas foram: *A Torre de Babylonia* (de Coimbra); *A Afilhada de Santo Antônio* (de Coimbra); *O homem da Espada de Vinte Quintaes* (de Foz do Douro); *O homem que busca estremecer* (de Ourilhe); *A Machadinha* (de Coimbra); *Esvintola* (de Ourilhe); *A bicha de sete cabeças* (de Ourilhe); *Patranha* (de Ourilhe); *Sciencia, Sabedoria e Capacidade* (de Coimbra); *Senhora da Graça* (de Coimbra).

Como se observou anteriormente, os contos selecionados são das localidades de Ourilhe, Coimbra e Foz do Douro. As histórias de Ourilhe (povoado), localizado no distrito de Braga, foram ditadas por uma pequena proprietária<sup>22</sup> da freguesia de Celorico de Basto, onde se tinha uma riqueza de tradições e costumes, como romarias, festas e lendas populares. A região fica dentro de um território mais montanhoso, clima mais frio e húmido, proporcionando muito dos contos sobre estações frias. Os contos de Coimbra foram ditados por uma conhecida letrada<sup>23</sup> de Adolfo Coelho, e localidade natal do compilador. Era o principal núcleo urbano português, além de ser a primeira região de Portugal a ter uma Universidade de Letras, centrada em estudos científicos, antropológicas e literárias. Os contos do Foz do Douro, do distrito de Porto, foram narrados por mulheres analfabetas desta localidade. Região onde tinha muitas trocas comerciais por meio das rotas marítimas, também era onde havia transportes de burros de carga ainda circulando nessa região, em pleno final do século XIX.

Portugal era, no final do século XIX, uma nação que ainda buscava chegar ao nível dos outros países europeus no quesito modernidade, buscando se industrializar (desde 1850), aperfeiçoar a educação da população e criar uma identidade própria. Para se conseguir introduzir os dois últimos quesitos, era preciso começar a partir da base educativa, especificamente nos anos iniciais da escola. Por conta da pressão externa do desenvolvimento intelectual de toda a Europa, os letrados e estudiosos eram influenciados pelas ideias sociopolíticas que estavam surgindo desde o liberalismo. Então, Adolfo Coelho conscientemente acaba por interferir no produto original dos contos, mesmo que ele próprio não admita em sua obra. Ele acaba trazendo à tona a tradição ancestral que se adequa as novas tendências sociais que se queria impor em Portugal, como o papel de cada gênero na sociedade. Como consequência a isso, há uma preservação de certos aspectos do passado português e seus conhecimentos, “criando” a identidade da nação e mostrando algo que representaria Portugal ao mundo, mas claro que aos olhos seletivos dos interesses de um determinado grupo dominante (políticos liberais e letrados modernistas).

---

<sup>22</sup> Sr.<sup>a</sup> Ana Alves Leite fora a única mencionada com um nome e profissão, mas não se tem mais registros dela na obra de Adolfo Coelho ou em outro local.

<sup>23</sup> Não é mencionada a identidade dessa mulher, somente é citada como “uma de nossas irmãs” (Coelho, 1985, p. 42)

#### 4.4 ANÁLISE DAS TEMÁTICAS NOS CONTOS: OS PAPÉIS SOCIAIS E AS LIÇÕES MORAIS

Para exemplificar a afirmação apresentada no subcapítulo anterior, se analisará trechos dos contos selecionados que trazem: a ideia de instrução da sociedade e a apresentação simbólica da identidade portuguesa valorizada pelo compilador Adolfo Coelho. Como o compilador tinha a concepção de que o povo português não estava apto a, sozinho, pensar e conhecer a si próprio e seus direitos, ele acreditava que precisavam de seu livro para educar/”guiar” a consciência dos portugueses. Então, a análise dos contos se começará pelas histórias centradas em passar alguma lição/moral social para a nova geração de cidadãos portugueses. Isso porque elas eram escritas com o objetivo de socializar as crianças para atender as expectativas normativas definidas no meio social do período oitocentista, tornando uma conscientização dos padrões de comportamento (Zipes, 2023, p. 12) que o governo português queria estabelecer. Especificamente serão abordados aquilo que corriqueiramente aparecem nos contos, as vezes sutilmente outra vez abertamente, no caso o papel do gênero masculino e do feminino na sociedade. Das dez histórias escolhidas, seis histórias são centradas em capacidades e funções do homem e as outras quatro são com relação aos atributos e características da mulher.

Os contos centrados na figura masculina exaltam as características e comportamentos do homem (forte, valente e protetor), outras vezes as funções e serviços que ele faz (tipos de trabalho) e o seu papel no meio social (herdeiro, líder de família, seletor de uma esposa para si e seus filhos etc.). Esse intuito de guiar o pensamento e modo de ver o mundo é uma das características que a literatura, voltada para as novas gerações, era afetada por conta da sociedade e a ideologia dominante da época (Nikolajeva, 2023, p.189). Em *A Torre de Babilônia* (nº XVI), retrata o sofrimento de um pescador para conseguir cumprir às exigências de um peixe, dono do mar, e a jornada de seu filho de recuperar aquilo que este ser marítimo exigiu de sua família, no caso suas irmãs. O papel do homem aparece primeiramente na figura do pai pescador, mostrando que era ele que trazia o sustento da família:

Era uma vez um pescador que tinha três filhas. Um dia elle a tirar a rede do mar achou que ela vinha muito pesada, mas muito admirado ficou ao ver que ella só trazia um enorme peixe. Mais admirado ainda ficou quando ao tocar no peixe este lhe disse:  
- Vae-me já buscar a tua filha mais velha senão nunca mais tornarás a colher peixe e ficarás desgraçado toda a tua vida (Coelho, 1879, p. 34).

A figura do pescador aos olhos do leitor é um ser crível, porque mesmo que seria um personagem fictício, ele retrata a mesma forma de ganhar a vida e as dificuldades que um pescador português do século XIX passava. Ou seja, ele é considerado como um “personagem-

tipo” (Coelho, 2000, p.152), aquele que representa um grupo social (pescadores, lavradores, corticeiros etc.) com os comportamentos relacionados a este. Há, também, a citação em outros contos, de diferentes profissões que o homem poderia exercer, como por exemplo lavradores, lenhadores, mineiros, carpinteiros, entre outras. O serviço braçal é muitas vezes relacionado a figura masculina por conta do senso comum, o qual afirma, no quesito físico, o homem ser mais forte, valente e resistente que as mulheres. No conto *O Homem da Espada de Vinte Quintaes* (nº XXII), mostra a valentia de um rapaz ao encontrando pessoas, desafios e problemas, ao mesmo tempo em que carrega uma espada muito pesada. Em um determinado trecho, o personagem principal conhece o Tomba-Pinheiros (um lenhador) e aparece uma pequena descrição da sua profissão:

Elle foi indo, indo, e chegou a um pinheiral e viu um homem a deitar pinheiros abaixo; o homem já tinha oito pinheiros no chão e andava a botar mais quatro para fazer o feixe e diz-lhe elle:  
- Você é tão valente que é preciso doze pinheiros para fazer o feixe e para botar ás costas (Coelho, 1879, p. 52).

Como se mencionou anteriormente, a valentia está atrelado ao homem, e nos contos do livro de Coelho há essa mesma ideia. Por conta disso, os filhos homens são aqueles retratados como os indivíduos a serem prezados e desejados a se ter, por sua valentia, força e instinto de protetor. Na visão de Beettelheim (2020, p. 167) os contos buscam “acenar” para os leitores um caminho-guia para se saber quais as tarefas apropriadas com relação a idade e ao gênero, como se portar em situações desafiadoras na sociedade e, conseqüentemente, o que isso pode resultar. Tal constatação é mostrado no trecho do conto *O Homem da Espada de Vinte Quintaes*, o qual fala do filho de um casal idoso, o qual é descrito como bravo, forte e determinado. A valentia do filho é várias vezes exaltada como algo positivo e vantajoso, como conseguir levantar uma espada de vinte quintaes (equivalente a 2 mil kg) durante a jornada, simbolizando a bagagem do papel social e de herança familiar do personagem, o que leva a crer que é a base para conseguir alcançar um reconhecimento ou um final digno:

[...] o menino já tinha sete annos e disse ao pae que queria uma espada que tivesse vinte quintaes de ferro; o pae foi encommenda-la ao ferreiro; a espada no fim de dois mezes estava feita e o ferreiro disse que a fosse buscar e que levasse dois carros e duas juntas de bois e depois então o pae mandou o filho buscar a espada; elle chegou ao ferreiro pediu a espada e diz o ferreiro assim:  
- Que é dos bois e do carro?  
- Não é preciso dos carros, que eu pego n’ella.  
O ferreiro apostou como elle não pegava na espada; se elle pegasse na espada o ferreiro devia dar a elle seis contos de reis e se elle não pegasse dar-lhe-hia o Mamma-na-burra outro tanto (Coelho, 1879, p. 51).

Há também a menção da bravura do filho em outra narrativa, *O Homem que Busca Estremecer* (nº XXXVII). A história retrata o filho de um homem rico que não tinha medo de nada, e por isso viajou por terras distantes, enfrentando seres diabólicos para provar tal fato. Se pode analisar que o conto tende a apresentar uma preocupação corriqueira na visão dos pais: se o filho consegue superar o seu genitor. Segundo Beettelheim (2020, p. 193), quando é chegado a hora, o pai acaba enviando seu filho para longe “para se pôr à prova e, assim, demonstrar sua habilidade e valor para tomar o seu lugar”. Ou seja, o jovem leitor português acaba compreendendo que o personagem do conto só recebeu as riquezas de seu pai por sua capacidade de provar que era valente, tinha caráter e sabedoria o suficiente para lidar com os percalços da vida e, assim, estava ao nível de substituí-lo nos negócios. No trecho a seguir, do início do conto, enfatiza o caráter destemido do herói que queria explorar outras terras, o que é apoiado por seu genitor ao conceder o pedido, para que ele provasse a sua valentia:

Era um homem rico e tinha um filho que nunca estremeceu com nada. Dava-lhe o signo d’elle d’ir passar muitas terras e não seria timorato, nunca teria medo a cousa nenhuma. Disse para o pae: <<Meu pae dê-me o que me pertence, que eu cá vou viajar.>> Deu-lhe moco cavallo e dinheiro; (Coelho, 1879, p. 88).

A solução da disputa entre os irmãos feita pelo personagem do conto de número XXXVII, é prestigiada em diversos contos, enfatizando o pensar em uma alternativa ou resposta ser algo característico do homem. Essa forma de lidar com situações anormais, é apresentada tanto por meio intelectual como físico. Como exemplo desta constatação, em *A Machadinha* (nº XLI), o personagem principal vai em uma viagem, onde no meio do caminho encontra diversos desafios e encruzilhadas, cabendo a ele resolver. Em um dos problemas que aparecem, há a necessidade de se encontrar uma forma de aquecer as casas de uma aldeia durante o inverno, o que o herói prontamente resolve o problema com uma reforma nos telhados, permitindo a entrada da luz solar nos recintos. Na cena, a seguir, retirada do conto, retrata os dois meios que o ser masculino tinha para resolver uma situação, na base do pensar em uma alternativa frutífera (ideia de abrir o telhado para a entrada natural da luz) e na de executar a ideia (fazer com suas próprias mãos a reforma nas telhas):

Ali andavam muitas mulheres e creanças com joeiras ao sol. Ele então perguntou o que andavam fazendo e responderam-lhe: que andavam a apanhar o sol para o levarem para casa, pois não estava lá nem de verão nem de inverno. O rapaz respondeu-lhe que ellas não eram capazes de apanhar o sol, mas que se lhe pagassem bem, que elle era capaz de lh’o pôr dentro das casas. As mulheres deram todas muito dinheiro ao rapaz e elle tirou-lhe algumas telhas dos telhados, e logo ellas viram o sol dentro das suas casas (Coelho, 1879, p. 95).

Na concepção social da época do conto, era comum se pensar que somente o homem traria uma forma rápida e esperta de contornar um problema. Isso porque, no conceito social de 1800, o herói masculino tende a ser aquele que restabeleceria o funcionamento natural e

sadio de uma situação por pior que ela seja (Franz, 1990, p. 73). Um exemplo disso está em *Patranha* (nº LVII), onde o filho esperto de um lavrador, o qual estava devendo para o dono das terras, precisou inventar uma história falsa com a finalidade de conseguir enganar o patrão. Na conclusão do conto, se percebe a façanha do filho, o qual conseguiu convencer o fidalgo a perdoar as dívidas do pai (Coelho, 1879, p. 130). Tanto no conto *A Machadinha*, como em *Patranha*, os personagens acabam sendo recompensados na história, recebendo quantias generosas pelo trabalho (através do esforço físico) e um perdão de dívidas (através do pensar rápido).

Não só a valentia, a força e a capacidade de resolver problemas são mostradas nos contos. Os leitores meninos se baseiam no comportamento e formas de agir dos personagens literários para se reproduzir em sociedade, além de aprenderam o direito que eles têm no meio social. Os filhos são os que sempre recebem a herança material ou simbólica dos pais. Segundo a afirmação “o conto de fadas oferece esperança à criança de que algum dia o reino será dela” (Bettelheim, 2020, p. 190). Em outras palavras, apresenta a ideia de que os contos portugueses queriam passar, de que os meninos terão aquilo que por direito familiar é deles, sendo posses ou uma sabedoria ancestral única, mas eles têm de merecer por seu caráter e capacidade de manejar tal herança. No trecho, a seguir, do conto da *A Torre de Babylonia* exemplifica esse apontamento. O filho do pescador encontra três irmãos que herdaram objetos mágicos de seu falecido pai, eles podiam dividir entre si, mas optaram em brigar pela posse de tais preciosidades. O herói resolve o problema comprando a herança dos três irmãos. Por mais que os meninos quisessem ficar com a herança, o personagem principal foi digno de a receber porque soube negociar sua troca, exercendo a sua vontade e corrigindo um problema na história:

Depois de ter caminhado muito, o acaso deparou-lhe três rapazes que estavam ás bulhas e elle mettendo-se no meio d’elles, perguntou-lhe a causa d’aquella desordem, ao que elles responderam: - Nós somos irmãos e acabamos de perder nosso pae, que nos deixou por herança estas botas, esta manta, e esta chave, e a contenda é porque todos queremos as botas.

O filho do pescador perguntou-lhe para que serviam aquellas cousas, ao que elles responderam que as botas levavam quem as possuísse aonde desejasse ir; a manta, que em uma pessoa se mettendo debaixo d’ella, ficava invisível; a chave, que servia em todas as fechaduras.

O rapaz propoz a venda d’aquelles objectos, ao que elles anuíram, recebendo logo muito dinheiro e terminando assim a contenda (Coelho, 1879, p. 34).

No final do conto, o filho do pescador acaba por conseguir trazer de volta suas irmãs (solucionar o problema de família), além de resolver o enigma da menina presa por um velho poderoso (proteger as mulheres do mal), se casar com esta última (ter o direito de escolher com quem quiser) e tem um final feliz e recompensador (obter riquezas).

Apesar de criativos e socialmente relevantes ao seu tempo, ao passar a moral para as crianças, estas histórias são consideradas como um meio de separar um gênero mais ativo (masculino) e um mais passivo (feminino) (Zipes, 2023, p. 76). Tal constatação é apresentada na frase final: “Morto o velho, casou o rapaz com a menina e levou-a para a casa de seu pae; depois foi buscar as irmãs e ficaram vivendo muito ricos e felizes” (Coelho, 1879, p. 35). Assim, o conto faz presente, mais uma vez, o papel do gênero masculino na sociedade, aquele que trabalha, pensaria em soluções para as adversidades da vida, escolheria uma esposa, protegeria as mulheres e traria a riqueza para o lar. Proteger as mulheres e suas posses também é uma das outras características apreciadas pelos contos portugueses. Um exemplo disso aparece em *Sciencia, Sabedoria e Capacidade* (nº LXVII), que apresenta um marido protegendo sua esposa de olhares e homens interesseiros. Essa “proteção” também é um tipo de hierarquia de poder típica da literatura dirigida ao público infantil e jovem (Nikolajeva, 2023, p. 191). Porque mostra que os seres femininos na obra portuguesa têm de ser confinados aos masculinos, pois estes têm mais direitos em exercer uma ação virtuosa e de decidir o que fazer nas situações atípicas, como o de manchar a honra da mulher.

Todos esses aspectos apresentados nos contos selecionados para descrever os personagens masculinos seriam uma lição para a vida ou um modelo ético-social, dando um norte/direção para o propósito dos jovens em sociedade (Bettelheim, 2020, p. 35). Então, a nova geração de portugueses, do final do século XIX, poderia perceber e aprender através da leitura, tirando proveito dessa moral para, assim, encontrar seu lugar na sociedade.

Partindo agora para a temática da retratação do papel feminino nos contos, foram selecionadas quatro histórias para se analisar. Como se constatou anteriormente, diferente dos meninos, as meninas são retratadas não como um gênero ativo ou que toma decisões próprias, mas sim figuras com aparência e dependem de algo imposto pelos personagens masculinos. Embora certas histórias terem como o centro a mulher, o foco narrativo está relacionado a contrapor suas características com o seu gênero oposto. Segundo Nikolajeva (2023, p. 94) as personagens permanecem confinadas/ “achatadas” ou até condicionadas a visão e atos de seu parceiro na trama. Um exemplo para essa afirmação está no conto *A Afilhada de Santo Antônio* (nº XIX), por mais que o próprio título faz menção de ser a principal uma figura feminina, em todo momento ela é dependente dos atos dos seres masculinos. Sejam na figura de seu pai (que tem a obrigação de educar e mandar a protagonista para trabalhar como criada), ou seja no padrinho (nomeou a menina e disse que iria vir ao seu auxílio em caso de problemas), a personagem Antônia seria subordinada as decisões e ações destes. Segundo Machado (2004, p. 40) como a narração é feita pela visão masculina, ideologicamente tende a retratar a mulher

com os estereótipos da beleza física ou do comportamento dependente da instrução vinda dos homens na história. No trecho do conto a seguir, apresenta a personagem sendo batizada e nomeada pelo padrinho, além de ser instruída por pedido deste ao pai da menina:

Nasceu-lhe mais uma filha e elle foi por um caminho fóra na intenção de falar ao primeiro homem que encontrasse para padrinho da menina. Succedeu que encontrasse um frade, que logo lhe disse que estava prompto a servi-lo. Baptisou-se a menina e o padrinho poz lhe o nome de Antonia e disse ao compadre: - <<Educa a tua filha o melhor poderes, pois quando ella tiver treze annos virei buscal-a para a collocar bem.>> (Coelho, 1879, p. 44).

Na mesma história apresenta as características que uma mulher deveria ter para se considerar perfeita. A dedicação, obediência, bondade pura e beleza da heroína é exaltada em vários momentos da narrativa, sempre levando em conta com a aprovação de outros personagens do gênero masculino, como é o caso do rei. Isso é explicado que, segundo Franz (1990, p. 65), nos países católicos, como é o caso de Portugal, tendem a se adaptar a um modelo vinculado ao da imagem da Santa Virgem Maria, para as mulheres, e a figura do Cristo-Rei, para os homens. Ou seja, os líderes administrativos tendem a estabelecer normas/modelos comportamentais e de relacionamento social tanto para as mulheres quanto para os homens. Em outro trecho de *A Afilhada de Santo Antônio*, Antônia vai trabalhar em um palácio e tem que fingir ser menino para poder chegar perto e ganhar a confiança do monarca. A justificativa a esta ação é que nos tempos antigos, as mulheres não poderiam se aproximar dos reis desacompanhas, pois não tinham um relacionamento íntimo com este e, também, de eles já serem casados com rainhas:

Crescia Antonia em esperteza e formosura e todos no palácio julgaram que ella era rapaz. A rainha começou a agradar-se muito de seu pagem e vendo que elle não lhe correspondia tractou de metter muitas intrigas ao rei para ver se conseguia que este despedisse o pagem do seu serviço. Um dia foi ella dizer ao rei que Antonio tinha dito que erra capaz de n'uma noite separar todo o joio da grande porção de trigo que estava nos campos pertencentes ao rei. Este chama Antonio e elle respondeu que tal não dissera mas que ia ver se era capaz d'essa empresa (Coelho, 1879, p. 44).

Como se percebeu, a personagem principal é testada em vários quesitos: a sua educação, a sua obediência e lealdade para com o rei, e sua dedicação em permanecer no caminho correto. Diferentemente da figura da rainha, Antonia é o modelo de mulher que as meninas deveriam almejar seguir, pois o enredo da história apresenta uma contraposição entre a figura feminina dentro dos padrões sociais (Antônia) e aquela que está fora (a rainha). Segundo Bettelheim (2020, p. 248), a menina nos contos tende a ser retratada como alguém que não se deixa seduzir pelo mal/pecado, mesmo sendo tentada várias vezes. Neste conto, nº XIX, além da personagem conseguir contornar as artimanhas e investidas da rainha, consegue provar que é leal ao rei,

dando a ela o prestígio de um final feliz e um desfecho negativo para a monarca infiel. Isso é algo que o narrador cria para que seja um tipo de apelo às jovens leitoras, uma forma de guiar o seu julgamento com relação ao que é que se deve fazer e ser (Machado, 2004, p. 39) na sociedade portuguesa. No trecho a seguir apresenta a heroína conseguindo provar o seu caráter obediente, bondoso e leal ao fazer com que a filha do rei falasse todos os esquemas que a rainha má tentou contra ela, além de mostrar as consequências de seus atos para ambas as personagens femininas:

- <<Porque te dei com a verdasca  
 Á saída da moirama?>>  
 - << Foi porque minha mãe  
 Tres vezes te levou á cama.>>  
 - <<Porque te dei com a verdasca  
 Quando vinhas no caminho?>>  
 - << Foi porque Santo Antonio  
 É que eras teu padrinho.>>  
 - <<Porque te dei com a verdasca  
 Á entrada do palácio?>>  
 - <<Querias que soubesse  
 Que és fêmea e não macho.>>  
 O rei ficou encantado com taes maravilhas e sabendo quanto a rainha lhe era desleal não a quiz mais por mulher e casou com Antonia que desde esse dia começou a usar os vestidos de rainha e foi sempre muito boa [...] (Coelho, 1879, p. 45).

A retratação do comportamento da mulher nos contos portugueses se dá pela necessidade de representação do mundo que as figuras femininas são articuladas e atreladas as ideologias e símbolos sociais. Essa maneira de apresentar o feminino (a mulher perfeita/deusa e a mulher demônio/má) está ligado ao sistema administrativo social patriarcal (Machado, 2004, p. 29), o qual as histórias narradas surgiram e que o compilador Adolfo Coelho é influenciado. Então, este gênero, enquanto personagem incorporado na narrativa, sofre com a visão de um grupo determinado, tendo uma caracterização limitada: bela, obediente, humilde e pura. Aquela que não se enquadra nesses quesitos, é mostrada como a errada e antagonista da história, pois a heroína tende a ser uma pessoa realizada por ser dependente emocional e economicamente ao pai, irmão e marido (Silva; Rodrigues, 2021, p. 8). Com isso, os leitores tendem a se apegar a figura boa e com comportamento passivo, causando a sua apreciação e vontade de copiar suas atitudes na realidade. Algo que é diferente para aquela com atos desagradáveis na visão do senso social comum, a que repugnaria as leitoras de replicar no cotidiano, pois seriam “punidas” como no conto.

Outro conto que demonstra uma preocupação com o papel das meninas em sociedade é chamado de *Esvintola* (nº XLII). A história narra as três filhas de um rei, o qual pediu para que elas mantivessem uns ramos frescos até sua volta da guerra:

Era uma vez um rei que tinha tres filhas e depois foi chamado á guerra e deu um ramo a cada filha e disse: <<Filhas eu vou para a guerra, e se vós procederdes bem, estes ramos que vos entrego, entregar-m'os-heis frescos como eu vol-os dou; e se vós tiverdes alguma desordem, eu logo o sei, porque os ramos seccam.>> (Coelho, 1879, p. 97).

A metáfora sobre “ramos frescos” é, na verdade, uma alusão a pureza que as jovens devem manter antes do casamento. Quando estes ramos secariam, remeteria a perda da castidade e um desgosto para o rei/líder da família. Segundo Bettelheim (2020, p. 395), a figura feminina tem que despertar para o sexo, mas no momento adequado, antes ele é retratado como algo a se evitar ou que repugna. Então, a constatação que a mulher tem que ser obediente e pura está condicionada a esse sistema-gênero, o qual está atrelado a ideologia católica portuguesa que restringe a relação física da mulher e condiciona a sua forma de ser e agir. Em uma outra parte do conto *Esvintola*, a filha mais nova escapa de uma possível relação sexual com um homem por temer desobedecer a norma de seu pai, além de ter medo desse contato físico que era reservado somente aos casados:

Chegou a casa e disse ás irmãs: -<<Tomae, que eu não torno lá.>> - <<E porque não has de tornar?>> - <<Porque lá estava o conde e botou-me a mão, mas eu paguei-lh'a; tirei-lhe as botas até ao meio da perna e elle caiu no canello>> - <<És tola; elle é muito boa pessoa.>> - <<Pois provae lá a bondade d'elle, que eu a não quero provar.>> (Coelho, 1879, p. 98).

O interessante de se analisar é que, mesmo que as filhas mais velhas cederam a tentação sexual, simbolizada pelo personagem conde, desobedecendo e traindo a confiança de seu pai, a mais nova tenta fugir de todas as formas desse pecado. E mais uma vez há uma contraposição de mulher-bona (a irmã mais nova que foge das investidas do conde) e mulher-má, (as irmãs que cederam ao ato sexual). Isso é justificado pelo personagem, a princípio antagonista, tentando criar armadilhas ou convencendo a heroína de experimentar a relação com o sexo oposto. Segundo Bettelheim (2020, p. 412) esse momento da história é uma espécie de apelo moralizante, de que a mulher não deve ser curiosa com relação aos atos sexuais, por mais que sejam tentadores, eles são perigosos e têm que ser evitados.

Para se haver o ato sexual nos contos, tem que acontecer o casamento, porque essa seria a única forma legal para que a mulher possa ter a relação íntima com qualquer outro homem. Isso é frisado como algo fundamental do crescimento do gênero feminino em todos os contos, pois estes são uma forma de instruir o certo e o errado com relação a ações e interações sociais. Como é explicado na frase “a história sugere que a criança não sabe o quão perigoso pode ser ceder àquilo que considera ser seus desejos inócuos, portanto ela precisa ser instruída sobre esse perigo” (Bettelheim, 2020, p. 247).

Para o público leitor, o qual era uma classe média em crescimento educativo, a percepção e distinção do bem e do mal, do que fazer e o que não se fazer, começam a serem feitas nestas histórias. O homem certo para se relacionar (o conde-esposo) e aquele que se deve evitar (o conde sedutor), são apresentados de uma maneira bem explícita em todo o conto *Esvintola*. A irmã mais nova, por mais que a princípio repugnava o conde (desejo sexual e perversão), depois do matrimônio ela o viu como seu esposo (homem correto) e aceita seu carinho: “E ella saiu de debaixo da cama e disse: - Ai meu marido, aqui estou viva; perdôa-me que se eu fosse tão tola não estava agora aqui” (Coelho, 1879, p. 100). Na visão masculina do século XIX, há a concepção moral de que o casamento é a recompensa máxima para o comportamento de uma boa menina (Zipes, 2023, p. 70), além de uma forma de dar um *status* social digno para o homem que a conquistou, como o soberano/líder de família. Portanto, se percebe que antes de se casar com a heroína e se tornar um bom partido, o personagem conde era visto como um “sedutor pervertido”, o vilão pecaminoso e algo para se evitar, mas que após a união ele aparenta ter tomado uma imagem positiva e digna desta.

Outro caso de características comportamentais que cabem a mulher aparece no conto *A Bicha de Sete Cabeças* (nº XLIX). A história narra um homem que sai de casa, por um falso rumor sobre a falta de proatividade de sua irmã em casa, para se aventurar em outro local e encontrar trabalho, o que o leva a enfrentar um mostro de sete cabeças e, assim, resgatar a filha do rei que estava cativa a este monstro. Segundo Mendes (2004, p. 23) a mulher portuguesa tende a ser também alguém que cuida do lar e é trabalhadora. Nesse conto, por causa de um boato, se faz pensar que a irmã é uma desgraça no quesito ser mulher, pois insinuaria que esta é preguiçosa e aproveitadora, o que torna uma boa justificativa para que o seu irmão a abandonasse.

Era uma vez um homem que vivia com uma sua irmã em muito boa amizade; vem uma má d'uma vizinha e disse-lhe: <Você aqui cheinha de trabalho e seu irmão para ali a comer na venda mais uma amiga.> <Não diga tal; isso é falso.> A vizinha veio para onde ao irmão e encontrou-o a roçar mato e disse-lhe: <Você aqui aqui mortinho de trabalho e sua irmã em casa com um amigo a comer bons bocados.> O irmão chegou a casa; vestiu-se com o fato melhor, pegou n'uma espingarda às costas e levou tres carneiros e tres broas de pão e três vintens em dinheiro, que dinheiro não tinha mais. Pelo caminho pegou nos carneiros e no pão e deu tudo a um pobre que encontrou [...] (Coelho, 1879, p.114).

Nesse trecho anterior se pode analisar a figura de uma mulher que não cuida da casa e não procura se manter em uma atividade/serviço doméstico, o que é vista como um mal exemplo para a sociedade portuguesa. Como a noção popular de que, segundo Zipes (2023, p. 85), o papel da mulher estava em casa e que o lar era um abrigo, além de seu local de trabalho, o correto seria a figura feminina ser atrelada a estas definições. Assim como é comum a

característica de alguém obediente e bondoso é relacionado a mulher, quando esta não cumpre com tal concepção, na visão masculina de Portugal do século XIX, acaba por sofrer rejeição, maus tratos ou ser a vilã da história. Com esta justificativa em mente, as mulheres têm de enfrentar a degradação e o ostracismo, tanto nas histórias como na vida real. Os contos apresentam tais cenas, pois os padrões sociais eram ditados pela perspectiva masculina, a qual valorizava a prudência, discrição e obediência da figura feminina (Zipes, 2023, p. 69). Essa depreciação ou condenação da figura feminina errada, por conta da quebra desta norma social deste gênero, é mostrada no conto *Senhora da Graça* (nº LXVIII). A história se trata de um casal, amantes de vinho, que entram em uma intriga por conta de a mulher não obedecer ao pedido de seu marido de não consumir a bebida:

Era uma vez um homem, que era casado com uma mulher, muito amiga de vinho, a ponto de não deixar parar vinho na adega. Um dia o homem saíu para comprar uns bois, e recommendou á mulher que não fosse á adega beber o vinho. Apenas o homem virou costas, a mulher chamou logo uma comadre e foram ambas para a adega beber o melhor pipo de vinho que encontraram. O homem quando voltou para casa e se achou sem vinho, queria bater na mulher [...] (Coelho, 1879, p.151).

Analisando esse trecho, se percebe que a figura feminina que errou, no quesito obedecer ao esposo, tem a justificativa de ser punida/agredida. Isso porque é o papel da mulher ser submissa ao homem da casa, o que seria aceito na visão do compilador Adolfo Coelho de se castigar a personagem para mostrar a disciplina com que as jovens devem ter no meio social. Tendo isso em mente, aquelas personagens que não seguem as normas sociais, se alega que vão sofrer uma penalidade por tais atos, o que traz uma forma interpretativa por parte dos leitores de que toda ação tem uma reação vinda da sociedade. Como é o final do conto *Senhora da Graça*, onde a gata de estimação do casal, cuja qual a esposa coloca em seus ombros a culpa por beber todo o vinho, acaba sendo morta em seu lugar:

O homem então gritou com toda a força: <<Dizei-me, Senhora da Graça, quem bebeu o vinho, foi a mulher ou foi a gata?>> E o echo respondeu: <<A gata.>> Tres vezes o homem perguntou o mesmo, e tres vezes o echo lhe respondeu a gata. O homem então convencido que a mulher estava innocente, levou-a ás costas para casa, e matou a gata para ella não lhe ir beber mais o vinho (Coelho, 1879, p. 152).

Como uma forma de mostrar o castigo para quem não segue corretamente o seu papel social, o conto anterior demonstra uma forma forte de impor a concepção de relação dos gêneros, o seu lugar e a sua função para a nação portuguesa. Isso porque os contos tratam a mulher como o sexo mais frágil, um adereço ou um instrumento para o matrimonio e submissão ao homem, ao qual era bem-visto pelo período contemporânea que supervalorizava o gênero masculino com relação ao feminino (Silvia; Rodrigues, 2021, p. 2). Então, como a personagem gata seria uma metáfora para aquelas mulheres promíscuas e fora do padrão social, ela acaba

sendo assassinada, dando a entender que a sociedade portuguesa não aceitaria um tipo “mal-educada”. Ou seja, os valores coletivos da nação (moral, educação e disciplina em sociedade) são inseridos e demonstrados em figuras simbólicas nos contos. Onde um ser que é considerado o modelo (a esposa e a filha obediente, a mulher trabalhadora e submissa) para as jovens leitoras. E a outra figura é aquilo que deve repudiar a ser seguido (a mulher mentirosa, preguiçosa e invejosa). Assim, esta contraposição de personagens do mesmo gênero é apresentada para instigar o aprendizado sobre as suas relações e funções sociais. Logo, o papel destas histórias, vindas das camadas populares, são exploradas e reutilizadas por Adolfo Coelho, juntamente com toda a gama ideológica e normativa do pensamento social, as tornando o gatilho inicial para o “processo de socialização” (Zipes, 2023, p. 77) dos novos cidadãos portugueses.

Tanto o papel do homem como o da mulher são apresentados nos contos retirados do livro de Adolfo Coelho, cada um representado por personagens do seu gênero e com suas características próprias. Embora se separou para analisar as duas figuras exibidas na imagem dos seres fictícios, a verdade é que as histórias enfatizam os aspectos masculinos, já os femininos estão em segundo plano. Em outras palavras, os aspectos comportamentais, de função e de possibilidades no meio social são enfatizados para os personagens homens (fortes, independentes, solucionadores de problemas, protetores etc.) e as personagens mulheres (frágeis, obedientes, dependentes, submissas e vinculadas ao lar) são, assim, como uma consequência destes. No período do século XIX, onde se queria formar os pilares para as normas básicas da nação, os contos tendem a ter um potencial de “manipular” (Nikolajeva, 2023, p. 248) o público, porém não no sentido pejorativo da palavra. Eles fariam uma assistência desejável para inferir a base da cultura/tradição portuguesa, o “ser” um português precisaria da ajuda desse mecanismo mais voltado para a educação da nova geração. Os meninos e as meninas teriam essa percepção de como “se tornar” um cidadão de Portugal, de acordo com a concepção de Adolfo Coelho, através da leitura das histórias vindas do meio popular ricas de metáforas relacionadas a realidade do período.

#### 4.5 ANÁLISE DAS TEMÁTICAS NOS CONTOS: OS SÍMBOLOS E REPRESENTAÇÕES DE PORTUGAL

No subcapítulo anterior se apresentou a forma com que os leitores aprenderiam o seu papel em sociedade por conta da função de cada gênero. O que é somente uma parte da cultura e costumes de Portugal, pois ainda há os emblemas que caracterizam o país lusitano dos outros

européus. Estes emblemas aparecem nas histórias como lugares populares, objetos e comidas típicas, tipo de música, animais, entre outros. Todos estariam de acordo com as crenças ideológicas da nova geração de intelectuais, como é o caso de Adolfo Coelho, de reutilizar os contos para funcionar a favor dessa nova sociedade (Zipes, 2023, p. 76), uma nação em busca de criar uma identidade própria. Coelho, influenciado pelas necessidades sociopolíticas do meio em que se formou, queria a rica tradição cultural popular fosse usada e aceita pelas classes médias em ascensão e seus filhos. Esse grupo era o alvo para se apresentar os contos e sua importância, pois as crianças estavam aprendendo a se alfabetizar e ter as bases normativas da sociedade através das instituições de ensino, os quais os acadêmicos como Coelho atuavam. Então, os contos estavam recheados de simbologias relacionadas a animais, lugares, seres e objetos que faziam alusão ao seu país, uma forma mais didática e intrigante para a mente infanto-juvenil que as lia nas escolas.

O primeiro conto que descreve algum elemento relacionado a Portugal é *A torre de Babilônia*. Na cena em que o filho do pescador encontra uma menina linda e descobre que está presa por um velho, o qual precisa derrotar para a salvar:

Caminhou, caminhou por toda a parte até que encontrou uma linda menina que ficou contentíssima de o ver ao mesmo tempo apaixonada. O rapaz perguntou-lhe o que ella ali fazia, ao que a menina respondeu: - Ha muito que eu estou encantada dentro d'esta torre, tendo por companhia um velho que está sempre a dar ais e tem bocados de tão horrível soffrimento que faz despedaçar o coração (Coelho, 1879, p. 36).

Ao se analisar este trecho, se concluiu que os próprios personagens do herói, da menina e do velho fazem alusão a situação em que o país lusitano estava passando no século XIX. Como se viu no cap 1 e no 2, a nova geração portuguesa entrou em conflito com a administração conservadora no governo, pois a primeira queria implantar pensamentos industrialistas e progressistas que impulsionariam a economia e, conseqüentemente, traria o reconhecimento de uma nova potência moderna na Europa. Então, o herói do conto seria a representação dessa geração de letrados e modernistas que queriam “salvar” a nação (na figura da linda menina presa na torre) de sua própria ruína. A ideia fixa da nova geração de que a nação portuguesa, mesmo com sinais de decadência, estava em condições de renascer através de sua atuação de caráter revolucionário no âmbito político, social e cultural (Lourenço, 1999, p. 135).

O velho que “sente dor”, pode ser interpretado como o antigo regime político-administrativo que ainda imperava em Portugal na primeira metade do século XIX. Como o país estava sofrendo com o atraso industrial, econômico e ideológico, em comparação aos outros países europeus, era necessário “o libertar na medida do possível do seu arcaísmo” (Lourenço, 1999, p. 120). Isso porque já se percebia os problemas que isso trazia para a sua

modernização, gerando o tal “sofrimento” que o personagem velho tinha. Ou seja, o filho do pescador (nova geração e suas inovações tecnológicas e ideológicas) libertaria a bela menina (nação que precisa se modernizar e crescer economicamente) do velho encarcerador que sofria com dores constantes (antigo regime que não abria mão para uma mudança necessária e que estava se autodestruindo).

Para confirmar que o “sofrimento” do antagonista estava relacionado ao antigo regime conservador e decadente, há outras simbologias no conto que retratam as várias gamas que esse atraso prejudicava. Alguns símbolos eram relacionados a metáforas sobre a natureza e a animais conhecidos pelos portugueses. Na passagem em que o protagonista pergunta ao velho o motivo de tal dor, ele recebe a seguinte resposta:

- Conto-te tudo porque vejo que te interessas por mim e porque sei ninguém mais no mundo pode penetrar n'esta torre. Há no mar um grande caixão que é a causa dos meus soffrimentos; quando lhe tocam, ainda mesmo que seja um pequeno peixe, são taes as dores que sinto que mais valia a morte e contudo eu não quero morrer. Dentro d'este caixão está um grande peixe; dentro do peixe está um leão; dentro do leão está um passaro; dentro do passaro está um ovo e esse ovo quebrado na testa dar-me-hia a morte, mas até que elle chegasse teria eu de soffrer tanto, tanto, que é isso o que me faz recear morrer (Coelho, 1879, p. 36).

O mar e o caixão podem representar Portugal, pois é um país cercado pelo Oceano Atlântico, o que proporcionou muitas de suas conquistas marítimas, como as colônias na América e na África, além de sua costa ser propícia a um porto perfeito para trocas comerciais. Também se pode tirar conclusão da metáfora do caixão como a dificuldade do país em aceitar totalmente as ideias liberais e capitalistas. Em pleno final de século XIX, o país sendo considerado o mais tímido no quesito industrialização e modernização em toda a Europa já desenvolvida (Lourenço, 1999, p. 120), se faz entender que ainda era fechando para as novidades técnicas e ideológicas da Era Contemporânea. Ou seja, se fechar para as novidades necessária e benéficas para o futuro da nação poderia trazer a sua morte, o seu declínio próprio, o que simbolizava o caixão no conto.

Já a menção do “sofrimento” no conto, pode ser interpretado como a demora de se implantar, no início do século XIX, o sistema liberal-modernista. Como se viu no capítulo 1, o país estava passando por problemas econômicos, políticos e sociais na segunda metade dos anos 1800, muito por causa do sistema administrativo ser conservador, o qual prestigiava os valores e concepção de mundo atrelados ao antigo regime. Por isso, quando o personagem velho menciona que mesmo um pequeno peixe passando sobre o caixão lhe causa “dores”, é uma metáfora da intransigência ou até impasse para o sistema administrativo vigente em implantar sequer uma pequena mudança significativa para se atualizar. O animal peixe, mencionado no

conto, pode simbolizar as tais inovações e alterações que o país lusitano teria que sofrer para se igualar a outras potências europeias no século XIX. Tal constatação se vale da concepção cristã, cuja qual afirma que os peixes são um símbolo de abundância ou uma vida nova (Dias, 2010, p. 161). Então, essa nova estrutura e pensamentos inovadores, os quais tinham uma gama de aparatos revolucionários no meio educativo-intelectual, político-econômico e socioculturais, eram representados pela figura do peixe que causa o incomodo (dor e sofrimento) no antigo regime (no velho encarcerador). Ou seja, por mais que aparenta ser um “pequeno peixe”, esta mudança é carregada de significados, além de ser a causadora da tentativa de ascensão da nação no mundo moderno.

O leão, que estaria dentro do peixe que saía do caixão, pode representar a estrutura de poder portuguesa. Em outras palavras, este felino é comumente a representação de força, poder, soberania, liderança ou justiça (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 538), o que não diferiria do sistema administrativo do estado. Isso porque, é ele que detém o controle dos aparatos jurídico, executivo e legislativo do país. Para se ter uma organização de Portugal, era preciso uma forte liderança, como é o caso do governo e seus políticos que ditavam as regras, infringiam a sociedade a obedecer a elas e puniriam quem não o fizesse.

O pássaro, que estaria dentro do leão, é uma outra parte que incorpora o país lusitano. Um dos símbolos nacionais portugueses é a andorinha, uma das aves típicas de lugares mais quentes e com comida em abundância. O que nada mais justo do que o centro de movimento humano, com muitas lojas e vendas de comida, como é o caso de Coimbra de onde a história *A Torre de Babylonia* foi recolhida. Segundo a matéria da Revista Comunidades Portuguesas (2021) também se atribui a andorinha o significado de amor à pátria, pois esta ave, mesmo migrando nos períodos mais frios, no verão retorna a casa/local de onde se originou. Ou seja, na concepção portuguesa, esta ligação de retornar ao “ninho”/lar de origem que este símbolo trás, se relaciona à nação, porque retrata esse sentimento de conexão e pertencimento à ela. Portanto, a pátria se torna uma espécie de “paraíso” (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 688) para seus cidadãos, por mais que eles saem em algum momento, o sentimento de saudade e vontade de um dia voltar é recorrente. Mesmo que o conto não especificou qual pássaro seria, se pode averiguar que este sentimentalismo e apego com o país é um dos quesitos que caracterizam o povo português, o qual são apegados a seu lar e família, o que é simbolizado pelas andorinhas em cerâmica popularizadas no final do século XIX. Essa popularização se deu pelo artista

Raphael Bordallo Pinheiro<sup>24</sup> que, nos anos de 1880, se inspirou na “padronagem hispanomourisca sevilha” (Anacleto, 1998, p. 572) para a cerâmica ter formas de ornamento com as temáticas animais, como fora as andorinhas de cerâmica.

O ovo que está quebrado pode significar a nova era em que o antigo regime português estava com receio de instaurar. No conto, o personagem velho estava com medo de este ovo se quebrar, causando a sua morte. Como se explicou, o velho era o sistema administrativo conservador e atrasado do país, o qual não sabia lidar com as mudanças que as novas ideias, concepções e aparatos modernistas, que o mundo europeu estava se baseando, traria. Segundo Chevalier & Gheerbrant (2015, p. 672) o ovo simboliza o “nascimento do mundo”, ou seja, uma nova era em que pode trazer tanto dificuldades, como inovações necessárias para um país. Como a criação e implantação de uma nova maneira de governar e compreender a ordem social estava se formando, desde os anos de 1851 em Portugal, havia um receio e, obviamente, um impedimento da gama política portuguesa. Isso se pode ver com as Conferências do Casino em 1871, pois eram ideias inovadoras e teorias práticas que visavam melhorar o país, mas que foram barradas pelos opositores do meio político. Esse “medo” das elites conservadoras (o velho) de trazer a reorganização social, com base na melhor distribuição de renda, direitos trabalhistas e obrigações educativas do povo, era a perda do seu poder de controle/dominação sobre a sociedade. Logo, a simbologia do medo da “morte” no conto queria expressar esta preocupação do governo tradicionalista.

Outra relação que se pode fazer com o significado do ovo, tem a ver com a religião. Como Portugal é um país majoritariamente católico, a representação do renascimento é atrelada a este símbolo. Assim, a “morte” do velho no conto não é o fim, mas a oportunidade para se começar uma nova história, a qual é atribuída ao final feliz do filho do pescador com a menina bela. Em outras palavras, a nação teria um recomeço com as novas ideias e economia política vindas dos intelectuais, apoiadores da Geração de 70, trazendo uma forma de reerguer a nação que estava à beira da ruína ao não aderir a nova tendência progressista mundial no século XIX.

Em relação a religião, nos contos populares portugueses há menções às divindades e emblemas católicos. Portugal, como era adepto a tal religião, crendo na Santíssima Trindade e os seus santos desde a região Norte até o Sul, não é de se surpreender o aparecimento de histórias com temáticas cristãs. Em *A Afilhada de Santo Antônio*, a personagem principal é batizada em homenagem ao santo padroeiro de Portugal, cujo qual é o protetor dos animais,

---

<sup>24</sup> Contribui decisivamente para a revitalização da ancestral cerâmica local, por conta da revolução das formas e pela gramática decorativa naturalista, criando um dos símbolos da realidade nacional e suas paisagens naturais (Anacleto, 1998, p. 572)

casamentos e dos pobres. No trecho do conto a seguir, mostra que a heroína era protegida por esta figura sagrada durante toda a história, sendo socorrida em várias adversidades, criadas pela rainha má, quando chamava o nome de Santo Antônio:

A rainha desesperada foi ter com o rei e disselhe: - <<Antonio disse que era capaz de ir á moirama buscar a nossa filha que está captiva dos moiros.>> Antonia disse ao rei que era capaz de ir lá. Partiu e no caminho disse: - <<Valha-me aqui o meu padrinho. Então elle lhe apareceu e disse-lhe: - Vae, os guardas do castello onde está a princeza hão de estar a dormir quando tu chegares; tu entras, tiras a princeza e nada mau te acontecerá (Coelho, 1879, p. 45).

Como se viu no capítulo 2, este santo é tão importante para a cultura portuguesa que era considerado como um dos “Santos Populares” (Casção, 1998, p. 442). Em diversas igrejas, espalhadas em grande parte do território, há imagens de Santo Antônio: pinturas, estatuetas, altares, entre outras. Algumas destas representações iconográficas também aparecem na tradicional arte com azulejos azuis e brancos (Figura 13), a qual caracteriza o povo português. Esta tradição de retratar cenas religiosas eram uma forma de perpetuar as narrativas das ações da divindade, o que era algo extremamente arraigado a sociedade católica (Birmingham, 2022, p. 153). Além disso, indiretamente era uma forma de influenciar na mentalidade coletiva de mencionar Santo Antônio em outras formas de manifestação artístico-cultural, como foi no caso dos contos populares.

Figura 21 - Milagre Eucarístico em Rimini



Fonte: Unidade Pastoral Santo Antônio dos Olivais, 2021

Os contos, também retratam a situação corriqueira e os costumes de Portugal, como o transporte de cargas, o típico local de comércio e o produto a se vender. O primeiro costume, que tem a ver com a condução de mercadorias, é mencionado em *O Homem da Espada de Vinte Quintaes*. Na história, o herói é apelidado de “Mama-na-burra” (Coelho, 1879, p. 51), não somente porque ele foi amamentado pelo animal quando criança, mas também porque ele carregava quantidades pesadas de cargas em suas costas, como os burros de carga. Por mais que em pleno ano de 1890, as linhas de trem já estavam instaladas, estes animais ainda eram comumente utilizados para levar produtos manufaturados por artesãos locais. Segundo Birmingham (2022, p. 153), recursos escassos em grande parte do sul de Portugal eram entregues em aldeias por mulas (Figura 14), cavalos ou bois, pois as ferrovias só circulavam nos principais pontos de concentração urbana (Coimbra, Porto, Algarve etc.). Por conta disso, tal transporte ainda continuou em vigor no século XX.

Figura 22 – Vendedor ambulante com burro de carga (início século XX)



Fonte: Resto de Coleções, 2010

A prática de fazer a comercialização dos produtos em locais públicos, carregados por mulas, é outro atrativo do país lusitano. As feiras comerciais eram localizadas nas áreas de praças públicas dos centros urbanos, como por exemplo Lisboa, Coimbra e Porto. Os

vendedores-produtores vindos do meio rural traziam diversos tipos de artefatos negociáveis e, geralmente, pouco fabricados nos centros, criando uma concorrência com os pequenos recintos comerciais. No conto *Sciencia, Sabedoria e Capacidade*, um comerciante-artesão se dirige a feira da cidade com um armário nas costas, afirmando que tinha coisas que todos lá iriam querer. Como as pessoas que frequentavam tal recinto querem consumir novidades e mercadorias úteis, ele ofereceu algo que traria uma ciência nova, uma sabedoria única e uma capacidade singular. Entretanto, como a curiosidade dos compradores era tanta, o herói os manipulou para, assim, humilhar aqueles que tentaram assediá-la sua esposa e estavam escondidos no armário que trazia:

No dia seguinte era dia de feira, e o marido da mulher levantou-se muito cedo, poz o armario ás costas e encaminhou-se para a feira, indo sempre apregoando pelo caminho: <<Quem merca sciencia, sabedoria e capacidade.>> Todos queriam comprar as três coisas, mas só quando estava já muita gente na feira, é que o homem abriu o armário e disse: <<Aqui está a sciencia>>, e mandou sair o medico que estava em camisa e fugiu envergonhado. Depois, mandou sair o advogado, que estava em ceroulas, e disse: <<Aqui está a sabedoria.>> E por fim mandou sair o padre que estava em cuecas, e disse: <<Aqui está a capacidade>> (Coelho, 1879, p. 151).

Ao se observar este trecho, se percebe que o comerciante tem que ter um produto que o público necessita, mas também precisa ter uma lábia para chamar a atenção e interessar as pessoas. Nestas ditas feiras apareciam os mais diversos profissionais de negócio mercantil, vindos tanto do interior do país, como das periferias das cidades populosas. Eram almocreves, bufarinheiros, vendedores dos mais diversos produtos manufaturados e artesanais, como cortiça, vinho, cestas, frutas, legumes e peixes. Segundo Mendes (1998, p. 320), a participação das mulheres nas atividades mercantis era expressiva, sendo algo comum para a cultura portuguesa daquele período. Na Figura 15, a seguir, retrata uma vendedora de frutos no Mercado da Ribeira, em Lisboa. Se percebe que a figura feminina também frequentava este ambiente, onde havia homens trabalhando e os animais de carga entregando produtos, além de participarem das atividades de negociação.

Figura 23 – Vendedora de figo no Mercado da Ribeira (1882)



Fonte: Resto de Coleção, 2012

Nestes meios urbanos de trocas comerciais havia produtos típicos de Portugal, como cortiça, azeite e vinhos. A cortiça era um produto retirado do sobreiro, uma espécie de carvalho típico do país, que era rico em tanino, cujo valor comercial era alto. Segundo Ferreira (2017, p. 489), a utilização de cortiça era tanto para fabricar as rolhas dos vinhos e azeites, como para revestimentos em edifícios: igrejas, silos e habitações. Como este produto era recolhido essencialmente em território português, se tornou um marco para a economia nacional, dando o título para Portugal como o maior produtor e exportador de cortiça e seus derivados para toda a Europa, desde a década de 1860 (Ferreira, 2017, p. 489). Produção essa que continuou sendo expressiva até a segunda metade do século XX, onde havia a fabricação de rolhas a partir da cortiça recém trazida pelas mulas e boi de carga (Figura 16). Portanto, nada mais natural do que existir registros deste elemento econômico-social nas histórias populares, como por exemplo em *Patranha*. Na história é mencionado, através do filho esperto, que o personagem caseiro extraia cortiça no solo em que rentava, indo sempre “contar os cortiços” (Coelho, 1879, p. 130) para ver quanto ele produziu.

Figura 24 – Trabalhadora transformando cortiça em rolhas (século XX)



Fonte: Restos de Coleção, 2015

Como se afirmou, a cortiça servia como rolhas para tapar as garrafas tanto de azeite, como de vinho. Dito isso, mais uma vez outro elemento da cultura portuguesa é citado, no caso a planta da qual se extrai o azeite. As oliveiras, árvores que surgem no entorno de rios, eram as fontes para a extração de lenha e do azeite, o qual era designado para a iluminação, lubrificação e saponificação. No início da segunda metade de 1800, como esta mercadoria era a principal matéria prima para várias gamas da indústria e suas máquinas, o plantio da oliveira duplicou. Segundo Reis (2014, p. 8), nesse período, a área de olival seria de 42 mil hectares, englobando as regiões de Alentejo, Estremadura e Trás-os-Montes. A partir de 1878, tal produto começa a ser mais refinado em sua produção, melhorando a sua qualidade e, assim, duas décadas mais tarde, permitiu que seja usado para a alimentação. Isso porque, com as novas técnicas industriais de produção, a iluminação a azeite foi substituída pelos candeeiros a gás e a petróleo, os óleos minerais passariam a lubrificar as máquinas, a indústria do sabão utiliza outros tipos de óleos, sobrando para a utilização de tal produto somente para consumo alimentício (Reis, 2014, p. 12).

Segundo uma matéria da Revista Comunidades Portuguesas, de 2024, a oliveira é um símbolo e patrimônio do país lusitano, por ser o mais antigo em registro de explorar esta planta. Como esta árvore pode viver por centena ou até milhares de anos, ela simboliza longevidade, paz, vitória e recompensa (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p. 656). O que permite que a sua simbologia esteja atrelada aos primórdios da tradição popular portuguesa, sendo citada em

diversas histórias. Em *O Homem que Busca Estremecer*, há uma cena em que o personagem principal precisa colocar um ramo de oliveira em uma adega ameaçada pelo diabo para restituir o lugar e salvar a alma do dono, o qual estava amaldiçoada pelo diabo:

<Eu sou o dono d'esta casa; possuía uma quinta alheia, que não me pertencia; se a minha mulher não a restituir, vou para o inferno e toda a minha família; se a restituir, vamos para o ceo.> O rapaz disse-lhe: <Pois eu digo-lh'ó e estou certo que ella a há de restituir.> - <Na adega está também um caneco cheio de dinheiro debaixo da cuba grande; vae buscar um ramo d'oliveira para eu o ir lá pôr.> (Coelho, 1879, p. 88).

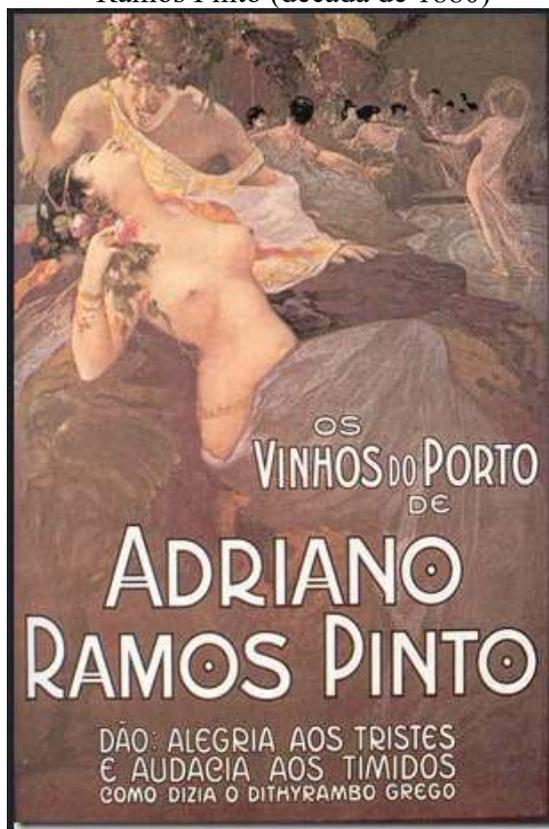
Quando o herói faz o que lhe foi pedido, o ramo (metáfora de trazer paz para o lar) lhe permite que entre no recinto e que, assim, não haja mais problemas (metáfora do diabo ou o inferno) para a família que ali vivia durante muitos anos. Ou seja, a ideia de “restituir” o local com a oliveira no conto, significava tanto tornar algo permanentemente pertencente ao dono (o dinheiro e a adega), como também que traria a paz eterna contra as adversidades futuras.

Outra mercadoria produzida e comercializada em Portugal, mencionada em alguns parágrafos anteriores, era a produzida por uvas. Desde a era medieval, os vinhos eram o marco da cultura portuguesa, sendo retratado como um dos países europeus com maior concentração de vinícolas. Os mais conhecidos eram da região do Porto (Figura 17), fabricados e distribuídos na região do Douro<sup>25</sup>. Entretanto, no início do século XIX, a “doença filoxera” (Marques, 2014, p. 158) dizimaram as vinhas da Europa, prejudicando a quantidade e a qualidade do vinho português que demandava um tempo para fermentar, coisa que o mercado internacional não esperava. Com a falta de bons vinhos dos mais variados tipos, países como a França buscaram na bebida portuguesa um meio de suprir a sua sede por vinho, o que acabou por aumentar o seu preço (Birmingham, 2022, p. 157). A justificativa para o ocorrido leva em conta a necessidade do mercado industrial, que demandava um grande consumo de tal produto, o que a produção afetada por pragas e a qualidade do vinho português não conseguiam acompanhar, causando a crise dos anos 1880.

---

<sup>25</sup> Região onde passa o Rio Douro, englobando os distritos de Porto, Viseu, Vila Real, Aveiro, Bragança e Guarda. (Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto, 2025)

Figura 25 – Propaganda dos vinhos de Adriano Ramos Pinto (década de 1880)



Fonte: Restos de Coleções, 2010

Esta mercadoria era tão enraizada na cultura do país lusitano que a Secretaria de Estado da Informação e Turismo de Porto, em 1969, patrocinou um panfleto turístico-informativo, o qual afirmava que os vinhos eram próprios da população e ao lhes provar “entenderá melhor aquele povo, sua vida, sua maneira de ser” (Gil, 1969, p. 59). Por isso, esta parte da cultura portuguesa não deixa de ter influências nas histórias recolhidas por Adolfo Coelho, pois há duas que tem como temática central o vinho. São elas: *A Machadinha* e *Senhora da Graça*. A primeira mostra a adega como algo comum para o povo português, pois era onde a bebida alcoólica ficava estocada para ser apreciada somente em momentos importantes. No caso do conto, era o dia de comemorar o casamento da filha do protagonista:

Um camponez tinha uma filha, e casou-a com um rapaz da sua terra. No dia da boda estando á mesa, os noivos, os paes e as mães d’elles, e muitos convidados, disse o camponez para a mulher: <Oh Maria, vae á adega buscar mais vinho, pois quero fartar os nossos convidados.> (Coelho, 1879, p. 94).

Já em *Senhora da Graça*, a bebida tem outro tipo de importância. No conto, há um casal que sempre bebiam juntos, mas em um dia a esposa consome o vinho sem a presença do marido, o deixando furioso à ponto de querer a punir. A mulher somente seria perdoada se fosse comprovado que não havia feito tal ato:

Como o homem não quisesse acreditar, a mulher disse-lhe: <Pois olha, homem, havemos ir á Senhora da Graça, e havemos perguntar-lhe quem foi que bebeu o vinho, se fui eu ou a gata; se a Senhora disser que fui eu, hei de trazer-te ás costas para casa, e se eu estiver innocente has de tu trazer-me a mim.> (Coelho, 1879, p. 152).

Esse comportamento autoritário e severo por parte do homem, parece ser um absurdo, mas o conto esconde nas entrelinhas o significado do “vinho proibido”. Segundo Chevalier & Gheerbrant (2015), nas tradições de origem mítica, esta bebida é considerada símbolo do conhecimento e da alegria. Também há a concepção católica, ao qual Portugal se baseia, que a sabedoria foi dada por Deus somente para os homens. A nação portuguesa faz uso destas duas ideias. Ela também tem lendas míticas de como o vinho surgiu em seu meio através de um presente vindo da divindade, como nas lendas gregas de Dioniso. Além de considerar tal bebida alcoólica pertencente ao público masculino, pois este teria um melhor “controle” sobre esta preciosidade. Ou seja, o vinho pode ser uma metáfora para o recebimento da sabedoria/erudição, mas que só caberia a figura masculina.

Ao se levar em conta o período de que o conto fora escrito, certos conceitos socioculturais dominavam o pensamento da sociedade portuguesa. Como por exemplo, a inferioridade do gênero feminino no quesito educação era perceptível e comum. Isso porque, de acordo com a visão conservadora e religiosa, quem tinha o livre arbítrio de se aprimorar e se qualificar eram os homens, cabendo as mulheres o direito de cuidar da casa e ser submissa ao marido, como fora mencionado no subcapítulo anterior sobre o papel de cada gênero. Porém, esta mentalidade seria amenizada, com os ideais inovadoras, herdadas da Geração de 70, de se preocupar com o futuro da educação básica do país, o que Adolfo Coelho conseguiu inserir sutilmente nos contos.

#### 4.6 ANÁLISE DAS TEMÁTICAS NOS CONTOS: A PREOCUPAÇÃO COM A NOVA GERAÇÃO

Segundo Birmingham (2022), o lento ritmo de modernização fora visto como consequência da estagnação educacional. O que era verdade, pois antes de haver as Conferências do Casino em 1871, os levantamentos sobre os problemas institucionais de ensino básico, as ideologias literárias baseadas em concepções antigas, entre outros, não eram mudados. Adolfo Coelho foi o pioneiro no quesito ensino sociocultural nacional pela literatura popular. Em vários de seus contos há a sutis alegações sobre o papel de cada gênero e símbolos da tradição portuguesa, além de conotações sobre as ideias da Nova Geração de intelectuais.

Todos os dez contos selecionados para este trabalho apresentam passagens ou frases indiretas que retratam a ideia modernista-nacional que se buscava instaurar no século XIX. Entretanto, somente cinco tem esta mensagem clara. São eles: *A Torre de Babilônia*; *A Machadinha*; *Esvintola*; *A Bicha de Sete Cabeças*; *Sciencia, Sabedoria e Capacidade*.

A primeira história já fora mencionada no subcapítulo anterior, o qual se analisou que as representações dos personagens velho, menino, e bela menina são sobre o antigo regime, a Nova Geração e a nação portuguesa, respectivamente. A figura do “novo” (Nova Geração) que resolveria a situação de estagnação que “os velhos” (atraso econômico-social pelo Antigo Regime) infringia sobre a figura da “jovem” (a Nação Portuguesa) é algo que o compilador queria mostrar aos jovens leitores alfabetizados. A mensagem de o que se deveria seguir, de acordo com as concepções modernistas, era atribuída ao herói da narrativa. É ele que resolveria os problemas, como reunir as irmãs sob o jugo dos seus esposos reis marinhos e a situação da menina aprisionada na torre. O “resgatar” as mulheres no conto, faz a alusão de que a cultura, a tradição e os símbolos portugueses (representados pelas irmãs mais velhas do protagonista) deveria ser retirada do poder do sistema conservador, cujo qual impedia o crescimento da Nação Portuguesa (representada pela bela menina). Ao reunir estas características nacionais, a Nova Geração tinha o intuito de renovar Portugal. O que fora possível com políticas culturais, encabeçadas pelos intelectuais com Adolfo Coelho, que reutilizaram e ressignificaram os elementos ancestrais através da renovação literária e educacional.

Como se viu, Coelho percebeu que os contos eram tão antigos que se enraizavam nos primórdios da sociedade portuguesa. Para ele, os contos portugueses dispunham da mesma importância que as fábulas tinham para os gregos ou as sentenças para os romanos (Faria, 2009, p. 376). Ou seja, eram uma forma de perpetuar as tradições populares, as lições ancestrais e relembrar elementos e acontecimentos simbólicos portugueses. Como um dos membros das ideias modernas da Geração de 70, Coelho utilizou das histórias narradas para repassar as características socioculturais da nação, porém adicionando os novos conceitos sobre identidade nacional. Como aparece nos contos *Esvintola* e *A Bicha de Sete Cabeças*.

Na narrativa de *Esvintola*, a irmã mais nova é a que segue as regras de não se deixar levar pelo mal caminho, que era o personagem conde, diferentemente de suas irmãs mais velhas. Além disso, ela buscava solucionar os problemas em que seus parentes se meteram, fazendo uma alusão da nova geração, consumida pelas ideias liberais-modernistas, que incentivou o aprimorar e “salvar” a pátria de sua autossabotagem. O salvamento da nação portuguesa de um mal é representado na cena em que a irmã mais nova (a nova geração de portugueses) protege as irmãs mais velhas (a pátria e suas gamas administrativas) do seu erro, da degradação

provocada por elas mesmas ao terem uma relação íntima com o conde (o vínculo ainda latente do governo português com o sistema conservador-monárquico):

[...] o rei voltou da guerra; chegou a casa e disse-lhe a filha mais nova: - <Meu pae, quer os ramos juntos ou cada um por sua vez?> - <Quero-os cada um por sua vez, como eu os dei.> Ella mostrou o seu ramo ao pae e depois passou-o ás outras que cada uma por sua vez o mostraram ao pae, que julgou vêr os tres ramos e ficou muito contente por elles estarem verdes (Coelho, 1879, p. 99).

A Nova Geração é novamente citada, e seus feitos para favorecer a formação de uma consciência cívica através de ideias liberais, criando estratégias para superar a situação de atraso de Portugal, são retomadas. O intuito desta formação dos cidadãos era para criar uma identidade nacional, a qual se baseou no estudo da literatura nacional. Os intelectuais-pedagogos tinham como base o estudo e reutilização da cultura e suas demonstrações artísticas, cujo propósito era introduzir nas obras escritas o “ser” e o “se tornar” português. Então, a expressão de uma cultura nacional depende de seu tempo e qual a intenção do mediador que ele quer passar. Através da principal forma de manifestação sociocultural, a literatura, que os eruditos fazem uso de seus conhecimentos lexicais e folclóricos para “criar” o ideal nacional que traria a individualidade da nação portuguesa. Em outras palavras, a cultura portuguesa é elaborada, concebida, adaptada pelo seu povo, no caso pelo intelectual Adolfo Coelho, representando os seus comportamentos, modos de pensar e de sentir nos livros (Belchior, 1972, p. 13).

No trecho de *Esvintola* citado anteriormente, se percebe a aceitação de determinadas morais, ditas como arcaicas, porque eram condizentes com as crenças da política de “refundação da nação”. A personagem da irmã mais nova, por mais que evite inicialmente as investidas do conde, acaba no final se casando com ele, exemplificando o apego e ressignificação de alguns valores culturais ancestrais pela nova geração portuguesa. Ou seja, o se unir com a representação do antigo regime (o conde), seria aceito se o povo modernizado (irmã mais nova) o fizesse nos seus termos, reutilizando os princípios antigos para o seu benefício, no caso criar e firmar uma base histórica cultural nacionalista. Segundo Lourenço (1992, p. 57), é em função de um conhecimento do essencial, do específico, daquilo que não pode se abandonar, para que não haja uma automutilação próxima e futura do destino português. O objetivo dessa elaboração de o que lembrar de seu passado, escolhido pelas necessidades de um determinado grupo social, era o de tornar Portugal similar às demais nações europeias, as quais já tinham criado a sua individualidade.

O indivíduo que busca se aprimorar no estudo de sua cultura e suas formas de manifestação, sabendo separar razão da religião, além de ter repúdio a toda forma de obstrução do livre arbítrio (no caso o regime antigo com os valores monárquicos de censura e controle),

tem as características de um cidadão legítimo de Portugal no final dos anos oitocentistas. Em outras palavras, estes portugueses eram o futuro para a nação, pois “eles eram ao mesmo tempo os atores, os inventores e os consumidores deste espírito nacional” (Lourenço, 1999, p. 122). A constatação de ser contra qualquer forma de impedir a democracia, é apresentada em *A Bicha de Sete Cabeças*. Na cena final do conto, onde o protagonista salva a filha do rei de um monstro de sete cabeças e de um casamento fajuto, o monarca oferece a mão da princesa a ele, o qual recusa prontamente:

[...] disse ao que matou a bicha: <Então ahi tendes a minha filha>. <Real Senhor, eu agradeço muito; mas não quero casar>. <Pois, enfim, pedi o que quizeres que eu tudo vos dou>. <Real Senhor, eu nada preciso que tenho aqui três cães que faço quanto eu quero, entro onde quero, vou onde quero e acabo o que quero.> (Coelho, 1879, p. 116).

Ao analisar esse trecho, se percebe que a mensagem escondida na história tinha a ver com a ideia modernista de não ficar atrelado a um sistema atrasado e controlador. Belchior (1972) afirma que a concepção moderna sobre uma cultura nacional estava atrelada ao combate da Monarquia e da Igreja Católica sobre a mentalidade de uma sociedade. Isso se pode ver que ao longo da história de *A Bicha de Sete Cabeças*, o personagem principal se recusa várias vezes de se casar com a filha do rei, o que pode representar uma metáfora literária. O “casamento” seria uma união e, assim, uma submissão à monarquia e sua doutrina regularizadora, o que o herói (representação da nova geração de portugueses liberais) evita/recusa a aceitar, pois ele já tinha tudo o que precisava (sua forma de se sustentar e crescer na vida). A ideia de que o povo português consegue se autogovernar, criando formas de organização sociopolítica e trabalhando duro para se reerguer economicamente, são algumas das principais concepções nacionalistas que foram herdadas das ideias da Geração de 1870.

Por mais que havia um abandono do jugo monárquico e a separação da Igreja e do Estado, o progresso para se instaurar a identidade da cultura nacional ainda escolhia algumas lições antigas vindas deste sistema doutrinador. Nas palavras de Lourenço (1992), esta criação individualista de Portugal seria um “presente-passado ou num passado-tornado-presente” (p. 77). Ou seja, em meio a situação de se reerguer da decadência identitária, o país lusitano traria à tona alguns dos valores antigos (trabalho duro, papel de cada gênero, símbolos e comportamentos de Portugal etc.), pois aqueles que eram de interesse da nova geração, valiam a pena cultivar e preservar como uma base de “ser” e “pensar” português. Nas palavras de Belchior (1972, p. 22), o tradicionalismo e a renovação se alternam, que por mais que se tente esquecer a Era Imperial, algumas lições morais eram condizentes e aprovadas pela ideia progressista que pensava no futuro da nação ao firmar a sua base cultural.

A priorização da nova geração de portugueses era um dos centros da doutrina modernista propagada pelos intelectuais. A imagem de uma Portugal desenvolvida e sensibilizada com o seu futuro, através de sua autorrepresentação na literatura, seria, segundo Lourenço (1992), uma forma de “preocupação pelo estatuto cultural que nos é próprio” (p. 8). Adolfo Coelho, progressista fiel aos direitos da educação básica para toda a população, também optou por insinuar esta preocupação com o futuro dos cidadãos, através do seu livro de contos compilados. Em todos os dez contos escolhidos, há alguma menção sobre esta mensagem, mas nos contos *A Machadinha* e *Sciencia, Sabedoria e Capacidade* é mais perceptível.

O desprezo a profissões que eram apoiadoras do antigo regime, fora insinuado em *Sciencia, Sabedoria e Capacidade*, onde elas sofreram rebaixamento e humilhação. Na história, um advogado, um médico e um padre são expostos como pessoas de má índole, pois queriam conquistar/seduzir a mulher do personagem principal. Ao final do conto, o homem acaba rechaçando estes indivíduos, expondo para todos na feira que eram uma “farsa” de ofícios, os quais na época eram ditos como modelos para a sociedade. Em especial há a citação da Igreja (representado pelo padre) que se sentiu mais envergonhado que os outros, pois queria “cobrir sua coroa”, uma forma de esconder a simbologia daqueles atrelados ao catolicismo que abusavam de seu poder: “Os três fugiram todos envergonhados, e o padre punha a mão na coroa para não lh’a verem. Toda a gente ria a bom rir, e o marido voltou para casa muito satisfeito com a lição que tinha dado aos que pretendiam roubar-lhe a mulher” (Coelho, 1879, p. 151). Novamente há uma simbologia que os personagens retratam: a mulher pode ser Portugal; as três profissões seriam as gamas de poder do antigo regime; o herói é a geração modernista e progressista. Então, o desprezo por parte do homem por estes três personagens, é justificado pelo pensamento moderno de se abandonar o controle judiciário-legislativo, intelectual-doutrinador e religioso que o sistema monárquico ainda tinha sobre a sociedade portuguesa.

Em *A Machadinha*, a preocupação dos modernistas sobre o futuro da nação aparece de uma maneira metafórica. Em uma cena da história, todos os convidados do casamento do herói vão, um por um, tendo uma reação um tanto dramática a um objeto encontrado na adega:

Chegando á adega, viu a mulher para a olhar para uma machadinha que estava pendurada no tecto, e perguntou-lhe: <Oh mulher! que estás tu ahi a fazer?> Responde-lhe ella: <Olha homem; estava a lembrar-me que quando a nossa filha tiver pequenos, se elles para aqui vierem brincar, que lhe póde cair aquella machadinha na cabeça matal-os!> <Dizes bem mulher; ai se tal sucedia!> E ficou também a olhar para a machadinha. Vendo a noiva que o pae e a mãe não vinham foi ter com elles á adega, perguntou-lhe o que estavam fazendo ali. Então elles responderam: <Olha, filha, estavamos lembrando que em tu tendo meninos, se elles vierem brincar para aqui, que lhe póde cair aquella machadinha na cabeça e matal-os.> <É verdade, senhora mãe, que póde isso acontecer.> E lá ficou também a olhar para a machadinha. Pouco a pouco todos os convidados que estavam á mesa, foram para a adega olhar para a machadinha. (Coelho, 1879, p. 94).

Esta machadinha simboliza tanto a separação como a união (Chevalier; Gheerbrant, 2015, p.576). O significado negativo tem a ver com a preocupação com o bem-estar das crianças, se existir um obstáculo que possa acabar com a vida delas, como no caso da possível morte dos filhos pelo objeto no conto. Já o lado positivo deste símbolo, seria a precaução conjunta das gamas político e socioculturais da sociedade portuguesa de desenvolver uma base cívica para um futuro melhor, como fora representado na preocupação de todos os familiares com os filhos que viriam após o casamento e suas condições na história. O zelo para as condições de vida serem vindouras dependeria da base de conhecimentos que os jovens aprenderiam e replicariam na vida adulta, contribuindo com o amadurecimento da socialização destes e os tornando ativos nos meios políticos, econômicos e socioculturais do Estado Contemporâneo. Tudo isso seria possível pelo intelectual e sua obra, os quais possibilitaram a cada português a ter uma consciência de cidadania, saber seus direitos e suas funções e suas peculiaridades nacionais. Como é afirmado no trecho sobre a importância da iniciativa dos letrados sobre as reformas no ensino:

Conscientes de que era necessário modernizar o País e pugnar pela almejada (e sempre adiada) formação de uma nova opinião pública capaz de interiorizar os valores democráticos e combater as forças que, para os republicanos, eram o sinônimo de obscurantismo (clericalismo, monarquismo), não admira que tenham sido particularmente sensíveis aos problemas da educação cívica – procurando fomentar um nacionalismo republicano – e do ensino (Catroga; Carvalho, 1996. p. 275).

O pedagogo Coelho fizera essa iniciativa, pois foi seu livro que contribuiu para a formação básica dos cidadãos no final dos anos 1880, de acordo com a sua concepção de “ser” português, além de fomentar o pensamento de pertencer a um lugar-nação. Sua obra apresentou aos jovens leitores a ideologia nacionalista dos limites de poderio social e os possíveis gozos de privilégios político-culturais (como o direito de cada gênero na sociedade, o trabalhar duro é necessário, os elementos da tradição econômica portuguesa etc.) que os portugueses tinham. Lourenço (1992, p. 52) afirmou tal constatação na seguinte frase:

[...] nada mais é decisivo em matéria de autognose pátria que o aparecimento de obra ou obras maiores através das quais a nossa imagem recebe ou anuncia uma perturbação qualitativa de tal natureza que é afinal e apenas no seu espelho que só nos damos conta do outro que somos, da pátria diferente que devimos.

Em outras palavras a educação, proporcionada por Adolfo Coelho, propôs uma didática voltada para a vida cotidiana e para a produção social, apontando como a antiguidade dos contos pode ser benéfico para enraizar a nova ideologia de ensino e de identidade nacional. Tal doutrina identitária era uma forma de se fazer sentir pertencente a sua nação, se reconhecer

como um cidadão português que tem uma bagagem sociocultural, política e histórica única. Ao apelar para o emocional do povo, o governo da época detinha uma forma de controlar a sociedade, obrigando-a a seguir determinadas normas e morais sociais embutidas nesses símbolos nacionais. Além de Coelho inserir o que acreditava ser o essencial para os indivíduos, construindo um guia ideológico para estes “aprenderem o jeito português”. Como é afirmado por Barros (2011):

Para tal era preciso reinventar o passado mais ou menos mítico de Portugal, à semelhança do que estava a ser efectuado um pouco por toda a Europa. Para que essa disseminação fosse bem-sucedida, era necessário criar símbolos facilmente identificáveis e estruturas de apoio à nova ideologia (Barros, 2011, p. 64).

Os contos populares retomam assuntos de outros tempos, recuperando o mundo antigo, mas tornando possível o reinterpretar tais valores passados, dentro da visão política do século XIX. O “reavivar a memória tradicionalmente longínqua” (Faria, 2009, p. 401), a qual fora buscada na sociedade em que o compilador se insere, através de sua perpetuação em livros, faz com que seja possível assimilar, transformar e reinventar o aprendizado sobre o mundo/ a realidade do “ser” português. Portanto, os contos são um exemplo, endossam a uma declaração doutrinadora (Santos; Gabriel, 2015 p. 63), o que torna o emissor/compilador livre para reinterpretar e introduzir fatos morais com a ajuda de diferentes recursos lexicais, como repetições ou rimas, para fixar o discurso nacional na memória popular.

## 5 CONCLUSÃO

Neste presente estudo sobre os contos populares, se abordou assuntos relacionados com a base de transmissão destas histórias a partir do viés oral, feito pelos mais velhos para os jovens, como se fosse uma forma de conhecer o seu passado cultural. Em teoria, como a sociedade portuguesa era dependente da tradição oral para se comunicar, pois era atrasado no quesito alfabetização, nada mais justo do que utilizar das narrativas fantasiosas, faladas pelo povo, como a primeira forma de ensinar os alunos nas escolas primárias a ler. Assim, as histórias seriam recolhidas e escritas em papel, sofrendo algum tipo de censura ou mudanças linguísticas para se adequar na ideia de pertencer e ser aceito pelo público infanto-juvenil burguês. Normalmente nestes contos, a temática era relacionada a acontecimentos e experiências vividas pelo meio popular, onde se transmitiam as lições que os oradores retiravam da sua reflexão do cotidiano de uma maneira mais metafórica e fabulosa.

Por conta das mudanças que a Europa estava sofrendo, desde a Era Moderna, com o surgimento de novas tecnologias industriais, novos conhecimentos socioculturais e novas concepções de valorização do passado, Portugal acabou por ser influenciada por estas novidades vindas pelos meios de transporte e comunicação. Nesse período, chamado de Regeneração ou Fontismo, houve incentivos desenvolvimentistas, em várias gamas do país ibérico: construção de caminhos de ferro, telégrafos, telefones, ampliação e melhoria nas empresas de serviços postais e de livros, importação de novas tecnologias fabris, entre outros. Para se pôr a funcionar este grande maquinário, era preciso mão de obra, o que contribuiu para as massas campesinas procurassem oportunidade de trabalho nas cidades cada vez maiores, como Lisboa, Coimbra ou Porto. Tais oportunidades e poucas variações de serviços que o meio rural oferecia, fizeram com que estes indivíduos buscassem e se estabelecessem em um ambiente mais propício a encontrar novos salários e oportunidades, mesmo sujeitos a grande desgaste físico e maior jornada de trabalho.

Na década de 1860, o grande fluxo migratório, causado pela abertura de serviços com mão de obra barata, aumentou a densidade demográfica da população portuguesa nas cidades. Estes campesinos faziam trabalhos como tipógrafos, maquinistas, obreiros, mecânicos fabris, limpadores de chaminés, lavadores, comerciantes itinerantes, tratadores de animais etc. Então, com a grande disponibilidade de operários, muitas indústrias acabaram crescendo e ampliando a produção. Como fora o caso das tipografias que foram aprimoradas e utilizadas, mais tarde, pelos letrados, contribuindo para a disseminação dos conhecimentos científicos e literários através de folhetos e livros populares.

Como se viu no capítulo 1, não se tinha uma estatística confiável até os anos 1890 sobre a quantidade de habitantes nas cidades em Portugal. Muito por conta da falta de pessoal instruído para fazer as comissões de estatísticas, com estrutura e organização fiscalizadora, ou profissionais distritais preparados para fazer o recolhimento de dados demográficos. Assim, há uma suposição do número total da demografia portuguesa, o que limita a precisão dos dados em revisões de futuras pesquisas. Esta situação fora percebida pelos modernistas-capitalistas e intelectuais influentes na época. A partir do início dos anos 1870, houve mudanças na vida política e social da sociedade portuguesa, o que corroborou para uma revolução na mentalidade nacional. Além disso, os indivíduos vindos do campo para trabalhar nas cidades eram uma fonte para se perceber os problemas econômicos, sociais e administrativos que o país estava sofrendo.

Em 1871, houve apresentações de ideias progressistas, teorias práticas e críticas construtivas sobre a melhora do país, principalmente no quesito educação e cultura. As chamadas Conferências Democráticas do Casino Lisbonense, deram início a futuras ações socioculturais envolvendo a literatura nacional e a tradição portuguesa. Mesmo depois da dissolução de tais reuniões, pelo governo conservador, os conceitos principais permaneceram e se perpetuaram com os remanescentes do movimento. Princípios estes que tornariam visível, para toda a população portuguesa, sobre a eminente entrada do liberalismo nas estruturas administrativas do poder, mas que estava sendo oprimida ou apagada da história da nação pelo governo antiquado.

As revoluções vindas do pensamento liberal, trazido de toda a Europa pelos novos meios de comunicação, e a situação de abuso econômico-social que a classe trabalhadora passava desde o início da industrialização portuguesa, culminaram na abertura para uma mudança crítica e inovadora na mentalidade cultural. Obtendo explicações e testemunhas dos operários, os intelectuais criam o motivo, fundado em teoria social, para se revoltarem contra os abusos dos patrões e buscar direitos trabalhistas, além de melhores condições educativas para as novas gerações. A chamada Geração de 70, contestou os valores literários dominantes, atacando diretamente o regime monárquico-constitucional e os seus padrões morais conservadores dos dirigentes letrados. Entretanto, mesmo que se explicasse os novos conceitos e conhecimentos modernos, o que poderia ajudar a entender a estrutura social-política e doutrinária e achar uma solução viável para os problemas internos, a situação de Portugal, com relação a educação, não era das melhores no final do século XIX.

Durante o segundo capítulo, se apresentou dados que confirmavam a nação portuguesa como uma das mais atrasadas na alfabetização de todas as potências europeias. A justificativa para tal ocorrido se deu que o país não se prontificou a investir nesse setor com tanto afínco

como o fora no setor econômico-industrial, o que causou um atraso no desenvolvimento tecnológico e científico. Juntamente com a estrutura administrativa que a monarquia-constitucional e a Igreja ainda controlavam no final do século XIX, com um sistema igual ao antigo regime. Então, era evidente que estas duas instituições no poder deixavam de resolver as crises morais e sociais decorrentes do regime capitalista em que a Europa e Portugal estavam passando, pois rejeitavam a ideia de liberdade econômica-comercial e um estudo acadêmico mais voltado para a razão, o realismo e o cientificismo. Em matéria de ensino, a Geração de 70 se concentrou mais, pois vendo o quanto seu país estava sendo deixado para trás, eles tomaram partida para encontrar meios de contestar a possibilidade de uma reforma na educação. Entre os membros deste grupo de intelectuais, quem se destacou neste quesito fora Francisco Adolfo Coelho que propôs cinco pontos para começar a reforma. São eles: a necessidade da qualidade básica e fim avaliativo do ensino; as formas do ensino (arte sentimental, a religião não doutrinadora e a ciência lógico-filosófica); as matérias do ensino (as teorias filosóficas e literárias; história; física; química; entre outros); a organização do ensino (desvincular o Estado da religião; através de didática, retórica, estudo da subjetividade e a metrificação que a língua pode proporcionar na literatura); a natureza da reforma do ensino (bases de uma educação moral com a essência do científico).

Os próprios membros da Geração de 70, ou Nova Geração, é quem deveriam ter que preparar o país para a instrução científico-moral e abrirem um plano de aprendizagem da retórica-filosófica e da dialética baseada na literatura. Para isso, alguns destes letrados valorizaram as tradições, conhecimentos e lições ancestrais que o meio popular era rico. Assim, tinham a vontade de construir uma reforma que valorizasse as práticas e teorias científicas no meio social, criando uma modernização da educação portuguesa única e própria de seu povo. Ou seja, a reforma no ensino ocorreria a partir de seus cidadãos, pois o Estado ainda estava atrelado ao antigo sistema monárquico-constitucional. E, como se mencionou anteriormente, quem se destacou nessa prontidão para mudar a estrutura das escolas fora o pedagogo e filantropo Adolfo Coelho. Ele valorizava a retórica e a dialética no ensino em Portugal. O que abriria caminho para alcançar a ideia de ciência filosófica. Ou seja, as discussões e debate sobre um assunto acabam possibilitando uma busca por elucidar dúvidas ou de enriquecer um entendimento, através de conversas e ponderações entre indivíduos. E a base para se implantar este esquema modernista no ensino era através da utilização da tradição cultural vinda do meio popular.

A Portugal do século XIX era rica em crenças, simbologias, folclore e lições culturais passadas. E suas formas de transmissão eram através da fala, com explicações dos anciãos aos

mais jovens do passado. Isso demonstra como a sociedade portuguesa tem uma base forjada na cultura oral, onde o que se queria ensinar sobre os tempos ancestrais era através da transmissão de contos, historinhas, dizeres ou advertências morais. Portanto, as tradições do meio popular tendem a serem um tipo de resistência contra o tempo, pois elas preservam características e costumes ancestrais, conservando a identidade local. Já o meio urbano, acaba por evoluir e aderir novos conceitos e símbolos sociais estrangeiros, o que desconsidera os costumes nacionais e sua repetição anual, tornando breve a sua permanência na memória coletiva. Para se considerar o país lusitano uma nação culta, dona de sua própria identidade, reconhecida como uma Nação-potência, era preciso tornar eterno os conhecimentos e concepções ancestrais vindas da memória oral de seu povo. O que Adolfo Coelho aderiu em suas investidas de implantação de uma literatura mais popular, carregada de significados e costumes condizentes com a ideia nacionalista que estava em voga no final do século XIX e início do XX. E nada mais assertivo de impor tal ideia na mente coletiva do que através de sua instrução/educação sobre: as normas socioculturais, os conhecimentos político-administrativos, a história de sua nação e os pensamentos filosóficos-científicos. Como Coelho veio de uma classe que emergiu do meio popular (a burguesia), detinha conhecimento sobre a ancestralidade da cultura portuguesa, além de ser privilegiado com o maior contato com fontes orais conhecidas. Consequentemente, os contos populares foram facilmente recolhidos e preservados em papel, permitindo abranger um público maior, pois qualquer um que tivesse o conhecimento da língua portuguesa poderia conhecer estas histórias, vindas de uma determinada região ou grupo social. Além disso, os contos não seriam mais exclusivamente confinados nas comunidades campesinas, mas também pela parte dos cidadãos (a burguesia especificamente). Eles que apoiaram a formação básica dos cidadãos portugueses para se ter um possível aumento na taxa de alfabetização durante o final dos anos oitocentistas, o que justificava o uso e ressignificação das histórias faladas pelo compilador Adolfo Coelho.

No terceiro capítulo, se observou como era favorável utilizar a literatura como uma ferramenta para se instalar e propagar a ideia de Nação Portuguesa. Para isso, os contos recolhidos para serem coligidos nos livros, deveriam ter algum valor ancestral ou conhecimento essencial que sejam condizentes com o interesse nacionalista. E foi isso o que Coelho fez em seu compilado intitulado *Contos Populares Portugueses*, de 1879, onde trazia os conteúdos essenciais do passado ancestral e da moral secular do povo para serem repassadas. Além de facilitar a prática da leitura com os alunos nos primeiros anos de alfabetização fazendo uso dessa literatura popular simplificada, a qual o próprio compilador incentivou a ser obrigatório em escolas que lecionou e no museu em que ajudou a fundar.

Coelho trouxe elementos, símbolos, metáforas e figurativos de Portugal, especificamente histórias recolhidas das regiões Norte e Centro. Ele comprovou, assim, que os contos vindos do meio popular, pois muitos dos oradores eram pouco ou não alfabetizados, mas que os conheciam meio dos mais velhos que contaram para estes quando crianças. Depois de uma análise minuciosa, a disposição do livro demonstra ter uma separação de acordo com as necessidades dos modernistas educadores. Pois a primeira metade era de uma linguagem fácil, com frases curtas e repetitivas, e o plano de fundo era relacionado a animais do campo. A segunda metade era mais completa, com contos longos, sem repetição exacerbada, rica em detalhes e informações metafóricas, se referindo a pessoas e suas profissões. O que demonstra que tal compilado podia ser utilizado tanto no início da instrução dos cidadão (aprender a ler e compreender o funcionamento de certos eventos do cotidiano), como para estudos mais aprofundados sobre as técnicas lexicais (as metáforas de animais, de seres sobrenaturais que aparecem, as simbologias das cores e ações dos personagens etc.).

Neste estudo analítico, se percebeu aspectos nos contos escolhidos, os quais tinham temáticas voltadas para instruir os jovens leitores sobre a vida em uma sociedade. Havia uma espécie de didática para a separação dos gêneros, mostrando através do acompanhamento na trajetória dos heróis sobre o papel social que um homem e uma mulher deveriam ter. As características, os comportamentos, as funções profissionais e seu lugar no meio social faziam essa afirmação de o que é ser feminino e masculino. Os pescadores, lavradores, princesas, produtores de vinhos, entre outros, eram as figuras de linguagem para passar a lição moral aos leitores. Ou seja, como uma forma de guiar o pensamento e o modo de ver o mundo, podendo representar um espelho para o “ser” um cidadão português. Isso é bem característico da literatura nacionalista, voltada para prender as novas gerações a leitura, ao fazer os indivíduos se sentirem próximos dos personagens fictícios pois teriam a mesma profissão, relações e problemas na vida.

Outro aspecto deduzido fora os símbolos e representações de Portugal apresentadas nas histórias. A menção de animais, lugares, seres, objetos e sentimentos que faziam alusão ao país, aos emblemas e significados nacionais. Se observa que ao ler as histórias, o público acaba compreendendo vários exemplos da mensagem sobre o país ter, sim, princípios próprios e uma individualidade. Se conseguiu encontrar algumas mensagens exemplares escondidas: o entender que o vinho é o grande produto comercial, o trabalho duro é que traz recompensas boas, o afeto com sua terra natal, o saber de um sistema administrativo regido por três poderes que estavam em constante apreensão pelos problemas econômicos, entre outros. Isso fora uma forma mais didática e intrigante para a mente infanto-juvenil, que as lia nas escolas, de perceber

algo de sua cultura. Mas também era uma forma dos mais entendidos de investigar a utilização destas metáforas, destas táticas da linguagem para retratar a sua nação em um determinado momento da história.

Coelho, então, teve um objetivo de reutilizar os contos, colocando os elementos culturais e cotidianos que retratam a identidade própria de Portugal. Não somente isso, mas insere os valores modernistas nas entrelinhas das histórias, como uma forma de introduzir a mente dos leitores a questionar a situação em que viviam no final dos anos oitocentistas. Como por exemplo, o prestigiar do conhecimento realista e científico, deixando um pouco de lado as concepções religiosas da realidade, ou o se preocupar em trazer uma melhora nas condições de vida e de educação para as novas gerações. Ao se observar isso, era óbvio que suas escolhas literárias têm influências da sociedade nacionalista e de ideias modernistas do seu meio social, levando em conta o período de novos pensamentos científicos e conceituais que faziam presença em toda a Europa.

Neste estudo, se conseguiu encontrar duas conclusões. Em primeiro lugar, Adolfo Coelho proporcionou a abertura para uma educação didática, voltada para a vida cotidiana da população e, também, para a produção acadêmica sobre análises dos contos populares. Ele apresentou como a antiguidade dos contos pode ser benéfico para enraizar a nova ideologia de ensino e de identidade nacional. Os contos populares retomam assuntos de outros tempos, recuperando o mundo antigo, mas tornando possível o reinterpretar tais valores passados dentro da visão política dominante do final do século XIX. Em sua obra, assimilou, transformou e reinventou o aprendizado sobre a realidade do português, através de sua habilidade pedagógica na escrita. Em outras palavras, o compilador conseguiu mesclar o quesito interesse nacionalista com algo já conhecido (as histórias tradicionais faladas em comunidades) e a doutrinação das pessoas através de seleção de palavras, significados e representações figurativas da realidade portuguesa. Essas e outras características diferenciadas de Coelho, o tipo de discurso literário e a retratação simbólica da cultura portuguesa nacional, eram o que o tornava uma figura importante na revolução socioeducativa e transformava sua obra num veículo de instrução pedagógica nacional.

Em segundo lugar, o prestígio da tradição popular no livro analisado fez perceber como Portugal é rico em expressão cultural. Prova que, em quesito histórico, o país tinha uma panorama bem conturbado e complexo, pois havia mudanças acontecendo. Mudanças estas que foram causadas pelo atraso do antigo regime sobre o novo ideário liberal-modernista, o que culminou na ação de uma parte da população (intelectuais e burgueses) de mediar os princípios das duas ideias, os mesclando, para serem mais bem aceitas por ambos os lados. Então, era

através da base social, da educação básica, que os letrados se utilizariam da literatura popular para conciliar os valores e exigências das duas ideologias. A ação de “criar” a nacionalidade oficial da nação portuguesa estaria perpetuada na escrita. Logo, os contos, antigos e adorados por toda a população, tiveram a função de ensinar, instruir, guiar, preservar e perpetuar os conhecimentos da tradição cultural na memória coletiva, além de possibilitar outros países de prestigiar essa possível fonte histórica de Portugal do século XIX.

## REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Ana. As mulheres operárias na Lisboa do final do século XIX: caracterização e locais do trabalho fabril feminino. In **Pobreza e fome, uma história contemporânea: Temas, metodologias e estudos de caso**. (Coords.) Ana Isabel Queiroz *et al.* Lisboa. Ed. Imprensa de História Contemporânea. 2022. p. 203-220 Disponível em: <https://doi.org/10.34619/15ka-sssd>. Acesso em: 30 mai 2024.
- ANACLETO, Regina. Arte. In **História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)**. (dir.) MATTOSO, José. Vol. 5. Lisboa. Editorial Estampa Lda. 1998. p. 565-573
- ARQUIVO MUNICIPAL DE LISBOA. Faculdade de Curso de Letras em meados de 1950 [Cidade Universitária, ajardimento de terrenos]. 1961. Disponível em: <https://arquivomunicipal3.cm-lisboa.pt/X-arqWEB/>. Acesso em 19 agosto 2024.
- ASSEMBLÉIA DA REPÚBLICA. **As Conferências do Casino (1871)**. Lisboa. [20--]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/Conferencias-do-Casino-1871.aspx>. Acesso em: 5 ago. 2024.
- AZEVEDO, Carlos Moreira *et al.* **História religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. v. 3. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/13492>. Acesso em 19 ago. 2024.
- BAPTISTA, Virgínia; ALVES, Paulo Marques. **As mulheres de Xabregas: Trabalho, quotidiano e ativismo (do fim do século XIX aos anos 40 do século XX)**. In Atas do IV Congresso História do Trabalho, do Movimento Operário e dos Conflitos Sociais em Portugal e III Conferência do Observatório para as Condições de Trabalho e Vida. Lisboa. 2019. p. 501 – 516. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/23464>. Acesso em 30 mai 2024
- BARROS, Miguel Sérgio da Costa Ferreira de Monteiro de. **O Ultimato de 1890 e o nacionalismo português de fim de século**. Trabalho em Pós-graduação em História, Defesa e Relações Internacionais. ISCTE IUL - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa. 2011. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4298/1/master\\_miguel\\_ferreira\\_barros.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4298/1/master_miguel_ferreira_barros.pdf). Acesso em 3 fev 2023.
- BELCHIOR, Maria de Lourdes. A literatura e a cultura portuguesa na viragem do séc. XIX para o séc. XX. **Texto de Conferência** no Museu de Arte Antiga. Revista Faculdade de Letras – Filologia. Universidade do Porto. Porto. 1972. p. 11-30. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1256.pdf>. Acesso em 27 Jan 2025.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 40 ed. Rio de Janeiro/São Paulo. Editora Paz e Terra. 2020.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Curso Superior de Letras (1858-1911)**. Lisboa. 2019. Disponível em: <https://tecop.bnportugal.gov.pt/np4/CSL.html>. Acesso em: 25 ago. 2024.
- BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **Extracto das cartas parietaes de Portugal aprovadas pelo Ministério do Reino, para uso das escolas**. Lisboa. 1870. Disponível em: <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/records/item/15162-extracto-das-cartas-parietaes-de>

portugal-aprovadas-pelo-ministerio-do-reino-para-uso-das-escolas-d?offset=2. Acesso em 17 jan 2025.

BIRMINGHAM, David. **História Concisa de Portugal**. Edipro. São Paulo. 1ª ed. 2022.

BLOG RESTOS DE COLECÇÃO. Mercado da Ribeira. Fotografia. Lisboa. 2014. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/search/label/Mercados?updated-max=2015-01-21T08:19:00Z&max-results=20&start=3&by-date=false>. Acesso em 25 jan 2025

BLOG RESTOS DE COLECÇÃO. **Antigas Profissões de Lisboa (3)**. Lisboa. 2010. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/search/label/Profiss%C3%B5es%20de%20Lisboa>. Acesso em 10 jan 2025.

BLOG RESTOS DE COLECÇÃO. **Antigas Profissões de Lisboa (6)**. Lisboa. 2012. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/search/label/Profiss%C3%B5es%20de%20Lisboa> . Acesso em 10 jan 2025

BLOG RESTOS DE COLECÇÃO. **Ciclo da cortiça por Artur Pastor**. Lisboa. 2012. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/search?q=corti%C3%A7a>. Acesso em 10 jan 2025

BLOG RESTOS DE COLECÇÃO. **Editora David Corazzi**. Lisboa. 2024. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2024/03/editora-david-corazzi.html>. Acesso em 2 jan 2025.

BLOG RESTOS DE COLECÇÃO. **Vinhos Adriano Ramos Pinto**. Lisboa 2010. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2010/07/vinho-do-porto-e-os-vinhos-ramos-pinto.html>. Acesso em 20 fev 2025.

BLOG RESTOS DE COLECÇÃO. **Tipografia “Casa Portuguesa”**. Lisboa. 2011. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2011/09/tipografia-casa-portuguesa.html>. Acesso em 20 fev 2025.

BLOG RESTOS DE COLECÇÃO. **Café-Concerto e Casino Lisbonense**. Lisboa 2010. Disponível em: <https://restosdecoleccion.blogspot.com/2024/02/cafe-concerto-e-casino-lisbonense.html>. Acesso em 12 ago 2024

BLOG LISBOA DE ANTIGAMENTE. **Antigas Profissões de Lisboa (2)**. Lisboa. 2010. Disponível em: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/search?q=transporte+de+burro>. Acesso em 25 jan 2025

BRANDÃO, Jacyntho Lins. Oralidade, escrita e literatura: Heverlock e os gregos. **Revista de teoria literária e literatura comparada**, São Paulo, v. 1, n. 36, p. 222-231, 1997.

BRANCO, Alberto Manuel Vara. O Nacionalismo nos séculos XVIII, XIX e XX: o princípio construtivo da modernidade numa perspectiva histórico-filosófica e ideológica. Um caso paradigmático: A Alemanha. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Viseu Comunidades & Coleções. **Revista Millenium**, local de publicação, v. 1, n. 36, p. 1-28, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.19/343>. Acesso em: 31 ago. 2024.

CAMERON, Rondo. **História econômica do mundo**: de uma forma concisa, de há 30000 anos até o presente. Publicações Europa-América Lda. Portugal. 3ª ed. 2000 p.188-355.

Disponível em:

[https://www.academia.edu/31819248/Hist%C3%B3ria\\_Econ%C3%B4mica\\_do\\_Mundo\\_Rondo\\_Cameron](https://www.academia.edu/31819248/Hist%C3%B3ria_Econ%C3%B4mica_do_Mundo_Rondo_Cameron). Acesso em 18 abr 2024

CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LÍNGUA, I. P. **Adolfo Coelho**.

Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. 2016. Disponível em:

[https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/adolfo-coelho#:~:text=Na%20%C3%A1rea%20da%20literatura%20popular,e%20Rimas%20Infantis%20C%201883\)..](https://www.instituto-camoes.pt/activity/centro-virtual/bases-tematicas/figuras-da-cultura-portuguesa/adolfo-coelho#:~:text=Na%20%C3%A1rea%20da%20literatura%20popular,e%20Rimas%20Infantis%20C%201883)..) Acesso em: 12 Dez 2024.

CANDEIAS, Antônio. **Alfabetização e escola em Portugal na transição de século**: dados e perspectivas. Oficina do CES. Centro de Estudos Sociais. Coimbra. n. 105. 1998. Disponível em:

<<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/89372/1/Alfabetizacao%20e%20Escola%20em%20Portugal%20na%20Transicao%20de%20Seculo.pdf>>. Acesso em 17 nov 2024.

CANDEIAS, Antônio. As raízes de hoje: o atraso educativo português no contexto ocidental. *In*. BITTENCOURT, Ana Maria (dir.) **Impacto das Avaliações Internacionais nos Sistemas Educativos. Estudos e relatórios**. Conselho Nacional de Educação. Lisboa. ed. 1. 2010. p. 27-51. ISBN: 978-972-8360-62-7. Disponível em:

[https://www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/Impacto/CNE\\_Impacto4.pdf](https://www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/Impacto/CNE_Impacto4.pdf). Acesso em 18 nov. 2024

CASCÃO, Rui. Vida Quotidiana e Sociabilidade. *In*. **História de Portugal**. (Dir)

MATTOSO, José. Vol. 4. Editora Estampa. Lisboa. p. 439-459. 1998

CASCÃO, R. **Demografia e sociedade**. *In*. História de Portugal: o liberalismo (1807-1890). (dir.) MATTOSO, José. Vol. 5. Lisboa. Editorial Estampa Lda. 1998. p. 365-377.

CASTRO, Ivo. Francisco Adolfo Coelho (e Guilherme de Vasconcelos Abreu). Comunicação apresentada no Colóquio Comemorativo dos 150 anos do Curso Superior de Letras. Lisboa. 2008. Disponível em: <[https://clul.ulisboa.pt/files/ivo\\_castro/2008\\_Adolfo\\_Coelho.pdf](https://clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2008_Adolfo_Coelho.pdf)>.

Acesso em 11 dez. 2024.

CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo Archer de. **Sociedade e cultura portuguesas II**. Editora Universidade Aberta. Lisboa. 1994

CATROGA, Fernando. Cientismo, política e anticlericalismo. *In*: MATTOSO, José. (dir.) História de Portugal. Lisboa: Editora Estampa, 1998. v. 4. p. 495-504.

CATROGA, Fernando. Os caminhos polémicos da <<Geração Nova>>. *In*. **História de Portugal**. (Dir) MATTOSO, José. Vol. 4. Editora Estampa. Lisboa. p. 483-494. 1998.

CATROGA, Fernando; CARVALHO, Paulo Archer de. **Sociedade e cultura portuguesas II**. Editora Universidade Aberta. Lisboa. 1996

CHAGAS, Pinheiro. **As colônias portuguesas no século XIX (1811 a 1890)**. Lisboa. Ed. Livraria de A. M. Pereira. 1890. Disponível em:  
[https://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5QafNIycvpSMMukqlDHeQnAfkOZ4ADgg\\_JhWHXDNmY542KE5rKdE7mPxRPEez52kqjFIHcu4BTt\\_p0uFFznuK7ECmk-E42QsLzko3eYZH5exlhiFx\\_fJ9Vqx1Ahza2U7ITr0t627ziDD25XwlNGa09v37ZPUFOmG0-bLObx30bWWmXO3AmxqleDac7DB\\_dNs8Rp8G02UOI170pZU6ak2toXi1sHMfO1czVuWxiYBwcCENIOGp3nBCUnh2LAFgQrcVIJ6n\\_iLCHsLV9DQrgg3mCLHZHXwm4WwQHpcslsitVp-vBgdb6PEg](https://books.googleusercontent.com/books/content?req=AKW5QafNIycvpSMMukqlDHeQnAfkOZ4ADgg_JhWHXDNmY542KE5rKdE7mPxRPEez52kqjFIHcu4BTt_p0uFFznuK7ECmk-E42QsLzko3eYZH5exlhiFx_fJ9Vqx1Ahza2U7ITr0t627ziDD25XwlNGa09v37ZPUFOmG0-bLObx30bWWmXO3AmxqleDac7DB_dNs8Rp8G02UOI170pZU6ak2toXi1sHMfO1czVuWxiYBwcCENIOGp3nBCUnh2LAFgQrcVIJ6n_iLCHsLV9DQrgg3mCLHZHXwm4WwQHpcslsitVp-vBgdb6PEg). Acesso em 27 jun. 2024

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**. (Coord.) Carlos Sussekind. Editora José Olympio. Rio de Janeiro. ISBN 978-85-03-00257-8. 27ª ed. 2015. Disponível em:  
[https://www.academia.edu/94000413/DICION%C3%81RIO\\_DE\\_S%C3%8DDBOLOS](https://www.academia.edu/94000413/DICION%C3%81RIO_DE_S%C3%8DDBOLOS). Acesso em 16 Jan 2025.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil**: teoria, análise e didática. 1 ed. Editora Moderna. São Paulo. 2000

COELHO, Nelly Novaes. **O conto de fadas**: símbolos, mitos e arquétipos. 4 ed. Editora Paulinas. São Paulo. 2012

COELHO, Adolfo. **A questão do ensino**. Porto. s.n., 1872. Disponível em:  
[https://purl.pt/24587/4/490914\\_PDF/490914\\_PDF\\_24-C-R0150/490914\\_0000\\_1-76\\_t24-C-R0150.pdf](https://purl.pt/24587/4/490914_PDF/490914_PDF_24-C-R0150/490914_0000_1-76_t24-C-R0150.pdf). Acesso em 17 ago. 24

COELHO, Adolfo. **Contos populares portugueses**. Editora P. Plantier. Lisboa. 1ª ed. 1879. Disponível em:  
[https://www.google.com.br/books/edition/Contos\\_populares\\_portuguezes/breB1H-VFcQC?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PP8&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Contos_populares_portuguezes/breB1H-VFcQC?hl=pt-BR&gbpv=1&pg=PP8&printsec=frontcover). Acesso em 12 jan. 2023

CONVENTO SANTO ANTÔNIO. Biografia de Santo Antônio. Rio de Janeiro. 2024. Disponível em:  
<https://franciscanos.org.br/conventosantoantonio/biografia/#:~:text=Chamado%20de%20Santo%20Ant%C3%B4nio%20de,vida%20e%20nela%20est%C3%A1%20sepultado>. Acesso em 26 ago. 2024.

CULLER, Jonathan. A literariedade. *In*. **Teoria literária** – problemas e perspectivas. ANGENOT, Marc (*et al*). Publicações Dom Quixote. Lisboa. p.43-58. 1995

CUNHA, Carlos M. F. da. História literária e a “invenção da tradição”. *In*. **Limite: Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía**, n. 2. p. 97-114. ISSN 1888-4067. 2008. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2976425>. Acesso em 12 set 2024

DIAS, Paula Barata. O peixe para os judeus e para os cristãos: leituras de um símbolo à luz da cultura greco-romana. *In* Humanitas. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Instituto de Estudos Clássicos. **Artigo científico**. Vol. LXII. P. 147-163. 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316.2/8524>. Acesso em 19 Jan. 2025

FARIA, Rui Miguel Ventura do Couto Tavares de. O conto popular português. **Dissertação de Doutoramento** em Conhecimento em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras. Universidade do Porto. 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/14315>. Acesso em 28 nov 2024

FERREIRA, Rui Fontes. Espaço e tempo: a cortiça na arquitetura tradicional portuguesa. *In* **Genius Loci: lugares e significados/ places and meanings**. (Coord.) ROSAS, Lúcia *et al.* Edição CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.. vol 2. pag. 485-494. Porto. 2017. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17058.pdf>. Acesso em 26 Jan 2025.

FOLCLORE.PT. Portal Folclore de Portugal. Ernesto Luís Alves da Veiga de Oliveira. 2024. Portugal. Disponível em: <https://folclore.pt/ernesto-veiga-de-oliveira/#gsc.tab=0>. Acesso em 28 nov 2024.

GIL, Júlio. ... e agora, Portugal. **Panfleto Turístico**. Impressos Especiais LDA. Patrocínio Secretaria de Estado da Informação e Turismo. Lisboa. 1969.

GUIMARÃES, Joice Eloi; TODESCATTO, Cleusa; APOEMA, Keu. **Práticas de oralidade: propostas para as salas de aula de Timor-Leste**. Parceria entre Programa de Qualificação Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste (PQLP/ CAPES) e Departamento de Formação de Professores do Ensino Básico da Faculdade de Educação, Artes e Humanidades da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (FEAH/UNTL). Edição: Casa Apoema. 2016. ISBN: 978-85-69957-06-5. Disponível em: <https://pqlp.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/04/Pra%CC%81ticas-Oralidade-Whole.pdf>. Acesso em 17 nov 2024.

HENRIQUES, Paulo. **Uma Cerâmica Nacional**. Museu Bordalo Pinheiro. Lisboa. [202-?]. Disponível em: <https://museubordalopinheiro.pt/uma-ceramica-nacional/>. Acesso em 22 jan 2025.

HEMEROTECA DIGITAL DE LISBOA. **O Ocidente**: revista ilustrada de Portugal e do estrangeiro. 2012. Disponível em: [https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente\\_1891.htm](https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/Ocidente_1891.htm). Acesso em 14 ago 2024

HERITAGE IMAGES. **Street Scene in Lisbon**. MENEZES, Viscount de. 1876. Disponível em: <https://www.heritage-images.com/preview/2982045?page-source=search&pagono=1>. Acesso em 19 ago 2024

INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO. Região Demarcada do Douro. Porto. 2025. Disponível em: <https://www.ivdp.pt/pt/vinha/regiao/regiao-caracteristicas/>. Acesso em 26 Jan 2025.

JUNQUEIRO, Guerra. **Pátria**. Livraria Chardron, de Lélo & Irmão Lda. 4ª edição. Porto. p. 187-224. [19--]

KUSHNER, Eva. Articulação histórica da literatura. *In*. **Teoria literária** – problemas e perspectivas. ANGENOT, Marc (*et al*). Publicações Dom Quixote. Lisboa. p.139-158. 1995

LISBOA DE ANTIGAMENTE. Estação do Cais do Sodré. AURÉLIO, J. E. Fraga. 2019. Disponível em: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/search?q=cais+do+sodr%C3%A9>. Acesso em 26 nov 2024.

LISBOA DE ANTIGAMENTE. Festas dos santos populares: os tronos de Santo António. AURÉLIO, J. E. Fraga. 2016. Disponível em: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2016/06/festas-dos-santos-popularese-os-tronos.html>. Acesso em 26 nov 2024

LOPES, Maria Antónia. Os pobres e a assistência pública. *In. História de Portugal.* (Dir) MATTOSO, José. Vol. 4. Editora Estampa. Lisboa. p.427-437. 1998

LOURENÇO, Eduardo; **Mitologia da saudade**: seguido de Portugal como destino. Companhia das Letras. São Paulo. 1999

LOURENÇO, Eduardo; **O labirinto da saudade**. Publicações Dom Quixote Lda. 5ª edição. 1992.

MACHADO, Maria Luiza Bonorino. A sombra da mulher em Borges. *In. Revista Língua & Literatura.* Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões. Departamento de Linguística, Letras e Artes. Frederico Westphalen. Vol.4 e 5. n.8 e 9. p.27-41. 2004

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso literário**. SOBRAL, Adail (Trad.). Editora Contexto. São Paulo. 2006

MARCOS, João. Hoje como há 150 anos, por umas novas Conferências do Casino. **Mensagem de Lisboa**. Lisboa. 20 mar. 2021. Disponível em: <https://amensagem.pt/2021/03/20/conferencias-casino-novas-150-anos/> . Acesso em 26 nov 2024

MARY EVANS PICTURE LIBRARY. **Portuguese street market near Lisbon**. 1895. Disponível em: <https://www.maryevans.com/search.php?prv=preview&job=5906704&itm=3&pic=13795400&row=1>. Acesso em 28 nov 2024.

MARQUES, Helder. Região demarcada por vinhos verdes. *In* Revista da Faculdade de Letras-Geografia. **Artigo científico**. série I. vol. 3 (1987), p. 135-242. 2014. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/9075>. Acesso em 26 Jan 2025

MELETINSKY, Eleazar. Sociedades, culturas e facto literário. *In. Teoria literária – problemas e perspectivas*. ANGENOT, Marc (*et al*). Publicações Dom Quixote. Lisboa. p.21-41. 1995

MENDES, José Amado. **Etapas e limites da industrialização**. *In. História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. (dir.) MATTOSO, José. Vol. 5. Lisboa. Editorial Estampa Lda. 1998. p.307-317

MENDES, José Amado. **Evolução da economia portuguesa**. *In. História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. (dir.) MATTOSO, José. Vol. 5. Lisboa. Editorial Estampa Lda. 1998. p.269-277.

MENDES, José Amado. **Comércio, transportes e comunicações**. *In. História de Portugal: o liberalismo (1807-1890)*. (dir.) MATTOSO, José. Vol. 5. Lisboa. Editorial Estampa Lda. 1998. p. 319-327

MENDES, José Amado. **As camadas populares urbanas e a emergência do proletariado industrial.** *In.* História de Portugal: o liberalismo (1807-1890). (dir.) MATTOSO, José. Vol. 5. Lisboa. Editorial Estampa Lda. 1998. p.421-426.

MENDES, J. Amado. Evolução da Economia Portuguesa. *In.* **História de Portugal.** (Dir) MATTOSO, José. Vol. 4. Editora Estampa. Lisboa. p.269-277. 1998.

MENDES, Leonardo. Rita Baiana: nação e sexualidade em O cortiço. *In.* **Revista Língua & Literatura.** Universidade Regional do Alto Uruguai e das Missões. Departamento de Linguística, Letras e Artes. Frederico Westphalen. Vol.4 e 5. n.8 e 9. p.21-26. 2004

MERCADO LIVRE. Contos populares portugueses de Adolfo Coelho. 2025. Disponível em: [https://lista.mercadolivre.com.br/contos-populares-portuguese-adolfo-coelho#D\[A:contos%20populares%20portuguese%20adolfo%20coelho\]](https://lista.mercadolivre.com.br/contos-populares-portuguese-adolfo-coelho#D[A:contos%20populares%20portuguese%20adolfo%20coelho]). Acesso em: 02 Fev 2025

MOGARRO, Maria João. O Museu Pedagógico Municipal de Lisboa (Portugal, 1883-1933): Percurso e significado. *In.* **Cadernos de História da Educação.** v.21. p.1-22. ed. 103. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v21-2022-103>. Acesso em 28 nov. 2024

MORAES, Luís Edmundo. **História Contemporânea: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial.** Editora Contexto. São Paulo. 1ª ed. 2017. Disponível em: <https://dokumen.pub/qdownload/historia-contemporanea-da-revoluao-francesa-a-primeira-guerra-mundial.html>. Acesso em 22 abr 2024.

MORENO, Jean Carlos. Revisitando o conceito de identidade nacional. *In.* **Identidades brasileiras: composições e recomposições.** (Org) RODRIGUES, Cristina Carneiro; LUCA, Tania Regina de; GUIMARÃES, Valéria. Editora UNESP. São Paulo. 2014. p. 7-29. 2014. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/h5jt2/pdf/rodrigues-9788579835155-03.pdf>. Acesso em 31 ago. 2024

NABO, Olímpia de Jesus de Bastos Mourato. Educação e Difusão da ciência em Portugal – a “Biblioteca do Povo e das Escolas” no contexto das edições populares do século XIX. **Dissertação** de Mestrado. Escola Superior de Educação de Portalegre. Instituto Politécnico de Portalegre. Porto Alegre. 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/8402> Acesso em 09 set 2024.

NATÁRIO, C. A. Situação de Portugal na Europa no final do século XIX e início do século XX: a Geração de 70. **Revista Estudos Filosóficos UFSJ, [S. l.]**, n. 1, 2017. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2420>. Acesso em: 6 mai. 2024.

NIKOLAJEVA, Maria. **Poder, voz e subjetividade na literatura infantil.** Coleção Ida e Volta. 1 ed. Editora Perspectiva. São Paulo. 2023.

OBSERVADOR ON TIME. **António, o santo de tudo e de todos: a história das Festas de Lisboa.** CIPRIANO, Rita. Lisboa. 2017. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/antonio-o-santo-de-tudo-e-de-todos-a-historia-das-festas-de-lisboa/>. Acesso em 30 nov 2024.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga. Prefácio. *In.* **Contos Populares Portugueses.** COELHO, Adolfo. Publicações Dom Quixote. Coleção Portugal de Perto. n. 9. 1 ed. Lisboa. 1985

PEREIRA, Ana Leonor; PITA, João Rui. Ciências. *In. História de Portugal.* (Dir) MATTOSO, José. Vol. 4. Editora Estampa. Lisboa. p.551-564. 1998.

PERES, Damião. **História de Portugal.** Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. vol. 7. Barcelos. Portucalense Editora Lda. 1935

PERES, Damião. **História de Portugal.** Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade. vol. 7. Barcelos. Portucalense Editora Lda. 1935

PORTAL DA LITERATURA. **Alexandre Herculano.** Lisboa. [20--]. Disponível em: <https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=331> Acesso em 11 set 2024.

PORTAL DA LITERATURA. **Eça de Queiroz.** Lisboa. [20--]. Disponível em: <https://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=293>. Acesso em 11 set. 2024.

PORTO EDITORA. **Conferências Democráticas do Casino Lisbonense.** Infopédia. Porto. 2024. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/artigos/\\$conferencias-democraticas-do-casino-lisbonens](https://www.infopedia.pt/artigos/$conferencias-democraticas-do-casino-lisbonens). Acesso em 16 nov. 2024.

PORTO EDITORA. **Eça de Queiroz.** Infopédia. Artigo. Porto. 2024. Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/artigos/\\$eca-de-queiros](https://www.infopedia.pt/artigos/$eca-de-queiros)>. Acesso em 16 nov. 2024.

PORTAL NACIONALIDADE PORTUGUESA. **Mapa de Portugal: turismo, geografia, divisões políticas e mais.** NARCIZO, Yasmin. 2024. Disponível em: <https://www.nacionalidadeportuguesa.com.br/mapa-de-portugal/>. 28 nov 2024

REIS, Pedro. **O olival em Portugal:** dinâmica, tecnologias e relação com o desenvolvimento rural. Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. Lisboa. ISBN: 978-989-8748-06-5. 2014. Disponível em:<[https://www.iniaiv.pt/images/publicacoes/livros-manuais/caderno\\_olivalemportugal.pdf](https://www.iniaiv.pt/images/publicacoes/livros-manuais/caderno_olivalemportugal.pdf)>. Acesso em 26 Jan 2025.

REVISTA COMUNIDADES PORTUGUESAS. **Por que razão Portugal tem andorinhas por todo o lado?** Coimbra. 2021. Disponível em: <<https://revistacomunidades.pt/por-que-razao-portugal-tem-andorinhas-por-todo-o-lado/>>. Acesso em 21 jan. 2025.

REVISTA COMUNIDADES PORTUGUESAS. **A oliveira é um símbolo de Portugal e este ano vai ser celebrada com eventos de norte a sul.** Coimbra. 2024. Disponível em: <<https://revistacomunidades.pt/a-oliveira-e-um-simbolo-de-portugal-e-este-ano-vai-ser-celebrada-com-eventos-de-norte-a-sul/>>. Acesso em 26 Jan 2025.

REVISTA O OCCIDENTE. Adolfo Coelho, Gravura, Alberto, Lisboa 1880, vol. III, p. 184. Disponível em: <[https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ocidente/1880/N70/N70\\_master/N70.pdf](https://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/obras/ocidente/1880/N70/N70_master/N70.pdf)>. Acesso em 28 nov. 2024

RODRIGUES, João Bartolomeu; MORAIS, Ana Gabriela Estáquio; MOREIRA, Sara P. Santos. A geração de 70 e as conferências do casino de 1871. **Artigo científico.** European Review of Artistic Studies. vol. 13, n.4, pp. 1-12. ISSN 1647-3558. 2021 Disponível em: <<https://doi.org/10.37334/eras.v12i4.251>>. Acesso em 14 ago 2024

SALOMÃO, Alice Maria Bliss Bueno. **Brasil-Portugal: 500 anos de relações econômicas.** Dissertação. Departamento de economia. Ed. PUC-RIO. Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.7435>> Acesso em 30 mai 2024.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças dos. Aspectos geopolíticos sobre o fim da hegemonia portuguesa na Ásia: a descolonização de Goa. **Revista História Unisinos.** vol. 24. n. 2. p. 282-295. 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/5798/579865459010/html/#:~:text=Portugal%20colonizou%20e%20imperou%20em,de%20sua%20independ%C3%Aancia%2C%20em%201961>> Acesso em: 27 jun 2024

SANTOS, Luciane Alves; GABRIEL, Maria Alice Ribeiro. A inserção dos contos populares na literatura infantil: uma perspectiva histórica. Caderno Seminal Digital. ano 21, nº 23, v. 1. ISSN 1806-9142. 2015. p. 59-84. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.12957/cadsem.2015.14327>>. Acesso em 2 fev. 2025

SEIXAS, Maria Augusta. **As operárias de Alcântara e as suas lutas antes e durante a I República.** Trabalho de investigação. Ed. UMAR/Centro de Documentação e Arquivo Feminista Elina Guimarães com apoio Junta de Freguesia de Alcântara. Lisboa. 2012. Disponível em: <[https://www.cdpcfeminista.org/wp-content/uploads/2012/12/brochura\\_MAS\\_VF.pdf](https://www.cdpcfeminista.org/wp-content/uploads/2012/12/brochura_MAS_VF.pdf)> Acesso em 20 mai. 2024

SILVA, A. M. **As finanças públicas.** In. História de Portugal: o liberalismo (1807-1890). (dir.) MATTOSO, José. Vol. 5. Lisboa. Editorial Estampa Lda. 1998. p.329-338

SILVA, Adalto Rafael Nascimento. **A promessa do nacionalismo: manutenção / resistência no sistema internacional.** Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. UFBA. Bahia. 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31336>> Acesso em 13 mai 2024

SILVA, Francisco Ribeiro da. História da alfabetização em Portugal: fontes, métodos, resultados. In. **A história da educação em Espanha e Portugal: investigações e atividades.** 1º Encontro Ibérico de História da Educação. vol. I. ISBN 972-95469-3-2. São Pedro do Sul. 1993, pag. 101-121. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15174.pdf>>. Acesso em 17 nov 2024.

TOGAL, Luís Reis; VARGUES, Isabel Nobre. Produção e reprodução cultural. In. **História de Portugal.** (Dir) MATTOSO, José. Vol. 4. Editora Estampa. Lisboa. p.575-584. 1998.

UNIDADE PASTORAL SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS. Santo António em azul e branco. Pedro Teotónio. 2021. Disponível em: <<https://santoantonioolivais.pt/santo-antonio-em-azul-e-branco/>>. Acesso em 25 jan 2025

VAQUINHAS, I. M. **O campesinato.** In. História de Portugal: o liberalismo (1807-1890). (dir.) MATTOSO, José. Vol. 5. Lisboa. Editorial Estampa Lda. 1998. p.409-419

VEIGA, Teresa Rodrigues. A População Portuguesa no Século XIX. **Revista Economia e Sociedade 2.** CEPESE. Edições Afrontamento Lda. n. 893. Santa Maria da Feira. 2004. Disponível em:

<file:///D:/Downloads/A%20Popula%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20Portuguesa%20no%20s%C3%83%C2%A9culo%20XIX.pdf>. Acesso em 24 fev 2023

VIEIRA, Alberto. De romarias e arraiais no mundo insular. **Cadernos de divulgação do CEHA**. Projeto Memória-Nona Ilha/SRETC/DRC, n.º 8. Funchal. 2018. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/328560755\\_De\\_arraiais\\_e\\_romarias\\_no\\_mundo\\_insular](https://www.researchgate.net/publication/328560755_De_arraiais_e_romarias_no_mundo_insular). Acesso em 5 ago. 2024

ZIPES, Jack. **Os contos de fadas e a arte da subversão**: o gênero clássico para crianças e o processo civilizador. Coleção Ida e Volta. 1 ed. Editora Perspectiva. São Paulo. 2023



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo  
Porto Alegre – RS – Brasil  
Fone: (51) 3320-3513  
E-mail: [propesq@pucrs.br](mailto:propesq@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)